



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**EFEITOS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA SUBJETIVIDADE
DOS FILHOS: atravessamentos de gênero e transgeracionalidade**

Bárbara Almeida Muniz

Belo Horizonte
2016

Bárbara Almeida Muniz

**EFEITOS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA SUBJETIVIDADE DOS
FILHOS: ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E TRANSGERACIONALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Belo Horizonte
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M966e Muniz, Bárbara Almeida
Efeitos da violência conjugal na subjetividade dos filhos: atravessamentos de gênero e transgeracionalidade. Bárbara Almeida Muniz. Belo Horizonte, 2016.
132 f. : il.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Violência conjugal. 2. Violência contra as mulheres. 3. Relações entre gerações. 4. Relações de gênero. 5. Pais e filhos. 6. Trauma psíquico. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 392.59

BÁRBARA ALMEIDA MUNIZ

**EFEITOS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA SUBJETIVIDADE DOS
FILHOS: atravessamentos de gênero e transgeracionalidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Roberta Carvalho Romagnoli – PUC Minas

Andrea Seixas Magalhães – PUC Rio

Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas

Belo Horizonte, 17 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por sempre incentivarem e apoiarem todos os meus projetos de vida e acreditarem no meu potencial e nutrindo-o com todo amor e carinho. Por serem meu exemplo de homem e mulher, de casal, de família e ser humano, sempre abertos ao outro com muito amor e simplicidade. Aos meus irmãos, pelo companheirismo e por nunca duvidarem da minha capacidade de realizar qualquer coisa na qual me empenhasse.

À Eunides Almeida, amiga fiel, conselheira, tia amorosa, que foi a alavanca que me impulsionou a iniciar este trabalho e um dos pilares que o sustentou até o fim para que eu continuasse animada a seguir. Sempre disposta a me ajudar e com um sorriso aberto para me inspirar.

À Maria Clara Jost, confidente querida, amiga carinhosa. Obrigada pelo incentivo neste projeto e por me ajudar a acreditar que poderia dar conta de conciliar todos os meus projetos de vida.

Ao Amintas Jacques de Moraes, por acreditar na minha capacidade e apoiar meu trabalho com tanto carinho, compreendendo a necessidade de me dedicar a este projeto para crescer enquanto profissional e pessoa.

À minha orientadora, Roberta Carvalho Romagnoli, pelo seu profissionalismo, sempre tão dedicada, preocupada em extrair o melhor da minha pessoa. Obrigada por me conduzir tão cuidadosamente, nunca se esquecendo de ser humana, carinhosa e aberta. Senti-me livre para criar, aprender e, ao mesmo tempo, segura de que havia alguém muito competente ao meu lado.

A todos os meus tios e primos que me acolheram tão carinhosamente em suas casas durante todo esse processo. O descanso na companhia de vocês renovou minhas energias para produzir!

Ao meu querido Victor Machado Souza, namorado dedicado, amigo fiel. Obrigada pelo carinho, compreensão das faltas, incentivo e prestígio de minha jornada.

À querida amiga Mireny Fonseca pelo seu companheirismo e carinho. Obrigada por tornar esta trajetória mais leve, fazendo-me sentir em casa sempre! Mostrou-se uma amiga fiel e uma irmã que a vida colocou em meu caminho.

À professora Maria Ignez Costa Moreira, professora dedicada e carinhosa. Obrigada pelas aulas brilhantes, pelas dúvidas esclarecidas com tanta didática, por estar sempre disposta a me ajudar dentro e fora da sala de aula, contribuindo para fundamentar este trabalho.

À Andrea Seixas Magalhães pelas brilhantes contribuições a este trabalho, principalmente as sugestões feitas durante a qualificação do mesmo.

A todos os professores da PUC Minas pelas aulas brilhantes que me fizeram refletir, contribuíram para este trabalho e para o meu crescimento acadêmico. Aos demais profissionais que compõem a equipe da PUC Minas, por contribuírem para esta instituição se mostrar tão séria e organizada, lugar onde me senti acolhida e respeitada.

A toda a equipe do CAVVID, por abrirem as portas ao meu projeto e colaborarem prontamente para que ele se concretizasse. Aos meus sujeitos de pesquisa, por se mostrarem tão abertos, confiarem suas histórias à minha pessoa e enriquecerem este trabalho.

À minha revisora Gerlice Rosa, pelo cuidado com meu trabalho e o respeito à minha pessoa, mostrando-se uma profissional competente e sempre disponível.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a violência conjugal em suas diversas formas de expressão vivenciadas nas relações de conjugalidade e a sua repercussão na vida dos filhos. Nesse contexto, objetiva-se investigar os efeitos da relação entre o casal parental no processo de subjetivação dos filhos, a fim de compreender como os mesmos experimentam e significam a violência entre seus pais e a sua repercussão em suas vidas. Estudos revelam que as situações de conflitos conjugais influenciam diretamente o desempenho da criança, a exemplo das competências nas relações sociais e, até mesmo, na abertura a diversos sintomas físicos e emocionais. Isto se explica pelo fato de que o relacionamento conjugal é um dos fatores que permeiam os processos de subjetivação do sujeito e, por isso, a dinâmica que sustenta o vínculo conjugal se revela como espaço facilitador ou dificultador do desenvolvimento destes filhos. Para tal, esta pesquisa utiliza os estudos sobre gênero para investigar as relações de poder presentes nesse processo, bem como estudos sobre transmissões psíquicas das vivências violentas entre os casais. Efetuamos uma pesquisa de campo qualitativa com quatro mulheres, residentes da cidade de Vitória – ES. Para a análise dos dados coletados, usamos a Análise de Conteúdo através da qual levantamos as seguintes categorias temáticas: Relações de poder; Reprodução e possibilidades de criação nas gerações; Associação com álcool e outras drogas. Neste percurso, evidenciamos movimentos de reprodução dos modos de existir que permeiam as relações dos pais das entrevistadas, relações também atravessadas pelos contextos social, cultural, político, econômico e pelo movimento de abertura para produção de novos modos de existir, ser, pensar. Esses modos explicitam a capacidade do sujeito em realizar deslocamentos que evidenciam suas particularidades. Concluimos que a violência conjugal é um fenômeno complexo que afeta os filhos, atrelada a questões históricas e sociais de submissão da mulher, mas também relaciona-se a outros conteúdos que se transmitem de gerações precedentes.

Palavras-chave: Violência Conjugal; Violência contra a Mulher; Relações de poder; Gênero; Transmissão psíquica geracional.

ABSTRACT

The theme of the present research is domestic violence in its several forms experienced in the conjugality relationships and its repercussion in the lives of children. In that context, it is aimed at to investigate the effects of the relationship between the parental couple in the subjectability process of the children, in order to understand how they experience and give meaning to the violence between their parents and its repercussion in their lives. Studies reveal that the situations of marital conflicts influence directly the child's performance, such as the competences in the social relationships and, even triggering several emotional and physical symptoms. This is explained by the fact that the marital relationship is one of the factors that permeates the processes of subjectability of the individual and, for that, the dynamics that sustains the marital bonding is revealed as facilitative or difficulty space of these children's development. For such, this research uses the studies on gender to investigate the relationships of power present in that process, as well as studies on psychic transmissions of the violent occurrences among the couples. We also carried out a qualitative field research with four women, residents of the city of Vitória - ES. For the analysis of the collected data, we used the Content Analysis through which we identified the following thematic categories: Relationships of power; Reproduction and creation possibilities in the generations; Association with alcohol and other drugs. In this course, we evidenced movements of reproduction of the ways of existing that permeate their parents' relationships, also crossed by the social, cultural, political, and economic context and the opening movement for production of new ways of existing, being, and thinking. Those manners explain the individual's ability of accomplishing displacements that evidence his particularities. We concluded that the domestic violence is a complex phenomenon that affects the children, connected to historical and social questions of woman's submission, but it also is related to the other contents that are transmitted from preceding generations.

Keywords: Domestic violence; Violence against Woman; Relationships of power; Gender; Generational psychic transmission.

LISTA DE ABREVIATURAS

Cap. Capítulo

Ed. Editor

n. Número

Org. Organizador

p. Página

v. Volume

LISTA DE SIGLAS

CAVVID – Centro de Atenção a Vítimas de Violência e Discriminação

WHO – World Health Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A VIOLÊNCIA CONJUGAL: RELAÇÕES DE PODER	13
2.1 Gênero, patriarcado e violência	15
2.2 A violência conjugal em nosso país.....	37
3 TRANSGERACIONALIDADE NAS RELAÇÕES VIOLENTAS: PARA PERTENCER É PRECISO REPRODUZIR OU POSSO PARTICIPAR E CRIAR?	48
3.1 Os processos da transmissão psíquica geracional	51
3.2 Transmissão da violência conjugal.....	61
4 AS GERAÇÕES E A VIOLÊNCIA CONJUGAL	70
4.1 Metodologia	70
4.2 As Famílias.....	74
4.2.1 Família Martins - Caso Fernanda - filha de Maria.....	74
4.2.2 Maria - mãe de Fernanda.....	75
4.2.3 Família Silva - Caso Emília - filha de Júlia.....	76
4.2.4 Júlia – mãe de Emília.....	77
4.3 Dando sentido à violência conjugal.....	78
4.3.1 Relações de poder.....	79
4.3.2 Reprodução e possibilidades de criação nas gerações.....	89
4.3.3 Associação com álcool e outras drogas.....	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A	132

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o estudo dos impactos da violência conjugal de pais heterossexuais na subjetividade dos filhos, enfatizando os aspectos transgeracionais e de gênero que a atravessam. Nesse contexto, o que nos interessa saber é de que maneira os filhos de ambos os sexos subjetivam essa dinâmica da violência produzida entre seus pais. Será que estes filhos tendem a um movimento de reprodução destes modos de existir que permeiam as relações de seus pais, também atravessadas pelo contexto social, cultural, político, econômico; ou conseguem fazer um movimento de descodificação e produzir novos modos de existir, ser, pensar, explicitando as formas de reprodução e as forças de transformação?

A violência conjugal é um problema de saúde pública que afeta consideravelmente a vida dos filhos. A dinâmica conjugal tem sido apontada como questão nodal para o desenvolvimento psicossocial dos filhos. Em minha experiência como voluntária em um grupo de apoio a dependentes químicos e suas famílias, tive contato com relatos de experiências de violências assistidas pelos filhos e vividas pelos seus pais. Nestes relatos, me chamam a atenção os movimentos que os filhos fazem para lidar com essa experiência de violência entre o casal, como projetam isso para vida deles, a que instrumentos recorrem para articular ou não com esta experiência.

Muitos desses relatos apresentam ligações entre a violência presenciada e experimentada e as manifestações comportamentais, os sofrimentos, as inquietações dos dependentes químicos, até mesmo culpabilizam um ou os dois cônjuges pelos desvios de comportamentos desencadeados neles. Diante desta realidade, surgiu-me a inquietação de procurar rastrear essas produções na subjetividade daqueles que assistem a esta experiência entre seus pais, saber de que forma esta realidade os afeta e quais produções surgem deste acontecimento.

Constata-se que muitas pesquisas se desdobram sobre a crescente problemática da violência conjugal na contemporaneidade, enfatizando os aspectos que circulam dentro da dinâmica deste casal. Todavia, é necessário que mais estudos se debrucem especificamente sobre as expressões da violência entre os cônjuges sobre próxima geração que a assiste. Como os filhos subjetivam essas vivências e como elas se expressam em suas vidas?

Antes de apresentar como tratamos esse problema em nossa pesquisa, é necessário esclarecer como abordamos a subjetividade, já que esse é um dos focos do nosso trabalho.

Optamos por seguir dois vieses dessa temática. Por um lado, entendemos a subjetividade como uma produção histórico-social. Os acontecimentos sociais e políticos são capazes de produzir subjetividades a ponto de delinear lugares e papéis que cada um desempenha na sociedade, regulando, assim, seus modos de existir. Por isso, uma das discussões que trazemos para este trabalho é a de gênero enquanto construção social e política, na qual temos diferenças políticas entre homens e mulheres que são convertidas em desigualdades – tanto na esfera pública quanto na privada –atravessadas por uma lógica patriarcal que revela assimetria de poder nas relações conjugais heterossexuais (SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1990).

Por outro lado, entendemos essa mesma subjetividade também como produção familiar, pois, as primeiras experiências do sujeito se fazem no seio da família. Ali são inscritas as primeiras vivências em sua subjetividade e estes processos de subjetivação são sustentados pelo vínculo que existe entre os membros familiares (NEVES *et al*, 2014; DIAS, 2003; MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007). O vínculo que se estabelece entre os familiares permite as transmissões psíquicas, os processos de subjetivação, dado seu conteúdo emocional. Tal transmissão feita entre as subjetividades é permitida por mecanismos inconscientes que ocorrem via transmissão intersubjetiva (CORREA, 2003).

Assim, para investigar as implicações da violência conjugal na subjetividade dos filhos, com ênfase nos aspectos transgeracionais e de gênero que a atravessam, esta dissertação está dividida nos seguintes capítulos.

No capítulo dois (2), introduzimos o assunto da violência entre parceiros e apresentamos uma definição de violência conjugal e a sua situação na atualidade, em termos de Brasil. Por se tratar de uma relação que envolve o vínculo afetivo entre os sexos feminino e masculino – já que estamos lidando com casais heterossexuais –, pontuamos as questões de valores culturais, de papéis sociais que se desdobram em lugares de poder, pois faz-se necessário discorrer sobre a questão de gênero enquanto conceito e categoria de análise destas relações conjugais.

O segundo capítulo, portanto, discorre sobre a construção histórica e social de gênero enquanto categoria. Além disso, pretende-se discutir sobre algumas características da contemporaneidade implicadas na produção da violência, segundo Singly (2007), com foco nas dinâmicas das famílias.

Para discorrer sobre o recorte desta pesquisa, ou seja, as repercussões na vida dos filhos que experienciam a violência entre seus pais, faz-se necessário um estudo sobre as transmissões

psíquicas entre gerações, ressaltando os efeitos acarretados, as reproduções e até mesmo a abertura para o novo. Por isso, no capítulo três (3), realizamos um estudo sobre a transgeracionalidade, investigando a existência ou não da transmissão geracional da violência na família, privilegiando também os atravessamentos históricos e sociais que sustentam o fenômeno.

No capítulo quatro (4), analisamos os resultados de nossa pesquisa de campo baseando-nos em todo o estudo realizado nos capítulos anteriores e na experiência do levantamento das histórias familiares de nossos sujeitos de pesquisa. Isso nos possibilitou analisar os efeitos da relação violenta entre o casal parental no processo de subjetivação dos filhos, compreender como os filhos experimentam e significam a violência entre seus pais e sua repercussão em suas vidas. Essa análise foi feita através das seguintes categorias temáticas: relações de poder; reprodução e possibilidades de criação nas gerações; associação com álcool e outras drogas.

As conclusões serão apresentadas ao final de todo o estudo. Procuramos não somente costurar as ideias discutidas pelos autores estudados e os resultados que o campo nos apresenta, mas também deixar nossas próprias impressões.

2. A VIOLÊNCIA CONJUGAL: RELAÇÕES DE PODER.

O relacionamento conjugal, as suas formas de comunicação e estratégias de resolução de conflitos são apontados como questões fundamentais para a qualidade de vida do casal e de seus filhos (BRAZ, DESSEN E SILVA, 2005). Nessa perspectiva, a dinâmica que sustenta o vínculo conjugal é um dos entornos que acolhe um novo indivíduo, sustentando processos de subjetivação nos filhos que podem ser facilitadores ou dificultadores para o desenvolvimento do grupo familiar. Estudos revelam que as situações de conflitos conjugais influenciam diretamente o desempenho da criança, a exemplo das competências nas relações sociais e, até mesmo, na abertura a diversos sintomas físicos e emocionais (BRAZ & cols., 2005; BRANCALHONE & WILLIAMS, 2003; CORRÊA & WILLIAMS, 2000). Algumas vezes, esses conflitos podem chegar a situações de violência.

A violência conjugal – em suas diversas formas de expressão, sua crescente acentuação na contemporaneidade e repercussão na vida dos atores que a experienciam – tem sido objeto de investigações que buscam conhecimentos para criar estratégias de intervenções clínicas e psicossociais destinadas a todas as camadas da sociedade (DEEKE, 2009; ROSA et. al., 2008; MAGALHÃES & cols., 2013). Conhecida como um tipo de violência doméstica e intrafamiliar, a violência conjugal representa uma das principais ameaças à saúde das mulheres e a maioria dessas agressões reflete um padrão de abuso contínuo.

Um dos olhares sobre a violência doméstica que se aproxima do recorte feito nesta pesquisa, ou seja, o da violência entre o casal, é o colocado segundo a Lei Maria da Penha, da Constituição Federal de 1988, que se utiliza da terminologia mais específica de “violência entre parceiros”. A lei diz que este tipo de violência engloba comportamentos que podem causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006) dentro de uma relação íntima.

O conceito de violência que iremos trabalhar no presente exposto vai além de uma agressão física, ele passa pela ruptura de integridades: física, psicológica, sexual e moral. A violência psicológica, apesar de o senso comum muitas vezes acreditar no contrário, também deixa marcas, são os registros psíquicos. Ela, assim como a violência física, é identificável e apresenta consequências sobre as subjetividades (SAFFIOTI, 2004).

Na investigação sobre os vínculos que sustentam os processos de subjetivação dos sujeitos, a família ocupa lugar central, pois o sujeito é relacional e seu primeiro laço afetivo se faz no seio familiar. É dentro da família que se inscrevem suas primeiras vivências em sua subjetividade. Esse processo de subjetivação é facilitado e atravessado pelo forte conteúdo afetivo-emocional que existe entre os membros da família (DIAS, 2003; MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007). Analisaremos esses vínculos de forma mais sistemática e direta no capítulo seguinte. Mas nessa direção, vale a pena frisar que, segundo Neves, Gomes e Vidal (2014), o sujeito necessita do laço social para se tornar sujeito. O vínculo social é o meio pelo qual ele institui seus objetos de desejo. Assim, mais adiante, discorreremos sobre como a violência pode ser uma tentativa de inclusão/manutenção do laço social, tomando como esteio os valores perpetuados pela contemporaneidade.

Outra definição que tomaremos também como base para apresentar o tipo de violência abordada neste estudo é aquela estabelecida pela Organização dos Estados Americanos – OEA (Convenção de Belém do Pará adotada pela OEA em 1994, disponível em: www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm. Acesso em 23 de Setembro de 2013.), que entende a violência doméstica como “[...] qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto privada” (artigo 1º). Nesse sentido, a violência conjugal é uma modalidade dessa violência, que ocorre entre o casal.

Nesse contexto, é importante destacar as questões de gênero que perpassam tal fenômeno. O conceito de gênero, que será aprofundado mais adiante, refere-se a uma construção social sobre os sentidos da diferença entre os sexos, espaço em que o poder se articula em categorias de “homem” e “mulher”. A diferença sexual entre homens e mulheres existe do ponto de vista biológico, ou seja, quando nos referimos ao aparelho reprodutor de cada um destes. Entretanto, o que o conceito de gênero vem discutir são os sentidos construídos e compartilhados sobre estas diferenças, atribuindo valores que se desdobram em diferenças sociais nos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher e que caracterizam posições políticas e sociais desiguais, com privilégio do homem em detrimento da mulher, o que nos revela uma relação de poder (SCOTT, 1990). Para entender melhor tal conceito, faz-se necessário um exame de sua construção histórica. História esta que é atravessada pela teoria do patriarcado, que nos traz uma lógica de dominação dos homens sobre as mulheres, frisando a posição periférica das mulheres enquanto

sujeito político e de direitos (VARIKAS, 2014; SANDY, 1993). A teoria do patriarcado será abordada posteriormente e servirá de lente para analisar as relações conjugais heterossexuais que apresentam violência entre os cônjuges.

Cabe ressaltar que as consequências desta violência de gênero para os envolvidos na trama – tanto os cônjuges quanto os filhos desta relação – são severas nos aspectos físicos, psíquicos e comportamentais, como depressão, ansiedade, dependência química e farmacológica, ou, em casos mais graves, desequilíbrios que levam a suicídios (*WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO*, 2002). Por outro lado, os estudos sobre o impacto da violência entre o casal parental têm se voltado mais para a subjetividade dos cônjuges, sobretudo enfocando a problemática da diferença de gênero entre estes parceiros. Entretanto, a literatura sobre crianças expostas à violência conjugal aponta os riscos acarretados por esse fenômeno ao desenvolvimento comportamental, emocional, social, cognitivo e físico (BRANCALHONE & WILLIAMS, 2003; D’AFFONSECA & WILLIAMS, 2011). Quer seja de forma direta ou indireta, percebem-se os efeitos impresumíveis sobre os filhos que testemunham relações violentas entre seus pais. Essa realidade nos convoca a estudar como os filhos subjetivam a experiência de assistirem a situações de violência física e psíquica entre seus pais.

Como se pode perceber, a violência contra a mulher, que geralmente é sustentada pela desigualdade de gênero, é considerada um problema social grave e está associada à presença de vínculos afetivos e familiares, existindo sujeição e convivência contínua, imersas em estratégias assimétricas de poder, dominação e submissão, perpetuando um jogo sustentado pelo casal. Em qualquer uma dessas vertentes, é importante frisar que a agressão é o fio condutor da relação que se estabelece. Esse fenômeno envolve relações de poder que são preponderantes e que estão presentes ao longo da história.

2.1. Gênero, patriarcado e violência

O regime patriarcal que permeia a relação a dois prioriza a posição social do homem e da mulher a partir desta união, muito mais que a relação em si. Deste modo, a sexualidade, a reprodução e a socialização constituem esferas potencialmente criadoras de relações ao mesmo tempo prazerosas e conflitivas para o casal (DEEKE, 2009).

A teoria do patriarcado nos traz uma lógica de dominação dos homens e exclusão das

mulheres e expressa claras relações de poder. A lógica patriarcal enfatiza a posição estruturalmente periférica das mulheres em relação ao sistema de direitos e deveres, além de frisar também a desvalorização simbólica da mulher (SANDY, 1993).

A lógica patriarcal, portanto, é motivada por considerações políticas, por relações de poder, já que está ligada a preocupações que surgem das relações de dominação masculina ocidental. Segundo Varikas (2014), que faz uma leitura de Max Weber sobre o patriarcado, este é assegurado por uma divisão desigual dos direitos e do trabalho, cujo arranjo esclarece a interdependência entre o Estado e a família, fato que transforma tal discussão em questão política.

Se dermos uma olhada nas primeiras formações da comunidade doméstica, a autoridade patriarcal fundamenta-se na capacidade dos homens em defenderem a casa contra guerreiros e, assim, a autoridade familiar encontra sua legitimidade na segurança que o homem proporciona à mulher contra a violência masculina institucionalizada. A política, portanto, é de proteção e dominação das mulheres. Dessa maneira, podemos notar que a família patriarcal e sua estrutura não emergem unicamente das necessidades econômicas, mas também são frutos de um sistema de proteção contra as violências das organizações que prefiguram o Estado, como destaca Varikas (2014). O patriarcado, portanto, é produto de uma estrutura desenvolvida na história.

O Estado como monopólio legítimo da violência citado acima é, na realidade, o poder que os homens têm sobre as mulheres em casa, no quarto, no trabalho, na rua e em toda a vida social. Ele constitui uma tentativa dos homens de reforçar sua autoridade ameaçada. Varikas (2014) ainda acrescenta que o fato de o Estado ser governado pelos homens e organizado a partir de suas necessidades não é o único fator que sustenta o patriarcado. Mais profundo do que isso é o fato de o Estado produzir e reproduzir seres dependentes e outros que os “protegem”. Portanto, a questão não é apenas a exclusão das mulheres do poder, mas toda a construção histórica dessa forma de poder estatal, como uma relação de proteção/dominação e submissão/dependência. Forma que ainda nos dias de hoje encontra ressonâncias nas relações de gênero.

Entretanto, Chauí (1985) analisa o poder como a capacidade coletiva para tomar decisões referentes à existência pública de uma coletividade. Seguindo esta lógica, o poder seria uma expressão de justiça, onde se abre espaço para a criação de direitos que são garantidos pelas leis, sem coação. Como expressão dos direitos, o poder tem como finalidade não permitir que uma determinada classe seja comandada, nem oprimida. Quando falamos sobre uma classe, é porque o

poder não pode ser encarado como a expressão de interesses gerais, pois é próprio dos interesses serem particulares, nem que sejam de uma parcela da sociedade e não apenas de um único sujeito. Neste caso, o poder conferido ao Estado seria o poder dado aos homens para que estes pudessem gozar de seus direitos. Às mulheres, restaria a submissão a este poder, que se configura em uma relação de dominação e força. Aqui entra o nosso problema, pois os homens transformam este poder em violência.

Na verdade, nas relações de força, há ausência de poder e a presença de um desejo de mando, de coação, de opressão de uma classe sobre a outra (CHAUÍ, 1985). A pura relação de força, portanto, teria o desejo de aniquilar a relação com o outro. Já a violência visa manter a relação e preservar as partes presentes uma para a outra, porém uma delas anulada em sua diferença e submetida à vontade e à ação da outra. É neste ponto que a lógica patriarcal coloca as mulheres como dependentes do outro e para o outro, dessa forma, naturaliza sua posição que, na verdade, não é natural, mas sim histórica.

Essa historicidade inscrita no “atual” é o que nos interessa particularmente, pois ela vai delineando aquilo que é posto, sustentando as relações entre os sexos feminino e masculino, atravessando as relações entre os casais heterossexuais, foco do nosso trabalho. As diferenças nos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres foram transformando-se ao longo da história, mas não em determinada época marcada, e sim através de um processo de *tornar-se*, o que acontece até os dias atuais. A historicidade diz das combinações de fatores que tornaram possíveis as conjunturas que vemos hoje do patriarcado, mas isso não está preso a um fato pontual da história.

De acordo com o modelo patriarcal, o feminino está ontológica e socialmente subordinado ao masculino. Embora o conteúdo e a estrutura da polêmica dos gêneros possam variar de uma cultura para a outra, a sua função social não varia (SANDY, 1993). Portanto, a lógica patriarcal é a base das relações sociais e a base das relações familiares, frisando a desvalorização simbólica das mulheres. A violência contra as mulheres pode ser explicada na lógica patriarcal, não como um fenômeno de exceção, mas consentida do ponto de vista social (SANDY, 1993; SHOTTER, 1993; VARIKAS, 2014). A violência seria uma realização determinada das relações de força, pois deseja a sujeição consentida pela vontade do outro, que concorda em ser suprimido na sua diferença. Ela se coloca de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida, mas submersa, resultando em alienação (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e da desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa.

Saffioti (2004) também discorre sobre o patriarcado e afirma que este acompanha o pensamento de diversas sociedades como uma lógica cultivada e que está presente no pensamento e comportamento também da sociedade contemporânea. Na pós-modernidade, como a autora designa o momento atual, entretanto, sofreu algumas transformações históricas. O termo aqui utilizado, como podemos notar, não abrange apenas a família, mas a sociedade como um todo. O conceito de patriarcado revela-se como um pacto no qual se dá direito político aos homens sobre as mulheres, direito este que se faz sexual e social. Tal contrato dá ao homem a liberdade do direito de dominação e resta à mulher a sujeição.

Contudo, a liberdade civil colocada pelo patriarcado não é universal, é um atributo que se dá ao homem branco, heterossexual e proprietário, aquele que tem poder e direitos ligados ao Estado. Dessa forma, as duas esferas estão profundamente ligadas, tanto a pública quanto a privada, e se mesclam no cotidiano das pessoas. A fronteira público-privado é tênue e a violência doméstica praticada contra a mulher é questão de ordem pública e política.

O patriarcado é uma construção que atravessa gerações, épocas, e por isso também está presente na pós-modernidade. Assim como Chauí (1985), Scott (1990) cita a historicidade do patriarcado, que revela as relações de poder assimétricas entre homens e mulheres. Saffioti (2004) lembra-nos também que atualmente ainda se percebe a lógica patriarcal enraizada nos pensamentos, nos comportamentos tanto dos homens quanto das próprias mulheres, ou seja, está revelada em todo o funcionamento social, inclusive na política, na academia e na economia.

Como se pode notar, há muito o regime patriarcal vem delineando lugares ocupados por homens e mulheres em uma relação de poder assimétrica e intensa. Os papéis sociais que cada um tem tanto na esfera pública quanto privada deixam bem claro que o homem é política e socialmente privilegiado em uma posição de dominação em relação à mulher. Esta, por sua vez, é subordinada e oprimida.

Segundo Chauí (1985), pessoa é o sujeito capaz de direito, tendo tal capacidade todo ser livre, racional, no pleno gozo de suas faculdades físicas e mentais a partir de uma idade

convencionada. Pela lógica patriarcal, as mulheres são consideradas pessoas do direito privado de ser mãe, esposa e irmã. Segundo Melo (2008), o significado de indivíduo é ambíguo. Pode significar tanto o protótipo abstrato do ser humano, ou seja, homem branco heterossexual e proprietário, como pode significar um ser único, pessoa diferente das outras de sua espécie. Entretanto, a busca de uma base comum para a política rejeitou essa segunda noção de diferença. O indivíduo abstrato é a essência comum da humanidade, tendo como referência este sujeito político de direitos. Dessa forma, essa abstração possibilitou a exclusão dos que não possuíam as características exigidas para um indivíduo, ou seja, as mulheres.

Ser sujeito é construir-se e constituir-se como capaz de autonomia numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinadores do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes delas (CHAUI, 1985, p. 36).

Assim, a masculinidade era pré-requisito para a ideia de indivíduo nas sociedades tradicionais, indivíduo de direitos políticos. Isso nos revela de forma muito explícita a questão do poder envolvido nas relações de gênero, pois os direitos nos conferem poder. O poder aqui seria o da possibilidade de modificar as estruturas sociais através da política. Acredito que não era de interesse do grupo considerado como indivíduo, ou seja, os homens, que se tivesse mulheres participando e questionando as estruturas colocadas pelo patriarcado, isso poderia implicar na diminuição do poder de controle dos homens. A exclusão da mulher é entendida como uma distinção, discriminação ou restrição baseada no gênero, com o objetivo de anular o reconhecimento ou o exercício desta dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das esferas política, econômica, social, cultural e civil. Dessa forma, as mulheres, ao longo da história, resistiram e ainda resistem a tal exclusão e preconceito.

Durante anos, nossa sociedade construiu, em torno de si e no senso comum, um olhar naturalizado sobre as mulheres e este é um passo para a discriminação. Este olhar estereotipado refere-se a um conjunto de crenças, valores, saberes, atitudes que julgamos naturais, pois são transmitidos de geração em geração sem serem questionados. Essas crenças nos conduzem a julgar positiva ou negativamente os seres humanos, ou seja, são ideias construídas histórica e socialmente ao longo do tempo (SILVA, 2010).

A ideologia naturalizadora é nítida no caso das mulheres cujo corpo é invocado como uma determinação natural, um elemento irreduzível, fazendo com que a mulher permaneça

essencialmente ligada ao plano biológico e ao plano da sensibilidade, no que tange, principalmente, a maternidade (CHAUÍ, 1985).

O problema da naturalização convertida em preconceito e discriminação contra a mulher é que esta se torna, portanto, um problema de inclusão e de exclusão de indivíduos em uma dada sociedade. Segundo Silva (2010), o sentido que damos à classe dos excluídos está na forma como as relações sociais, expressando valores, definem a distribuição de prestígio, legitimidade e poder que organizam os vínculos entre homens e mulheres, somados a outros critérios de classificação social. O preconceito pode ser encontrado nos mais diversos setores da sociedade, ter origem nos mais diversos modos, escolher suas vítimas e agir de modo violento e irracional sem que ao menos possamos nos dar conta, revelando como os pré-conceitos são construções naturalizadas. Assim, as diversas formas de violência contra a mulher eram tão comuns que passavam despercebidas aos olhos da sociedade. Segundo Chauí (1985), a naturalização das determinações sociais e históricas sempre foi o procedimento privilegiado da ideologia, assim como a sua interiorização sempre foi essencial para a aceitação da violência como não violência.

Essa violência está incrustada nos seus mais diferentes códigos, no pensamento estereotipado de homens e mulheres de sociedades atravessadas há muito por uma lógica que compreende a mulher como um ser inferior ao homem. Daí a violência física, as torturas psicológicas, entre tantos atos de violência contra a mulher são justificados pela lógica patriarcal. É por essa razão que se coloca que as desigualdades entre homens e mulheres traduzidas em violência como exercício de poder não são tão recentes na história da humanidade e podem ser encontradas em quase todas as culturas no mundo e em variadas épocas.

A desigualdade de gênero, portanto, não é recente. Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada. A concepção das diferenças entre os sexos marcada no corpo justificava, assim, as desigualdades políticas entre homens e mulheres. Dessa forma, devemos analisar como o preconceito, a discriminação e a intolerância constituíram predicativos da violência de gênero entre parceiros íntimos.

Quando um grupo social legitima papéis que não necessariamente condizem com a realidade desses mesmos atores sociais, cria um sistema de crenças que será disseminado no imaginário social coletivo. Esse sistema de crenças vai legitimar, por sua vez, a violência física ou sexual (também poderia legitimar qualquer outra), estabelecendo como norma a condição do homem como herdeiro único do sistema patriarcalista, machista e viril bem como do capitalismo selvagem do qual fazemos parte (SILVA,

2010, p. 560).

A dinâmica do patriarcado, então, deixa claras as estratégias para o controle das mulheres, restringindo suas ações tanto no espaço privado, no que diz respeito ao cuidado da casa e dos filhos; quanto no público, tendo em vista o controle do trabalho das mulheres. Essa posição de submissão é uma potencial brecha para as violências conjugais, principalmente se a mulher vem a questionar seu papel nesta relação ou na sociedade. A lógica patriarcal nos faz acreditar que os movimentos de exclusão e opressão sobre as mulheres não são uma violência, pois a violência seria contrariar a natureza de um indivíduo impedindo-o de operar do modo ao qual estava destinado (Chauí, 1985). Dessa forma, a violência exercida pelos homens sobre as mulheres justifica-se pela lógica patriarcal, pois “assegura” que essas mulheres sigam seu curso “natural”, na verdade, naturalizado.

Ao examinar o percurso histórico sobre a desigualdade dos papéis desempenhados por homens e mulheres, iremos perceber que existem diferenças de uma época para outra dos lugares ocupados pelos mesmos, ou seja, as diversas mudanças sociais vão produzindo diferentes modos de ser nas pessoas. Hall (2002) faz uma leitura histórica de como as mudanças políticas, sociais e econômicas provocaram transformações na identidade do homem e por isso chama-a de identidade cultural. Este autor norteia nossa compreensão sobre o que colaborou para homens e mulheres assumirem os papéis que vemos desempenhar no momento atual da história em que vivemos, os quais delineiam as formas de relações, ou seja, quais transformações nos trouxeram até aqui. Desse modo, veremos também como a lógica patriarcal sofreu mudanças históricas, mas ainda se mantém viva no imaginário social, evidenciando que valores patriarcais e contemporâneos coexistem e atravessam as dinâmicas conjugais. Em seguida, discutiremos mais pontualmente sobre a atualidade, a partir das discussões de Singly (2007), o qual designa o momento atual como contemporaneidade.

Hall (2002) discute como a identidade de homens e mulheres vem sendo construída junto às mudanças históricas até chegarmos ao período atual, que o autor denomina de pós-moderno. Não pretendemos neste trabalho tecer sobre todas as épocas e histórias que foram atravessadas pela lógica patriarcal nem tampouco abrir uma discussão meramente histórica sobre os fatos. Faremos um breve apanhado de acontecimentos marcantes para termos uma noção de que houveram modificações nas relações entre os sujeitos, dos sujeitos com o mundo. Como nosso autor inicia sua discussão a partir de um marco histórico – o Iluminismo – acompanharemos seu

raciocínio e tomaremos o Iluminismo como ponto de partida em nossa leitura histórica. Entretanto, não nos esqueceremos de que as relações entre homens e mulheres atravessadas pelo patriarcado não estão ligadas como causa e efeito a uma única e determinada época.

Segundo Hall (2002), há momentos históricos que marcam três concepções diferentes de identidade, a saber: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo é aquele que busca romper com a sociedade tradicional que o precedia, no entanto, a noção de sujeito desta época, segundo nosso autor, ainda era atribuída ao gênero masculino, explicitando como a lógica patriarcal se faz presente mesmo o homem caminhando para modernidade.

O período chamado de Iluminismo no século XVIII é considerado uma época de grande progresso, fundamentada no conhecimento racional como meio para a superação de preconceitos e ideologias tradicionais. Nesse período, o homem era centrado, unificado, racional, possuindo uma identidade fixa que emergia por ocasião do seu nascimento e o acompanhava durante sua existência (HALL, 2002). Essa trajetória do sujeito a caminho de se modernizar buscando o conhecimento racional inspirou o pensamento liberal, que alimentou os processos de modernização nas sociedades, principalmente na política, como por exemplo a independência nas Américas.

Tais ideias liberais orientaram todas as conspirações e movimentos políticos que se seguiram e atravessaram o século seguinte. Assim, o século XIX seguiu com as transformações através dos movimentos sociais, políticos e todas as mudanças econômicas que aspiravam modernizar a política, a economia, mas também as relações sociais. Este século é o período da Revolução Industrial, momento em que se verifica a expansão do mercado e o processo de modernização, o que abriu algumas portas para as mulheres, mesmo que ainda de forma excludente, buscando vencer os valores patriarcais que atravessavam as relações e colocavam as mulheres em posição desigual em relação aos homens (SARTI, 2004).

Todavia, embora tenha ocorrido uma série de atravessamentos ao longo do século XIX e na entrada do século XX, centrar-nos-emos nos movimentos sociais que ocorreram no Brasil, como a ditadura militar brasileira, que se inicia na década de 1960 e reprime os movimentos marxistas que vinham ocorrendo (HALL, 2002). A ditadura militar nos coloca a pensar em como os valores patriarcais ainda se faziam presentes, buscando manter o poder nas mãos de certos homens. O movimento feminista é um dos movimentos sociais que ocorriam nessa época e

buscava mudanças nos pensamentos tradicionais que excluía as mulheres dos lugares de poder. A ditadura, no entanto, procurou reprimir este e outros demais movimentos liberais.

A ditadura militar brasileira não apagou os ideais liberais. Os movimentos sociais, que também são políticos, resistiram aos militares e o processo de modernização seguiu. O ideal de liberdade e exercício do pensamento cultivado pelo sujeito do iluminismo, portanto, vai atravessando os séculos e alimentando o surgimento do sujeito sociológico dito por Hall (2002). Na medida em que se abriram espaços para tais ideias de liberdade e igualdade, as mulheres foram buscando cada vez mais ocupar os lugares e possuir os direitos que antes eram restringidos aos homens. Assim, por volta de 1970, e também como resistência à ditadura militar, surge uma segunda onda do movimento feminista, que reivindica também mais direitos e liberdade para as mulheres tão excluídas até então.

Com certeza, é vasta e longa a história das construções sociais dos papéis femininos e masculinos, mas em nossa pesquisa vamos nos centrar no movimento feminista em nosso país. É preciso destacar que o feminismo no Brasil foi um dos pontos de resistência à ditadura, mas não surge apenas como confronto a esta, ele possui seus ideais de liberdade para as mulheres que vinham sendo oprimidas desde as sociedades tradicionais (SARTI, 2004; MACHADO, 1994). A ditadura militar felizmente foi superada, entretanto, a lógica patriarcal de organização das relações entre homens e mulheres ainda se faz presente até o momento atual. Embora abalada por tais movimentos, ainda tem força de expressão nas relações entre homens e mulheres. Assim, juntamente a todas as transformações políticas, sociais e econômicas desta época, como um dos movimentos sociais para mudanças nos pensamentos e estruturas tradicionais, está a segunda onda do movimento feminista brasileiro, que ocorre por volta de 1970, e é através deste que as mulheres também iniciam um processo de conquista de espaços na vida pública (SARTI, 2004; MACHADO, 1994).

Segundo Hall (2002), todas as mudanças sociais ocorridas no século XIX refletem-se na identidade dos sujeitos modernos. O autor cita o sujeito sociológico, que refletia o mundo moderno em sua complexidade. A construção da identidade se dá na interação com o outro e com a cultura, de forma que a identidade constitui-se o eixo que interliga o eu interior com o exterior. A modernidade citada por Hall (2002) também abre brechas para as primeiras conquistas do movimento brasileiro feminista, conquistas políticas como, por exemplo, direito ao voto (SARTI, 2004). Contudo, como mencionado anteriormente, as portas que foram abertas para as mulheres

não conseguiram superar totalmente a lógica patriarcal. A exclusão das mulheres de muitos lugares sociais – ocupados pelos homens – deixa clara a relação desigual que existe entre os dois gêneros (masculino e feminino). Por isso, podemos nos colocar a pensar se estes direitos foram conquistados pelas mulheres porque eram economicamente e socialmente lucrativos também para os homens ou por mérito dessas mulheres enquanto indivíduos.

Invocar a “diferença sexual” transcrita em desigualdade de gênero como explicação dos limites dos direitos individuais possibilitou as conquistas das feministas, que apontaram as incoerências dos supostos direitos universais que traziam uma noção republicana de indivíduo com uma corporificação masculina (MELLO, 2008).

Podemos dizer, então, que os movimentos sociais de 1960 em diante, tais como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mas principalmente os movimentos feministas de 1960 e 1970 funcionaram como um divisor de águas entre uma época na qual prevalecia a lógica patriarcal como vetor das relações (principalmente as conjugais, em que as mulheres não tinham seus direitos reconhecidos enquanto indivíduo) e uma abertura para se pensar a mulher enquanto sujeito de direitos e possibilidades na sociedade.

O momento histórico e político no qual [o feminismo] se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira (SARTI, 2004, p. 36).

Sarti (2004) ainda afirma que as novas experiências cotidianas das mulheres e homens brasileiros, especialmente no exílio, entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Este movimento feminista foi considerado na época como imoral e como antifeminino, já que vinha pondo em questão muitas ideias que se tinham do papel que a mulher deveria desempenhar na sociedade.

Os movimentos feministas denunciam a exploração das mulheres do ponto de vista inclusive legal e político. É a partir destes movimentos que se começa a pensar nas questões de gênero tanto na dimensão micro quanto macrossocial. “Evidentemente, as questões em torno da diferença sexual, da divisão sexual do trabalho, da divisão sexual das emoções e das relações de poder entre os sexos sociais já haviam sido objeto de análises pelas diversas ciências humanas”

(MACHADO, 1994, p.4). Já se falava sobre as diferenças, mas não do ponto de vista das mulheres, as quais eram objetos de estudo e não sujeitos do estudo. A diferença entre gênero masculino e feminino sempre esteve à mostra, entretanto, de maneira a privilegiar o gênero masculino e atribuir gênero ao sexo biológico da pessoa.

O termo “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas como qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (SCOTT, 1990). Ele surge como uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O “gênero” não é sinônimo de “sexo” nem define a sexualidade, mas sublinha o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade e masculinidade em uma lógica binária. A identidade de gênero, assim, introduz o caráter da construção social sobre os sentidos atribuídos às diferenças biológicas entre os sexos. Com isso, busca-se falar sobre os lugares sociais e políticos ocupados tanto pelo gênero masculino quanto pelo gênero feminino, tendo como objetivo último conquistar mais espaço nestas instâncias para as mulheres, o que anteriormente lhes fora negado. Portanto, a noção de gênero não tem valor heurístico em si, mas se articula à análise da ideia do “eu” que lhe corresponde, dependendo da sociedade e do tempo histórico e político em que se encontra este “eu” (SARTI, 2004).

Considerar o lugar da mulher implica, assim, o exame prévio da concepção de pessoa, do “eu”, do grupo social em pauta, no qual se configura o sentido da diferenciação entre homem e mulher (SARTI, 2004). Partindo deste ponto, os movimentos feministas vêm em busca de tentar romper com a visão excludente e subordinada das mulheres, fruto de toda uma configuração histórica, social e ainda muito presente nas relações conjugais. O lugar da mulher nas relações conjugais é de submissão, enquanto sujeito social dentro da lógica do patriarcado. A relação particular entre estes casais que vivem atravessados pelo regime patriarcal revela a assimetria de poder e produz dois polos na relação submissão-dominação.

Esta lógica patriarcal, em certo sentido, justifica a violência conjugal. Por sua vez, o feminismo cumpre seu papel de denunciar a sistemática violência e exclusão das mulheres do ambiente social. Nesse contexto, o conceito de gênero desconstrói a explicação naturalizada para tal fenômeno social, e explica que este é produzido pelas relações desiguais de gênero. Assim, o gênero aponta para uma relação cuja categoria analítica é uma ferramenta de análise da violência.

Segundo Machado (1994) e Sarti (2004), os movimentos sociais feministas procuram conquistar espaços sociais e políticos para as mulheres e, para isto, em sua primeira onda,

colocam a igualdade do ponto de vista de direitos como questão: somos diferentes, mas somos iguais. O objetivo último seria o de superar os preconceitos e as desigualdades, para isso, era necessário ocupar lugares em que as mulheres tivessem voz, tivessem direito à fala e manifestação. Entretanto, o movimento passou por algumas fases, se assim podemos chamar. À medida que se conquistavam alguns espaços, surgiam outras questões e necessidades, por isso optamos por fazer a referência no plural: “os movimentos feministas”. O movimento inicial do século XIX foi o de luta pela igualdade, baseado no ideal da época de igualdade e liberdade. Ele tinha como objetivo colocar em questão a igualdade das mulheres perante a lei, além de reivindicar seu lugar como indivíduo de direitos, com o objetivo de fazê-las parte da categoria universal de indivíduo no que tange às questões sociais e políticas. Este momento inicial do movimento almejava acabar com a lógica patriarcal de subordinação feminina.

Entretanto, a ideia de igualdade tendeu a apagar as diferenças que existem entre os sexos. As mulheres queriam direitos iguais: sociais e políticos, mas também queriam ser reconhecidas por sua diferença para quebrar a lógica de um homem universal, o que não significava produzir uma mulher universal. Entretanto, somente por volta do século XX, junto aos movimentos sociais dos anos 1960, é que se desloca a preocupação com a igualdade para a preocupação com a diversidade. Neste segundo momento, era necessário e mais propício afirmar as diferenças e especificidades de gênero. As feministas procuraram, então, reivindicar direitos para as mulheres respeitando as diversidades que existem entre as próprias mulheres. Neste momento, desfaz-se a corrente pela igualdade como algo universalizado e afirma-se a corrente pelas diferenças, ou seja, pela diversidade. É interessante apontarmos que o termo diferença aqui não é sinônimo de desigualdade e sim de particularidades no modo de ver, sentir e se comportar. O objetivo do movimento feminista era obter uma igualdade de valor, deixar claro que os gêneros masculino e feminino são diferentes sim, tem suas particularidades, mas devem ser tratados e ter direitos equivalentes, de valor equitativo. O que se busca neste segundo momento do movimento é o reconhecimento de que há diferenças para além das anatômicas – as diferenças de gênero ou sociais –, resultados de uma construção cultural, social e histórica e não resultados de um determinismo biológico.

Os movimentos feministas buscam trocar as relações desiguais por relações mais equitativas quando se colocam a pensar na origem da determinação da subordinação feminina em face da dominação masculina. Entretanto, o que se percebe é que os valores antigos do

patriarcado ainda permeiam as dinâmicas conjugais na contemporaneidade e isso sustenta a naturalização de muitas formas de violência contra as mulheres por parte de seus parceiros íntimos até o momento atual.¹ Como colocado por Silva (2010) e Saffioti (2004), é de interesse daqueles que detém o poder manter as desigualdades sociais, pois isto mantém seus lugares sociais privilegiados intactos. Esta seria a lógica patriarcal. Manter a relação desigual de poder seria, de certo modo, lucrativo para quem está na posição de dominação e, até mesmo, justificaria muitas atitudes discriminativas e pouco altruístas, ou seja, violentas.

Como podemos notar, as transformações sociais e políticas que atravessaram a modernidade possibilitaram o surgimento do *sujeito pós-moderno*, cuja identidade é móvel, não permanente, que se constrói no decorrer da história e não é dado de forma inata. O sujeito poderá, pois, assumir identidades diferentes em momentos diferentes. Na contemporaneidade, a mudança assume um caráter ainda mais específico, conhecido como globalização, que produz impacto na identidade cultural dos sujeitos. Além disso, a mudança nesse contexto é ainda mais rápida e contínua, o que a distingue das sociedades consideradas tradicionais, nas quais os símbolos do passado são venerados e perpetuados. Para além das velocidades das transformações, a sociedade moderna é definida também pelo seu caráter altamente reflexivo. Suas mudanças alteram as estruturas das antigas instituições ou simplesmente criam instituições absolutamente novas – se comparadas às tradicionais (HALL, 2002).

O referido autor nos fala das discontinuidades na identidade do sujeito da pós-modernidade, com constantes fragmentações e rupturas de forma, em que não há mais um centro único de poder como o sujeito do iluminismo, mas vários, uma pluralidade deles. Assim, assinala que a contemporaneidade é caracterizada pela diferença. Diferenças de posições, visões, antagonismos e, conseqüentemente, diferentes identidades. Essas sociedades não se desintegram totalmente e sim se articulam, contudo, sua estrutura permanece aberta. De acordo com Hall (2002), a pós-modernidade fez surgir uma nova forma de individualismo e também uma nova

¹ O momento contemporâneo recebe vários nomes dados pelos estudiosos, como modernidade líquida por Zygmunt Bauman, sociedade pós-tradicional por Anthony Giddens, condição pós-moderna por Jean François Lyotard (1984), entre outros. Neste estudo não temos a pretensão de discutir essas diferenças conceituais, e nem se há uma ruptura ou continuidade da era moderna. Caracterizamos a contemporaneidade como um estado de fragmentação, pluralismo e individualismo. Ao mesmo tempo em que observamos acontecimentos globais que aceleram os laços entre as nações, presenciemos também um fortalecimento das culturas locais, grupos minoritários – étnicos, de gênero ou raciais – promovendo, portanto, a coexistência do local e do global. Nesse contexto, também houve uma alteração do tempo e do espaço com grande aceleração das transformações tecnológicas, os bens materiais tornando-se obsoletos numa rapidez vertiginosa e à disposição do consumidor (KUMAR, 1997). Tomaremos no presente trabalho o termo contemporaneidade para descrever este momento atual, baseando-nos nos estudos de François de Singly (2007).

forma de sujeito individual em relação a sua identidade. Isso não significa, entretanto, que no passado a individualidade não existia, mas sim que esta era vivida e conceitualizada de forma distinta.

As mudanças da segunda metade do século XX, portanto, incitaram mudanças nas identidades e, assim, nas relações entre os sujeitos. Singly (2007) nos traz as mudanças provocadas nas famílias e nas relações conjugais para que possamos compreender o funcionamento das famílias contemporâneas ocidentais. O autor afirma que as sociedades contemporâneas impõem o surgimento do indivíduo original, aquele que possui uma autenticidade e deve ser considerado em sua individualidade e sua diferença, o que é próprio de sua natureza. O pesquisador deixa ainda claro que essa procura de si não se refere a um narcisismo, pelo contrário, ele nos convida a pensar sobre a importância do olhar do outro, das relações para a construção do sujeito e para que este chegue ao conhecimento de sua própria natureza.

Singly (2007) frisa também a importância da família como espaço no qual se constrói grande parte da identidade pessoal dos indivíduos. O indivíduo precisa do olhar das pessoas a que ele atribui importância e sentido para tornar-se ele mesmo e, dessa forma, a família seria o lugar de construção desse *eu*. Neves, Gomes & Vidal (2014) também frisam que na contemporaneidade o olhar do *outro* importa para a construção do *eu* e a família funciona como este *outro*. Essas relações vinculares profundas vão estruturando o psiquismo do sujeito, pois, segundo os mesmos autores, o *outro* seria o objeto de realização de desejo e satisfação individual. Dessa forma, nós temos a insatisfação e a busca pela satisfação dos desejos individuais como princípio regulador da sociabilidade na contemporaneidade.

O período final dos anos 1960 até o momento atual tenta conciliar as reivindicações dos indivíduos em se tornarem autônomos e seus desejos de continuar a viver, na esfera privada, com uma ou várias pessoas próximas. O início do século XX até os anos 1960 caracterizou-se pela construção de uma lógica de grupo, centrada no amor e na afeição. Essa família moderna é então um grupo regulado pelo amor, no qual os adultos estão a serviço do grupo. A família *contemporânea* não está em ruptura total com a *moderna*. A família da contemporaneidade distingue-se daquela que a precede pela valorização do processo de individuação. O elemento central não é mais o grupo reunido, são os membros que a compõem, em sua individualidade. A família transforma-se em um espaço privado a serviço de cada indivíduo (SINGLY, 2007).

Segundo o mesmo autor, a vida conjugal da família contemporânea permite o reconhecimento de uma *pessoa* enquanto *pessoa* e busca um “ser livre junto”. Não se deseja a dedicação excessiva ao outro, mas também não se pretende o fechamento egoísta sobre si. Ela é relacional e individualista e “é nessa tensão entre os dois polos que se constroem e se desfazem as famílias contemporâneas” (SINGLY, 2007, p.15). Aqui entra um paradoxo do sujeito social na contemporaneidade, pois este teria que lidar com sua constituição de sujeito individual e, ao mesmo tempo, com os laços sociais (NEVES, GOMES & VIDAL, 2014). Assim, viver em sociedade, ou seja, com o outro, estaria indo contra (muitas vezes) a satisfação de seus desejos individuais.

A família, portanto, mudou para produzir esses indivíduos contemporâneos. De acordo com Singly (2007), a intimidade conjugal deve ser o lugar ideal no qual é possível acreditar que este indivíduo está despido dos papéis sociais e que atingiu seu nível de autenticidade mais profundo. A nosso ver e pensando junto com nosso autor, este lugar deveria ser de diálogo, de igualdade de direitos, de liberdade de expressão e tentativa de satisfazer os desejos um do outro sem desejo de mando ou opressão de um cônjuge para com o outro. A lógica na qual está fundada a família contemporânea é a procura não de solidez, mas da satisfação das necessidades psicológicas de cada membro deste casal. A adesão a um ideal que valorize o respeito à autonomia no seio do casal é uma demanda difícil de alcançar, além de também se mostrar uma tarefa difícil se despir totalmente dos papéis sociais. Segundo os levantamentos feitos pelo supracitado autor, a adesão aos valores contemporâneos parece estar associada à fragilização dos laços conjugais, que resulta na diminuição dos casamentos e no aumento dos divórcios. Entretanto, as disfunções nestas relações a dois não são maiores do que as do projeto tradicionalista.

Neves, Gomes e Vidal (2014) convidam-nos a pensar que a violência intrafamiliar seria uma das expressões do paradoxo do sujeito contemporâneo. Trazendo esta lógica para o recorte de nosso estudo, a violência conjugal poderia ser pensada como uma saída para as reivindicações das satisfações individuais de cada cônjuge que não foram alcançadas e causaram insatisfação. Para esses autores, isto seria a produção de um sintoma por não encontrar outra solução para o paradoxo. Assim, percebemos que as exigências contemporâneas inserem o sujeito neste paradoxo, que se torna uma batalha interior pela busca de sua existência e de se diferenciar enquanto indivíduo. Ele pode encontrar na violência uma possibilidade de subjetivação, uma

maneira de ser/existir e de se auto afirmar em sua diferença.

Nas relações conjugais, a busca pela satisfação das necessidades individuais pode tornar-se fonte de sofrimento quando não satisfeita e, dessa forma, a violência pode ser compreendida como sendo gerada no encontro com o *outro* que não consegue satisfazer todas as expectativas do *eu*, isto é, no marco da intersubjetividade presente nas relações. Se cada cônjuge procura sua satisfação individual e, assim, não se volta para o outro, provavelmente haverá insatisfação de ambos, que pode ser traduzida em forma de violência. Logicamente, as diferenças entre os pares transformadas em violência já existiam antes da constituição da sociedade contemporânea. Viemos frisar aqui que elas tornam-se mais evidentes pela lógica da busca pela individualidade na contemporaneidade, pois neste momento atual pode-se reclamar a singularidade.

Segundo Singly (2007), a instabilidade conjugal – resultado da vivência dos ideais contemporâneos de individualidade na intimidade do casal – tem efeitos desiguais conforme o gênero. Nessa direção, o mesmo autor aponta que, após a separação, fica nítida a desvalorização da mulher, pois esta sofre um empobrecimento, o que evidencia a ideia de que o homem é o provedor, fruto da lógica patriarcal. Os homens, ao contrário, ficam mais independentes e têm custo econômico menor com o divórcio. Nesse sentido, fica confirmada a concepção da identidade masculina centrada na valorização do trabalho profissional perpetuada pelo patriarcado até a atualidade.

Quando fazemos o exercício de pensar as origens dessas desigualdades de gênero, é necessário notar que há uma diferença não apenas dos lugares sociais de homens e mulheres, mas também de comportamentos tidos como femininos ou masculinos. Este exercício do pensamento abre portas para se romper com o essencialismo, o que seria romper com uma explicação naturalizada para a violência. O objetivo central das teorias de gênero é o da desconstrução da ideia de uma natureza feminina ou masculina, buscando revelar que esta é uma construção social.

Com todas as transformações sociais e políticas dos séculos XIX e XX, os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, o que contribuiu para legitimar a mulher como sujeito social particular. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, no âmbito da saúde, emergiu como problema de saúde pública, que requer atenção especializada. No fim da década de 1980, como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração na condição da mulher por meio da

Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal. A partir daí houve a abertura de espaços tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher, fato que contribuiu para desnaturalizar definitivamente o lugar social por meio da consolidação da noção de gênero como referência para a análise (SARTI, 2004). A relação conjugal abre um pouco as portas para uma nova visão dos possíveis papéis desempenhados por cada gênero. Por um lado há, em certa medida, um esforço para uma divisão mais equitativa destes papéis, entretanto, ainda coexistem os valores perpetuados pelo patriarcado, que atravessam o psiquismo e podem refletir-se em comportamentos violentos.

Acreditamos ser necessário fazer aqui uma distinção entre violência e conflito, pois um não é sinônimo do outro. Como dito há pouco, a violência é fruto de relações desiguais e assimétricas de poder, nas quais um dos polos é colocado em posição subalterna ao outro e tratado na condição de coisa (CHAUÍ, 1985). Já os conflitos existem onde há uma divergência, seja de opinião, de valores, de modos de viver, e não necessariamente implicam em uma submissão. O conflito atravessa as relações entre as pessoas de um modo geral – não somente entre homens e mulheres, ligados maritalmente –, já que os sujeitos são oriundos de diferentes raças, crenças, culturas. Conflito não é crime previsto por lei, enquanto a violência contra a mulher sim. Entretanto, o que ocorre é que muitas vezes tratamos um termo pelo outro e isso pode levar à impunidade do agressor. Os valores perpetuados pela lógica patriarcal durante toda a nossa história de forma naturalizada fizeram com que a violência contra a mulher não fosse vista propriamente como violência nas sociedades tradicionais. Tomar o conflito como sinônimo da violência praticada contra a mulher afirma e naturaliza a cultura de agressão à mulher.

Insistindo na desnaturalização, Scott (1990) nos convida a pensar gênero como uma categoria de análise histórica, uma análise do sentido e da natureza de sua opressão. As desigualdades de poder ao longo da história estão organizadas segundo três eixos: gênero, classe social e raça. No caso de gênero, o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos. O desafio proposto por Scott, então, seria de uma análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também da ligação entre a lógica patriarcal e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero se estabelece nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como

categoria de análise.

O termo *gênero* já inclui as mulheres sem as nomear, entretanto a teórica pós-moderna mencionada aqui defende que toda informação a respeito das mulheres é, necessariamente, informação sobre os homens, um implica no estudo do outro, pois gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O termo torna-se, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis tomados como próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos mesmos.

No seu uso descritivo o *gênero* é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às relações entre homens e mulheres, no entanto, não é sinônimo de mulher. As teorias de gênero intentam desnaturalizar a lógica de opressão patriarcal, que existe na sociedade muito antes de se buscar pensar sobre ela. Entretanto, gênero enquanto categoria de análise é um novo tema, novo campo de pesquisa histórica. O desafio é, portanto, a reconciliação da teoria – que era concebida em termos gerais ou universais – com a história – que tratava do estudo de contextos específicos presentes nos pensamentos e comportamentos de toda sociedade.

Há uma série de abordagens na análise do gênero que buscam esta ponte entre os dois conceitos, entretanto, optamos no presente trabalho por discorrer apenas sobre as questões do patriarcado – segundo Scott (1990) e Saffioti (2004) –, pois esta lógica pode nos servir de lente para pensar e analisar as relações conjugais conflituosas do ponto de vista das influências sócio históricas.

A discussão das famílias teóricas de Scott (1990) sobre gênero revela que as teorias do patriarcado têm trazido à tona toda a história de subordinação das mulheres e encontraram a explicação para este fato na “necessidade” do macho de dominá-las. Se a reprodução era a chave do patriarcado para algumas estudiosas, para outras a resposta encontrava-se na sexualidade em si. As teorias do patriarcado questionam a desigualdade entre homens e mulheres e propõem uma análise interna ao sistema do gênero em relação à organização social. A diferença física entre homens e mulheres não tem caráter universal e muito menos imutável, entretanto, esta diferença suporta uma explicação naturalizada da desigualdade social.

O problema proposto pela historiadora é de que a lógica do patriarcado acabaria por limitar/reduzir as construções de gênero, o que engessaria as relações conjugais e não abriria possibilidades para se pensar novas formas de configurar estas relações. Elas estariam amarradas

pela lógica do poder de dominação masculina em face da submissão feminina, portanto, a diferença física se tornaria uma desigualdade de poder sem possibilidade de haver equidade de papéis. Isso apenas viria a justificar a violência conjugal, sem deixar uma brecha para se articular modos de existir diferentes, onde se poderia pensar uma simetria de poder, de papéis, de lugares.

A intenção da historiadora Scott (1990) é nos fazer perceber e reconhecer que os sistemas econômicos não determinam diretamente as relações de gênero, mas todas as desigualdades evidenciadas nas relações entre homens e mulheres e nas posições que ocupam também fora do âmbito familiar são atravessadas por uma cultura patriarcalista. Os estudos sobre gênero na academia foram possibilitados por todas as aberturas que os movimentos feministas realizaram. Podemos notar que a discussão de gênero enquanto conceito e as publicações sobre questões especificamente femininas são alguns dos resultados de todo o movimento social.

Scott (1990) propõe a categoria de gênero como uma forma de pensar e dar significado às relações de poder que atravessam a nossa história e continuam a se fazer presentes nos modos de relação entre homens e mulheres. A autora aponta para a possibilidade de se romper com a naturalização não somente dos antagonismos sexuais entre masculino e feminino, mas também dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, enfatizando que estes não são características inerentes da espécie humana e sim construtos históricos subjetivos (SENA, 2004).

Como pontuado por Sena (2004) e também por Scott (1990), os discursos sobre gênero são construídos histórica e culturalmente; estão, pois, em contínua transformação. Por ser uma construção que passa por diversos tempos históricos e culturas distintas, o gênero torna-se plural, ou seja, há diversos sub-discursos sobre este. A multiplicidade deste campo abre espaço a várias abordagens teóricas para se pensar suas questões. Diante deste pluralismo e de toda a abertura que a contemporaneidade proporciona, podemos pensar novas configurações das relações conjugais, passíveis de mudanças e que buscam a simetria e a equidade, o que poderia transparecer em relações talvez menos conflituosas, mais dinâmicas e livres (SCOTT, 1990).

A pesquisadora ainda nos chama a atenção para a questão de que falta uma maneira de conceber a “realidade social” em termos de gênero, ou seja, é preciso considerar a realidade social, mas também a especificidade de gênero. Mas como se daria isso? A política é um meio no qual o gênero entra como categoria de análise histórica, até mesmo porque tange a questão do poder tão discutido por essa autora. Segundo a estudiosa, o termo gênero seria definido como “[...] elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os

sexos” e como “primeiro modo de dar significados às relações de poder”. [...] “O gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1990, p. 14-16). A discussão de gênero é política e, por ser política, também é um meio pelo qual se pode pensar em mudanças nas estruturas sociais, nos lugares ocupados pelo gênero masculino e feminino, nos modos de relação entre homens e mulheres.

Scott (1990) busca revelar, portanto, que os estudos de gênero seriam de grande contribuição à análise da realidade social e política, em resposta à necessidade de gerar mudanças nas relações de poder entre homens e mulheres. Aqui entra a lógica do empoderamento pensada pelo feminismo de início “[...] como processo de superação da desigualdade e de subordinação” (PRA & EPPING, 2012, p. 46). Esse processo foi desenvolvido pelo movimento social feminista e obteve diversos resultados, como visto. O empoderamento destas mulheres, somado ao desenvolvimento de suas redes de relações sociais, possibilitou diversas mudanças sociais e políticas e abriu espaço para as mulheres. Isso revela que, quando se abre espaço para uma autonomia individual e coletiva, existe uma oportunidade de transformação das estruturas de discriminação e desigualdade. Portanto, não podemos pensar sobre gênero sem colocar as relações de poder presentes entre homens e mulheres, o que torna nossa discussão essencialmente política. Falar de gênero e das construções sociais do *ser homem* e do *ser mulher* é falar de relações de poder.

As mudanças sociais e políticas advindas dos movimentos feministas começam por abrir este diálogo para pensarmos sobre a política destas relações, inclusive as que atravessam as relações conjugais. O problema é que homens e mulheres estão tão mergulhados em relações de poder que acabam por naturalizar seus assujeitamentos. Naturaliza-se a força masculina e a correlata fraqueza feminina que, muitas vezes, se desdobram na violência masculina e na passividade feminina. A crítica feita o tempo todo à naturalização como aquilo que tampona a historicidade é um mecanismo das feministas e dos estudos de gênero para tentar superar as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Estes movimentos possibilitaram, pois, a abertura de campos para se pensar medidas protetivas e preventivas para as mulheres em condição de violência doméstica e intrafamiliar (SENA, 2004).

Apesar do esforço para tais mudanças, o tempo demonstrou que a epistemologia feminista como proposta de construção de uma nova subjetividade feminina e masculina defrontava-se com conflitos e tensões nas relações que não se resolviam tão facilmente como se desejava, por incidir

sobre questões que vão além das questões macrosociais. A internalização do discurso do dominador por cada um destes cônjuges faz deles cúmplices de sua própria dominação e esta dinâmica microssocial possui fatores que também são políticos, mas que, além disso, atravessam a subjetividade de maneira a estabelecer um jogo de difícil quebra (SARTI, 2004).

A abertura que o movimento feminista proporciona para se pensar as questões das mulheres (e que recai na violência já sofrida pela mulher por parte de seu parceiro) deixa visível como os elementos da violência conjugal passam por um mecanismo relacional e, como veremos no próximo capítulo, também transgeracional. Isso aponta para a necessidade de se trabalhar tanto a vítima quanto o agressor e para se pensar em termos de subjetivação de cada um destes cônjuges. Os processos de subjetivação do homem e da mulher constroem subjetividades diversas, que possuem referências sociais e culturais específicas. O movimento feminista vem, portanto, colocar a violência conjugal no campo político e social. Para criar medidas de prevenção da violência, é preciso não naturalizá-la e frisar que a mesma é um problema de saúde, social, político e, portanto, deve ser trazida para a ordem pública (MACHADO, 1994).

Nesse contexto, privilegiamos neste estudo as relações assimétricas no âmbito familiar, mais especificamente nas relações conjugais heterossexuais nas quais as diferenças de poder emergem cotidianamente. Acreditamos que tais diferenças podem se reproduzir ou se transformar, seja na esfera conjugal, seja na esfera pública. Saffioti e Almeida (1995) trazem o gênero para uma discussão da relação – que não deixa de ser política –, mas não excluem os *afetamentos* que o gênero enquanto categoria de análise histórica produz nestas relações. Segundo as autoras, gênero como relação social constitui um fenômeno em constante transformação, pois a mutabilidade é parte característica da sociedade. Scott (1990) concorda ao dizer que gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. No presente estudo queremos, portanto, focar nas relações afetivas familiares que atravessam as gerações, sem nos esquecer de que tais relações não estão fora do espaço histórico e político.

É verdade que a lógica patriarcal atravessa as relações entre homens e mulheres, porém, já que é uma construção cultural e histórica, oferece limites em suas leituras, principalmente pela tão comentada naturalização nos papéis sociais de cada um dos cônjuges. Há um variado acervo de condutas tanto para homens quanto para mulheres, opções, possibilidades de escolhas, já que o ser humano é múltiplo, mutável, variável, permeável pelo meio e pelas relações. Isso reforça a ideia de que o ser humano não se constitui exclusivamente pelo gênero, mas também por outras

variáveis como: raça, etnia, classe social, crença (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995). Segundo as mesmas autoras, quando se observa o sujeito interagindo socialmente, ali estão presentes vários processos subjetivos que revelam a dinâmica psíquica e social. Os afetamentos que o meio produz no sujeito podem abrir espaços para mudanças nas relações. Aqui busca-se colocar o sujeito como multifacetado, em suas várias subjetividades e, possivelmente, disponível para abertura ao novo (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995).

Entretanto, as várias subjetividades do indivíduo são fruto de um processo de capitalização, no qual se tem uma variada rede de informação que permeia a subjetividade deste sujeito e realiza processos múltiplos de conexão do meio externo com o íntimo (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995). Guattari e Rolnik (1986) afirmam que a constituição da subjetividade, ao contrário do processo de singularização, não é uma via de mão dupla. As subjetividades constituídas em massa pela infinidade de disposições capitalísticas obstaculizam os processos de singularização. Nas relações conjugais atravessadas por esta dinâmica, isso cria possibilidades para o deslanchar dos laços violentos, pois a subjetividade está em grande parte tomada pelos preconceitos de massa, impedindo, muitas vezes, a percepção da própria relação ali vivida na intimidade e dificultando a abertura para saídas do jogo relacional violento que vai ser reproduzido.

A experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano: interrompem-se os processos de singularização. É, portanto, num só movimento que nascem os indivíduos e morrem os potenciais de singularização (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 36).

No processo de singularização das relações há a possibilidade para a criação de outros modos de se relacionar que não permanecem atrelados à história e à cultura, o que permite fixar aquilo que é mais singular, único e transcultural (GUATTARI & ROLNIK, 1986). Desse modo, se pensa e se produz para além dos atravessamentos de gênero enquanto produção histórica e cultural, retirando a violência do eixo enrijecido dominador-submissa. Abre-se caminho aqui para se trabalhar estes casais com aquilo que lhes é mais singular na própria construção de sua relação íntima.

De fato, há atravessamentos culturais nas relações conjugais que são perpetuados geração após geração, entretanto, quer-se chamar a atenção agora para a própria relação em si, buscando que estes mesmos atravessamentos passem também pela relação, sem se restringirem às

construções históricas e culturais dos antepassados, mas pautando-se pelas próprias relações dos mesmos. O indivíduo corresponde, portanto, a um produto e, ao mesmo tempo, é produtor de várias tecnologias sociais, práticas institucionalizadas da vida cotidiana (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995).

Trazendo as reflexões de Guattari & Rolnik (1986) para a lógica das relações conjugais violentas, estes buscam superar a lógica dicotômica das relações, mantendo o foco nas produções subjetivas que são afetadas e também afetam os meios sociais. Saímos do campo da economia política e entramos no campo da economia subjetiva, até mesmo porque as transformações que podem ser realizadas nas subjetividades individuais, ou seja, a nível micro, são de grande articulação para mudanças macrossociais, pois há uma intensa articulação entre os dois planos (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995). Atentar-nos-emos às intimidades das relações investigando o que há no plano micro, familiar, conjugal, geracional e que, ao mesmo tempo, diz respeito a uma política das relações.

2.2 A violência conjugal no Brasil

De acordo com a World Health Organization – WHO (2002) e com os dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2014), a violência contra a mulher por parte do marido ou parceiro assume números significativos e configura-se como relevante problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Segundo o Ministério da Saúde, este tipo de violência no Brasil tornou-se um desafio para os gestores do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2001). Pode-se afirmar que a violência nas relações de casal é tão significativa que assume caráter endêmico, ou seja, diferentemente de uma epidemia, tem um caráter contínuo.

No Brasil, a pesquisa conduzida por Venturi, Recaman e Oliveira (2001) estima que 2,1 milhões de mulheres já sofreram espancamentos graves. Os dados atualizados do *Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil* apontam que é principalmente no ambiente doméstico que ocorrem as situações de violência contra a mulher. A taxa de ocorrência no ambiente doméstico é 71,8%, enquanto que em vias públicas é 15,6% (BRASIL, 2012). Segundo o Ministério da Saúde (2012), 37.717 mulheres entre 20 e 59 anos foram vítimas de algum tipo de violência no Brasil. Entre as principais agressões notificadas destaca-se a física, com 78,2%, seguida por violência psicológica (32,2%) e sexual (7,5%). A maioria das agressões ocorre dentro

da própria residência (60,4%) e os homens com os quais elas se relacionam ou se relacionaram são os principais agressores (41,2% dos casos).

Como a presente pesquisa pretende estudar os efeitos destas relações violentas sobre a próxima geração, ou seja, sobre os filhos, discorreremos também sobre os dados obtidos no Brasil sobre os mesmos. Inúmeros estudos de caso acerca dos efeitos da exposição à violência conjugal em crianças tiveram início na década de 1970 (D'AFFONSECA & WILLIAMS, 2011). Na literatura nacional, foram identificados os mesmos dados obtidos na literatura estrangeira em relação à ocorrência de depressão, agressividade, isolamento e baixa autoestima (CORRÊA & WILLIAMS, 2000). Nesse sentido, as pesquisas demonstram que a violência conjugal produz graves distúrbios de comportamento nos filhos, a começar por seu desempenho escolar, e pode dificultar também suas relações sociais. Além disso, os mesmos estudos apontam para quadros psicossomáticos em que essa criança expressa no corpo seu sofrimento psíquico (D'AFFONSECA & WILLIAMS, 2011; BRAZ & cols., 2005; BRANCALHONE & WILLIAMS, 2003; CORRÊA & WILLIAMS, 2000). Cabe destacar que, em um estudo realizado por Zerk *et al.* (2009, *apud* D'AFFONSECA & WILLIAMS, 2011), mesmo em casos nos quais não foi encontrada uma correlação entre a violência conjugal e os distúrbios de comportamento da criança, os sintomas decorrentes da violência sofrida pela mulher – como angústia e depressão – foram correlacionados a dificuldades no manejo comportamental e emocional das crianças.

Investigações realizadas nos Estados Unidos estimam que entre 3,3 milhões e 10 milhões de crianças estão expostas à violência conjugal de seus pais a cada ano. Acreditamos que essa realidade também está presente no Brasil. A criança não precisa observar diretamente a agressão para ser afetada. Deste modo, a criança exposta à violência conjugal é aquela que viu ou ouviu um ato de violência cometido contra sua mãe, viu o seu resultado ou vivenciou o seu efeito ao interagir com seus pais (BRANCALHONE & WILLIAMS, 2003).

Como se pode notar, a violência conjugal é um problema motivador de um emaranhado de questões. O presente trabalho tem em vista, especificamente, os efeitos transgeracionais. Para tal intuito é necessário, antes, pensar na própria relação violenta entre o casal e analisar os atravessamentos de gênero, como já dito anteriormente. A violência é um elemento na socialização de gênero, ela forma e informa papéis estereotipados de gênero: homens violentos como *viris*; mulheres submetidas como femininas.

Os estudos sobre a violência entre parceiros íntimos apontam a necessidade de pensarmos

as tensões e as interseções existentes em uma sociedade envolvendo as relações entre homens e mulheres. A pesquisa desenvolvida por Magalhães e cols. (2013) aponta para a importância de se (re)pensar a construção histórica de uma determinada região e a sua diversidade. Trata-se de ir ao encontro de uma perspectiva que nos possibilite refletir sobre as multiplicidades contidas na construção histórica.

Os estudos historiográficos sobre as mulheres e as discussões sobre gênero e seus avanços possibilitam visualizar a ação feminina tanto nos macroespaços históricos quanto nas microesferas do cotidiano, destacando, neste último, as mulheres e suas práticas cotidianas, bem como as brechas das quais elas lançam mão para lidar com as relações de poder estipuladas em uma sociedade. Entendemos que “a condição feminina é constituída histórica e socialmente,” e é a partir da dinamicidade que as mulheres, como agentes sociais, buscam na “[...] criatividade dispersa em meio às redes de vigilância as táticas e bricolagens” para subverter situações, reivindicar espaços, opor-se aos abusos de ordens variadas, mostrar-se visíveis (MAGALHÃES e cols., 2013, p.841).

Seguindo essa perspectiva, nosso interesse no momento é trazer à luz questões que nos levem a pensar a condição dos protagonistas envolvidos na violência – em uma dada sociedade – e suas ações e possibilidades em meio a esta, em meio a valores norteadores que se respaldam nas relações de poder entre homens e mulheres. Dessa forma, convido os leitores a trazer a violência de gênero para nossa realidade brasileira.

Até o século XIX, as mulheres brasileiras estavam inseridas em uma sociedade patriarcal, na qual eram meras coadjuvantes, e o papel que lhes cabia era, predominantemente, o de mãe e esposa. Com o advento da República e as transformações que daí resultaram, esse modelo patriarcal de família começou a se mostrar insuficiente. A crescente urbanização e industrialização obrigou as mulheres a entrarem no mercado de trabalho fora do âmbito doméstico. É importante apontar que as mulheres desempenhavam trabalhos anteriormente, porém, apenas no âmbito doméstico, os quais eram invisíveis, assim como já são muitos os trabalhos não-domésticos desempenhados por mulheres na atualidade (MAGALHÃES & cols., 2013).

Essas transformações pelas quais as mulheres passaram desde as primeiras décadas do século XX, no Brasil, geraram inúmeras discussões a respeito do seu papel, pois elas deixaram a esfera do privado e buscaram engajamento na esfera pública. Sua entrada no mercado de trabalho remunerado “criou uma divisão sexual do trabalho na esfera pública que espelhava e reforçava a divisão sexual do trabalho na família” (MAGALHÃES & cols., 2013, p.846), já que esta tinha se

tornado menos rígida hierarquicamente, mas não menos importante como uma instituição para controlar a sexualidade das mulheres e preservar as relações de classe. Apesar de não ocorrer mudanças profundas nas relações de poder, a mulher começou a conquistar espaços na vida social e, conseqüentemente, participação na vida política, por mais incipiente que fosse.

A participação feminina na política brasileira, de uma maneira mais intensa, apresentou-se a partir do ano de 1919. A luta pelo direito feminino ao voto continuou e as manifestações feministas tornaram-se cada vez mais presentes na sociedade brasileira. Os movimentos sociais feministas iniciaram, à época, as discussões sobre as questões de gênero, que sempre perpassaram a construção das políticas de afirmação identitária e o fomento das políticas públicas e de cidadania. É importante notar como esse amplo debate provocou mudanças de atitudes e comportamentos nas sociedades modernas, como forçou também uma mudança nas políticas públicas e de cidadania para garantir às mulheres os direitos que lhes cabiam nessa sociedade (MAGALHÃES & cols., 2013).

Um dos resultados das mudanças sociais foi a criação da delegacia da mulher. Os estudos a respeito da violência sofrida pelas mulheres tiveram seu início na década de 1980, em virtude de tais movimentos sociais e políticos ocorridos no Brasil. Tais estudos tinham como objetivo identificar os crimes mais denunciados, quem eram as mulheres agredidas e seus agressores. As pesquisas mostram que muitas mulheres lançavam mão do aparato policial como forma de se tornarem visíveis em uma sociedade que delimitava seus espaços e pouco valor lhes atribuía (MAGALHÃES & cols., 2013).

Vale lembrar que a maior parte da violência sofrida pelas mulheres acontece no espaço doméstico, ou seja, ocorre no âmbito privado. A criação da delegacia para denunciar essas violências retira a violência conjugal, objeto de nosso estudo, do campo do invisível e a leva a público. Com certeza, a violência sempre existiu, a diferença é que após o movimento feminista – que abriu as portas para se enxergar as desigualdades de gênero de forma questionadora e não mais naturalizada – estas práticas passaram a ser vistas por nossa sociedade como uma violência, um crime, e foram sendo denunciadas e estudadas. Infelizmente, ainda existe hoje a justificativa de tal violência como uma prática cultural, um mecanismo de controle social, familiar.

Desta maneira, o presente trabalho discorre sobre a violência conjugal de modo a favorecer a sua visibilidade. Nosso intuito é colocar o tema para além da violência física e sexual, de modo a compreender que práticas sutis de discriminação e exclusão são também formas de

violência até então invisíveis, por estarem enraizadas culturalmente nas práticas sociais.

Vale lembrar que a lei Maria da Penha alterou o Código Penal brasileiro e possibilitou que os homens agressores de mulheres no espaço doméstico fossem presos em flagrante ou tivessem sua prisão preventiva decretada. Assim, a agressão contra a mulher tornou-se crime e quem a comete não pode mais ser castigado com penas alternativas, como era na época da lei nº 9.099/95 (BRASIL, 1995). A legislação amplia ainda o tempo máximo de detenção de um para três anos e prevê medidas tais como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida (BRASIL, 2006). Outro ponto é o impedimento da retirada da acusação pela vítima nesses crimes. Além disso, a lei ampliou a tipificação da violência e descreve, inclusive, a violência psicológica como violência contra a mulher.

No nosso entender a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino. A violência contra as mulheres está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos *jogos de linguagem*, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como a *doméstica*, a *dona de casa*, a *professorinha*, a *mãe* e a *garota de programa* (SILVA, 2010, p. 560).

Podemos entender o preconceito como algo usualmente incorporado e acreditado. Ele é a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e da exclusão a que o sujeito pode estar susceptível, e gera a violência a que nos referimos e o estigma a que vai ficar atrelado. O preconceito pode se encontrar não só disseminado nas mentes coletivas de nossa sociedade, como se manifestar de forma mais sutil, disfarçada, através dos nossos hábitos linguísticos, comportamentos e atitudes. Estes comportamentos configuram violências psicológicas a que algumas mulheres estão sujeitas devido ao estigma que carregam na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a violência conjugal coloca as diferenças entre homens e mulheres traduzidas em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. É comum se perceber estas desigualdades em nosso cotidiano, nas divisões de papéis entre homens e mulheres nas famílias, no trabalho, nos relacionamentos. Ainda se tem ideais enraizados do que é ser homem e ser mulher em nossa sociedade, e alguns deles diferem de outras nações. A cultura brasileira separa os papéis de homens e mulheres de modo específico e atrelado a nossa história sociocultural. Algumas práticas brasileiras vão ao encontro da cultura de outros países, porém,

temos nosso próprio demarcador histórico (MAGALHÃES & cols., 2013; ROSA *et. al.*, 2008).

A realidade aqui experimentada perpetuou sobre as gerações o imaginário de que a condição feminina é inferior à masculina, principalmente na política e economia. A mulher era considerada dependente e passiva, transformando-se em objeto nesta relação conjugal, perdendo sua condição de sujeito e silenciando-se diante das agressões. A violência contra as mulheres é, portanto, resultado da socialização machista, de uma relação desigual de poder dos homens sobre as mulheres. Este tipo de violência cada vez mais vem se afirmando em nossa sociedade como uma questão de saúde pública e se torna uma das metas do governo brasileiro nos últimos anos (MAGALHÃES & cols., 2013).

A forma banalizada como era apresentada a violência permitiu por longos anos a sua invisibilidade perante a sociedade, no que tange ao espaço público. Entretanto, as discussões sobre gênero, com o advento do movimento feminista, principalmente no Brasil, abriram as portas para se pensar a violência conjugal como um problema de saúde pública.

Os estudos sobre violência contra as mulheres no Brasil têm feito importantes contribuições empíricas e teóricas para a visibilidade e a compreensão desse fenômeno (MAGALHÃES & cols., 2013). A coleta de dados feita em pesquisas através das queixas nas delegacias especializadas possibilitou elaborar um levantamento estatístico dos dados. As estatísticas revelam os altos índices de violência dos companheiros contra as mulheres no mundo e, mais especificamente no Brasil, não deixam dúvidas quanto à necessidade do seu combate sistematizado e quanto à necessidade de mudanças de comportamento e atitudes do homem e da mulher que vivem juntos e são vítimas e autores de violência conjugal.

O tema da violência conjugal tem sido muito discutido sob a ótica do gênero feminino, a partir da visão da mulher agredida, como vimos acima. Isso se faz justo, pois o próprio conceito de gênero, por muitas vezes, vem atrelado ao feminino, por ter se destacado a partir do movimento feminista. Entretanto, este conceito é aberto tanto ao gênero feminino quanto ao masculino. O mesmo olhar aberto atravessa as relações de violência conjugal, sendo esta praticada nos dois sentidos, não somente sofrida pela mulher.

Dessa forma, Smigay (2000) aponta que a violência de gênero, como uma das formas de desrespeito aos direitos humanos fundamentais, apresenta especificidades. Sugere que, entre agressores e mulheres vitimadas, existe um inter-jogo relacional que aprisiona os parceiros em um laço atravessado por contradições, antagonismos, paradoxos. A violência se compõe sobre

uma trama de relações muito particulares, na qual afetos, emoções, signos, símbolos são ancorados em relações de poder que circulam entre os pares e que são desiguais, marcam possibilidades e saídas. O impacto é extenso, envolve diferentes atores e estrutura o vínculo em torno da violência. Ela enlaça os parceiros em uma relação que tende a ficar crônica e a se rotinizar, e, por isso mesmo, fica tão difícil de ser rompida e reorganizada: o vínculo se estrutura pela violência, pelo afeto e pelo erótico.

A violência conjugal, assim, apresenta-se como um fenômeno extremamente complexo e contraditório justamente por seu aspecto relacional. É necessário um esforço de releitura sobre o aspecto da violência no espaço da intimidade. É preciso compreender que a violência não parte de um ponto para outro, mas enquanto relação ela é um processo, ou seja, a violência constitui a própria relação. Smigay (2000) vem propor, portanto, pensar a violência também sob a ótica do homem e, assim, trabalhar com a outra ponta de um fenômeno que é, sobretudo, relacional. Para que isso se torne possível, é preciso deslocar a violência conjugal de um olhar unilateral que visa somente às mudanças pensadas pelas mulheres, para alcançar os dois polos desta relação. Para haver mudanças também precisamos incluir os homens em todo o processo e, dessa forma, ver não apenas uma violência sofrida pela mulher (vítima) por parte de um agressor masculino, em uma relação vertical. É evidente que pensar a violência como relação não retira a discussão do campo do feminismo, o que estamos propondo aqui é escutar este homem que agride e ajudá-lo a superar o comportamento violento. O campo das relações conjugais deve ser pensado como horizontal, com a participação de ambos, trocas, processos, afetos e afetamentos. Tentamos, com isso, articular dois polos aparentemente distintos, mas na verdade profundamente imbricados: a violência e as relações íntimas.

Vários estudos têm se desdobrado para procurar compreender, apontar, tornar visível e, quem sabe, buscar saídas para este tipo tão complexo de violência. Duas pesquisas brasileiras realizadas por Rosa *et. al.* (2008) e Deeke (2009) apresentam de forma muito explícita como todo o contexto histórico e cultural enraizado em homens e mulheres atravessa este tipo de violência de gênero. Os dois pesquisadores nos convidam a olhar para a violência conjugal também sob a ótica do homem agressor a fim de deixar claro o aspecto relacional desta dinâmica, como apontado por Smigay (2000). Segundo Deeke (2009), a análise da dinâmica da violência doméstica a partir do discurso tanto da mulher agredida quanto de seu parceiro autor da agressão contribui para o avanço do conhecimento, traz aportes ainda não extensamente explorados para a

compreensão da dinâmica dos casais em conflito.

Na pesquisa desenvolvida por Deeke (2009), ao considerar os relatos dos homens e mulheres envolvidos em situações de violência doméstica, foi possível constatar as contradições em seus discursos. A visão que cada um tem da violência é, muitas vezes, discrepante. O que significa violência para um é naturalizado pelo outro como culturalmente aceito, fato que justifica sua conduta e problematiza o afrouxamento dos laços violentos. Neste mesmo estudo, nota-se que o relato dos homens minimiza as frequências e desqualifica várias formas de agressão apontadas no relato das mulheres. Foi frequente no relato dos homens as justificativas de que atos de agressão física e verbal são comuns entre casais, de que a denúncia era injusta e de que as parceiras também os agredem.

O estudo feito por Rosa *et. al.* (2008) notou o mesmo padrão de comportamento nas situações em que os homens atribuem a responsabilidade pela agressão cometida a suas parceiras. Transferem para a companheira a culpa pela situação e não se reconhecem como agressores; ao contrário, racionalizam a ação agressiva como comportamento desencadeado pela mulher. As duas pesquisas deixam claro como os atravessamentos culturais mantêm e justificam as relações violentas. O padrão de comportamento violento é visto como algo banal, parte da dinâmica relacional entre homens e mulheres.

Os construtos sociais ou pré-conceitos estão intimamente ligados às motivações para tais agressões. Isso se faz visível na pesquisa de Rosa *et. al.* (2008), quando se aponta que os motivos da agressão são o não desempenho do papel da mulher no que é socialmente estabelecido como tal. Os relatos dos homens, autores da agressão, apontam, por exemplo, o cuidado inadequado com os filhos como gatilho para o conflito. Uma ordem social de tradição patriarcal por muito tempo “consentiu” num certo padrão de violência contra mulheres e designou ao homem o papel “ativo” na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina à passividade e à reprodução, o que designava à mulher o papel do cuidado doméstico.

Saffioti (2004) chama a atenção para este ponto da justificativa da agressão ao frisar que tal violência, muitas vezes, é colocada como justa por responder aos comportamentos da própria mulher e culpabilizá-la pelo ato de seu cônjuge. Infelizmente, percebe-se que a mulher que sofre violência psicológica tende a se culpar das humilhações feitas por seu cônjuge, principalmente se a educação e o cuidado com os filhos e com a casa forem o motivo para a agressão. Além disso,

as duas pesquisas supracitadas refletem sobre um aspecto já muito discutido neste trabalho: as relações de poder (ROSA *et. al.*, 2008; DEEKE, 2009). O estudo revela de forma explícita as relações de poder que atravessam a dinâmica conjugal. Os fatores apontados como desencadeadores da violência estão intimamente atrelados a discursos de poder dos homens sobre as mulheres. Rosa *et. al.* (2008) identificou na fala dos homens a justificativa da agressão em função do desejo da mulher de dominá-lo, fato que deixa clara a necessidade de dominar e controlar o parceiro como força principal que alimenta a violência entre casais. Deeke (2009) percebe também, no levantamento de seus dados, que a justificativa para a violência seguia este caminho da necessidade de dominação masculina. O ciúme, a contrariedade e a traição foram fatores apontados por mulheres e homens como o elemento desencadeador das situações de violência.

Se pararmos para pensar nestes dispositivos – ciúme, traição e ser contrariado – veremos como a violência pode ser pensada do ponto de vista de relações de força expressas enquanto relações de dominação. No discurso dos homens autores da violência, este seria o meio mais eficaz para coagir e subordinar a parceira à sua vontade e para fazê-la obedecer a suas regras. Enfim, toda esta violência revela relações de poder e o poder tem duas faces: da potência e da impotência. As mulheres estão familiarizadas com esta última; os homens, entretanto, quando praticam a violência e justificam seu ato, acredita-se que também estão sob o efeito da impotência, pois, por não conseguirem que sua parceira se submeta a suas regras e sentindo-se impotentes, é que usam de violência como forma de resolver este impasse (SAFFIOTI, 2004).

Ainda por se tratar de uma relação, a violência conjugal também apresenta uma característica de cumplicidade e dependência. O estudo de Deeke (2009) evidenciou a coexistência de casais que se perpetuam num vínculo de ódio, desprezo mútuo, ataques e maus-tratos. Os relacionamentos entre casais com essas dinâmicas vão se conformando como instrumentos de tortura e autotortura, os membros do casal são vistos como personagens de um jogo em que a mulher se queixa de ser controlada, de ter que aguentar cenas de ciúme terríveis, de ter todos os passos vigiados, mas, em contrapartida, sente-se protegida e resguardada. Nesse caso, pode ser mais perigoso trocar a segurança da estabilidade, mesmo que possivelmente patológica, pelo imprevisível da liberdade. O anseio de domínio, de controle e de poder sobre o outro atua como fator que alimenta a violência entre casais.

Um estudo feito por Magalhães e cols. (2013) nos traz também esta lógica de se pensar na

dominação relacional que considera as mulheres cúmplices da violência sofrida. Assim, apontaríamos que a mesma mulher que denuncia a violência e quer se livrar deste sofrimento também o alimenta e não encontra saídas para tal contexto. O mesmo pesquisador aponta que nesta relação de dominação, onde coexistem os dominados e dominantes, os ditos dominados aplicariam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes, fazendo-as assim ser vistas como naturais, ou seja, ao inculcar o discurso envolto por categorias construídas a partir do olhar do homem, a relação que tem por base a violência, muitas vezes, passa a ser naturalizada e gera uma autodepreciação das mulheres.

Desse modo, vimos que a violência entre os casais se expressa cotidianamente como consequência de uma luta de poderes. Nessa luta, o homem considera-se ofendido na sua autoridade quando contrariado, o que muitas vezes serve como justificativa para o comportamento violento. Incluir nos estudos como sujeitos de pesquisa não só a mulher agredida, mas também seu parceiro revela características da agressão como percebidas por ambos, além dos fatores que repercutem na produção da violência conjugal a partir de ambas as percepções. Assim, não se atribui somente à mulher o papel de porta-voz do circuito de violência que se estabelece na relação do casal (DEEKE, 2009).

Nessa ótica, as diferenças em nossa sociedade são convertidas em relações de desigualdade, relações assimétricas de hierarquia. Isso implica que a vontade de uns seja subordinada à de outros. A violência conjugal está enraizada e justificada nesta forma de estruturação social, de modo a formar uma rede intrincada e complexa em que tanto o homem quanto a mulher tornam-se ao mesmo tempo vítimas e autores desta violência. Neste caso, *todos* são atingidos pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta, que não só alimenta, mas também mantém ativos os focos específicos de violência que se expressam nestas relações conjugais. Digo *todos*, pois além do casal parental sabemos que tal violência de gênero também tem efeitos sobre os filhos, perpetuando-se de maneira perversa a partir das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, cujo sustentáculo é seu componente cultural (ROSA *et. al.*; 2008).

A violência pode também ser vista como uma ação que envolve a perda de autonomia quando se está em uma relação. As relações conjugais podem se expressar e ser percebidas de maneira que a pessoa se sinta privada de manifestar sua vontade, submetendo-se à vontade e ao desejo do outro. Assim, a violência passa a ser manifestação das relações de dominação, de modo

a expressar uma negação da liberdade do outro e traduzir-se em maus-tratos. Diante da violência do homem contra a companheira, não há neutralidade; por ser uma relação, os dois estão implicados neste jogo conjugal. É preciso romper o pacto que o sustenta, o problema é saber por onde começar, já que estão permeados por preconceitos que há muito foram enraizados e envolvidos afetivamente nesta relação. Segundo Rosa *et. al.* (2008), é preciso que a sociedade se indigne e assegure à pessoa agredida segurança e dignidade, uma vez que sozinha esta não possui instrumentos capazes de romper com essa realidade para vencer o medo e denunciar as situações de violência.

Uma saída para se combater tal violência deveria ser primeiro uma reflexão política sobre como se dão as relações entre homens e mulheres, segundo a lógica patriarcal. Entretanto, estes pensamentos estão tão imbricados no íntimo de cada sujeito que há muito o que se fazer para chegar a tal façanha. Se pararmos para pensar sobre as diversas situações que abrem espaço para se questionar as questões de gênero, veremos que atualmente ainda se percebe toda a divisão de gênero e a visão privilegiada do lugar do homem em detrimento do lugar da mulher. Os homens não se sentem desconfortáveis ao se falar sobre sua masculinidade, sua sexualidade. Já a mulher se vê ofendida na mesma situação. Ainda se percebe o preconceito ligado à liberdade sexual feminina, em contraste à elevação masculina ao experimentar sua sexualidade de forma libertina.

3 TRANSGERACIONALIDADE NAS RELAÇÕES VIOLENTAS: PARA PERTENCER É PRECISO REPRODUZIR OU POSSO PARTICIPAR E CRIAR?

Pertencer a uma família é o sustentáculo para a formação subjetiva, em torno do qual aprendemos, vivemos, amadurecemos e, sobretudo, nos constituímos. A família, portanto, é fundadora da vida psíquica do sujeito, é nesse grupo que a subjetividade se constitui, que nos tornamos sujeitos (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004; CORREA, 2003). Na tentativa de definição desses grupos, podemos afirmar que

As famílias podem ser definidas como unidades de relações sociais e de reprodução tanto biológica quanto ideológica, no sentido de que é nelas que os hábitos, costumes, valores e padrões de comportamento são transmitidos e questionados. Como espaço de convivência, a família é o lugar das trocas afetivas e de informações e das decisões coletivas, como as que dizem respeito aos interesses comuns, como lazer e consumo (COUTINHO, 2006, p. 96).

A família é um espaço formador de sujeitos no qual o casal parental teria a responsabilidade sobre a educação/instrução de um sujeito em formação, que é seu filho. Dessa forma, faz-se necessário estudarmos a família como *locus* que pode se configurar como facilitador da perpetuação de comportamentos violentos ou não. Nessa direção, é na família que a violência conjugal pode ser transmitida aos filhos, pois é nela que nos desenvolvemos, inicialmente, e damos continuidade a este amadurecimento. A teoria winnicottiana do amadurecimento defende que o processo de amadurecimento pessoal depende basicamente de dois fatores: a tendência inata ao amadurecimento e a existência contínua de um ambiente facilitador. A visão de que o homem é dotado de uma tendência inata ao amadurecimento descreve-o como um desdobramento temporal da natureza humana, ou seja, todo ser humano passa por estágios de maturação que lhe são próprios (DIAS, 2003).

Segundo Dias (2003), essa tendência ao amadurecimento é vista como uma tendência à integração do homem em um todo unitário. Cada ser humano está a amadurecer, integrar-se a um todo e se relacionar. Entretanto, a tendência à integração não ocorre automaticamente, pois, apesar de inata, não se trata de uma determinação. Para que ocorra tal amadurecimento é necessário também um ambiente facilitador dos processos de amadurecimento, capaz de promover cuidado e sustentação. A ideia trazida por Dias (2003) a partir da leitura de Winnicott é de que o ambiente teria influência sobre todo o desenvolvimento do indivíduo, inclusive o psicológico. Este ambiente seria, no caso, a família na qual o sujeito foi criado, a qual lhe

proporcionaria um ambiente físico viável ao seu crescimento e amadurecimento biológico, mas também seria o local da convivência, dos afetos e afetamentos. O autor aponta ainda que existem bebês fisicamente sadios que morrem por não encontrarem uma base para seu amadurecimento emocional, o que se revela tão vital quanto o desenvolvimento biológico.

Portanto, a existência de um ambiente facilitador introduz nosso assunto sobre os atravessamentos que a dinâmica conjugal produz na subjetividade dos filhos. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2007), a família tem o papel de nutrir psicicamente o sujeito, dar-lhe um lugar na cadeia geracional e, ao mesmo tempo, prepará-lo para o mundo no qual irá germinar sua própria história. Sendo assim, a família exerce uma função socioafetiva em que os afetos são a peça fundamental para a construção desta subjetividade. As referidas autoras citam a importância da afetividade envolvida entre membros de uma família neste processo.

Segundo Gomes & Diniz *et. al.* (2007), a família consiste no microsistema no qual cada membro tem uma posição e um papel socialmente definido em um espaço que, idealmente, seria de afetividade, harmonia e proteção entre seus membros. Em nosso entender, os laços afetivos familiares são o que possibilitam, abrem espaço para inscrição na subjetividade dos filhos dos modos de relação do casal parental. Segundo os estudos realizados por Magalhães e Féres-Carneiro (2004), o casal tem como uma de suas funções atuar como a matriz que dá origem à família. Dessa maneira, o modelo do parentesco conjugal vai modular os projetos de vida e a organização individual dos membros da família. É a partir desse par que também se dá a transmissão psíquica entre as gerações. Transmissão de crenças, segredos e até mesmo de formas de relacionar que podem envolver violências e agressões.

Magalhães & Féres-Carneiro (2005) apontam que, ao longo do percurso teórico da psicanálise freudiana, há no conceito de transmissão psíquica uma chave de conhecimento para se pensar a dinâmica psíquica intersubjetiva familiar e conjugal, bem como suas consequências nos processos de subjetivação. É possível também analisar os aspectos transgeracionais que estão presentes nos filhos e dizem respeito à violência conjugal dos pais. As estudiosas trazem para a discussão o olhar mais atual da psicanálise sobre o inconsciente grupal, no qual se elabora uma noção de mente de um grupo que é constituída por meio do processo de transmissão psíquica, com destaque para a ancestralidade. Queremos frisar o grupo familiar; as relações entre os membros de uma família que possibilitam tal transmissão psíquica. Nas palavras das próprias autoras, diríamos que “[...] no trabalho de subjetivação o sujeito necessita do confronto com o

outro que transmite” (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 342). No presente trabalho, tomaremos este *outro* como os membros da família.

Quando ressaltamos a ancestralidade, é necessário definirmos a ideia de geração. Trata-se de um grupo em determinado tempo histórico, detentor de valores e padrões de comportamento que fazem parte das identidades sociais e pessoais dos sujeitos. Entretanto, esses valores não são fixos, sofrem alterações quando interagem com novos valores e padrões de comportamento que vão surgindo no decorrer do tempo (COUTINHO, 2006). Dessa forma, o tempo histórico em que a família está inserida diz muito dos valores que a permeiam, pois esta assume uma diversidade de formas, de acordo com o contexto histórico no qual está inserida. Entretanto, até em uma mesma sociedade, temos diferentes modos de organizações familiares. Os sujeitos que compõem a família afetam e são afetados pelo meio social no qual estão inseridos, pelos valores culturais de determinada época, pelas discussões políticas que permeiam os lugares ocupados por eles na sociedade e na família.

Desse modo, é preciso destacar que as famílias que estudamos no presente trabalho estão vivendo suas dinâmicas atravessadas pelo momento atual, que denominamos *contemporaneidade*. Apesar de desempenhar importante papel na transmissão e perpetuação de valores e comportamentos, a família não pode ser dissociada da realidade social mais ampla na qual está inserida, por isso, discorreremos pontualmente sobre a contemporaneidade e as repercussões deste momento na dinâmica familiar, de modo a fazer ligações com a transmissão geracional da violência conjugal.

Porém, é importante lembrarmos que os processos de transmissões psíquicas entre as gerações não estão amarrados somente à cultura do momento presente em que a família vive, eles não dependem exclusivamente deste contexto sociocultural. Tais processos são transgeracionais e, por isso, atravessados pela história de todas as gerações, presentes ou não, as quais deixam suas impressões. Veremos, adiante, que os valores passados de uma geração à outra podem vir de gerações muito retrógradas àquela que está recebendo o conteúdo psíquico. Dito isso, fica nítida a coexistência de valores antigos e novos em uma mesma subjetividade.

3.1 Os processos da transmissão psíquica geracional

Teceremos algumas considerações sobre a transmissão psíquico-geracional nos laços conjugais na contemporaneidade e, para isso, precisamos resgatar um pouco a origem deste momento, já que a história é um todo contínuo e não entrecortado, a fim de contextualizar nosso objeto de estudo. A contemporaneidade é complexa e multideterminada, fruto de diversos acontecimentos históricos, mas faremos aqui um recorte a partir das transformações que ocorreram na segunda metade do século XIX e que fortaleceram o poder do Estado, de modo a diminuir as influências do patriarcado sobre os arranjos familiares.

Segundo Singly (2007), a família do início do século XIX é a família patriarcal que possui uma relação estreita com o Estado. As transformações políticas e econômicas pelas quais o Brasil passou no final deste mesmo século afetaram a família patriarcal. A proclamação da República do Brasil, por exemplo, diminuiu a dependência da família em relação ao Estado e os valores patriarcais começaram a perder sua força diante da República. Dessa forma, o século XX se inicia com espaço para uma nova configuração familiar, uma família dita moderna.

Juntamente à República, a Revolução Industrial também foi uma das grandes marcas que introduziram a modernidade ao século XX. No Brasil, a família conjugal dita moderna passava a ser fundada no casamento por amor, com livre escolha do cônjuge e, com isso, começavam a ser redefinidos os papéis de cada membro na dinâmica familiar, atribuindo novos significados para as formas de vinculação entre homens e mulheres (COUTINHO, 2006). Os processos de industrialização e modernização pelos quais o Brasil passou no início do século XX marcam a história das famílias. Nesta mesma época, começam a ser levantadas as bandeiras feministas que contestam as configurações antigas patriarcais, e os papéis desempenhados por homens e mulheres dentro da família começam a serem modificados, como vimos no capítulo anterior (SAFFIOTI, 2004).

Como podemos observar, o século XX foi período de grandes revoluções e modernizações que prepararam o terreno para o que conhecemos como a globalização, tão presente na contemporaneidade. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2004), o processo de globalização que marca a contemporaneidade faz com que a sociedade liberte-se gradativamente do poder da tradição. A família é atingida por este aspecto e começa a se esvaziar do conteúdo tradicional e a perpetuar os legados da sociedade de consumo contemporânea. O individualismo, como valor

central da ideologia contemporânea, marcou a modernização da família, pois abre para o indivíduo uma pluralidade de estilos de vida, já que ele se coloca diante de uma variedade de “escolhas pessoais” para seu modo de viver (COUTINHO, 2006). O individualismo atravessa a dinâmica conjugal e esta vinculação passa a se basear na satisfação de desejos pessoais. Este se instaura dentro da família como um novo dispositivo possível de ser transmitido. A metabolização dos legados familiares tradicionais continua existindo, entretanto, os legados tradicionais são alterados pelo confronto com os legados modernos, até mesmo porque existe o contato do sujeito com o mundo intersubjetivo que ultrapassa a família.

Aqui entram em confronto tradição, modernização e alguns dos pilares que sustentam a transmissão geracional como, por exemplo, a autoridade paterna tradicional, que tem sido questionada e enfraquecida. Segundo Coutinho (2006), a obediência cega às hierarquias familiares que existiam nas famílias tradicionais começa a ser substituída pelo diálogo. A família contemporânea, então, busca a igualdade entre os membros, igualdade de poder. Contudo, como bem sabemos, muitos valores patriarcais ainda se fazem presentes nesta família atual e, com isso, estas relações estão longe de ser lineares. A autoridade, por exemplo, expressada por ordens ou ameaças que existiam nas famílias antigas tinha a intenção de transmitir a cultura aumentando a semelhança entre os membros do grupo familiar, mantendo, assim, seu *status*. Na contemporaneidade, os valores familiares ainda são perpetuados, se não verbalmente por uma ordem, por valores e costumes transmitidos psicologicamente.

Nesse contexto, o sujeito precisa se posicionar na cadeia geracional para se apropriar de seu lugar na transmissão psíquica geracional. Desvelar os elos desta cadeia e as posições ocupadas por cada membro é importante para que ele faça essa localização, que lhe permite relativizar sua missão, que seria um compromisso com o grupo familiar e com a humanidade. Na contemporaneidade, essas posições se tornam ainda mais múltiplas e cambiáveis, em verdade até mesmo instáveis. Dessa forma, faltam ao sujeito contemporâneo referências estáveis, pois os processos de subjetivação contemporâneos são marcados por rupturas e desvinculação, já que a família contemporânea oscila entre a tradição e a modernidade (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004).

A família ocidental contemporânea é atingida em sua função de transmissão de valores, pois existem outras referências para o sujeito se identificar. No entanto, ainda há a perpetuação dos valores familiares tradicionais, principalmente os valores patriarcais, também através do

psiquismo destes indivíduos. O conteúdo afetivo que liga a família e suas subjetividades permite ainda a existência e a coexistência destes valores tradicionais, juntamente aos valores contemporâneos. Por isso, as modificações na família, as novas configurações assumidas no momento atual não impedem o indivíduo de perceber o núcleo familiar como o ambiente de valores seguros ao qual nenhum de nós quer renunciar por completo.

Magalhães e Féres-Carneiro (2004) pontuam que a transmissão psíquica necessita de investimento afetivo para ocorrer e esses investimentos apoiam-se nos ideais. Estes, impulsionam a transformação da subjetividade, pois servem como motivação e dão a ideia de completude ao sujeito. Na família, eles representam tanto a origem que impulsiona a transmissão quanto o seu objetivo, pois para transmitir é necessário ter uma ideia a se atingir, um sentido, uma direção ou, como diriam as autoras citadas anteriormente, uma missão para se cumprir. A grande questão da contemporaneidade, por este viés, é que os ideais são temporários, instáveis e a fragilidade dos ideais atuais tem afetado os processos de transmissão. Contudo, ainda assim, a família se mantém como único lugar seguro para identificação, para perpetuação de ideais que permitem a transmissão subjetiva.

Magalhães e Féres-Carneiro (2004, 2005, 2007) citam em seus trabalhos a importância da afetividade na transmissão psíquica geracional. Segundo as estudiosas, o conteúdo emocional permite, viabiliza as passagens dos conteúdos psíquicos, pois o sujeito se liga, se identifica com estas figuras parentais, familiares. Porém, neste momento atual, o qual denominamos contemporaneidade, marcado por um acelerado processo de mudanças em que os arranjos conjugais e familiares são múltiplos e variados, observamos a presença de ligações afetivas pouco duradouras. O investimento emocional no outro se torna um risco e a instabilidade permeia as relações entre os cônjuges. A instabilidade dos laços se reflete logicamente na vida a dois e este casal que anseia por sua individualidade transforma, muitas vezes, seus anseios e insatisfações em relação à negação de sua demanda particular frente ao outro em violência.

Por se constituir de indivíduos distintos, a família vive um jogo de poder entre seus membros que se cristaliza na distribuição dos direitos e deveres de cada um, independentemente do tempo histórico em que está. Entretanto, para compreender a família, é preciso localizá-la em um meio social e em um tempo histórico, pois até mesmo as relações de poder tão presentes na violência conjugal se expressam de diversas maneiras, a depender destes fatores socio-históricos.

As transformações sociais produzem, sem dúvida, consequências importantes na estrutura e na dinâmica familiar. Ao mesmo tempo, é na vida em família que são trabalhadas novas ideias, novos hábitos, levando ao questionamento da ideologia dominante. Em decorrência, nela podem ser criadas condições para a transformação da sociedade (COUTINHO, 2006, p. 97).

O autor frisa que o sujeito é moldado dentro da família e ali é o local em que lhe são oferecidas condições para descobrir-se e ser si mesmo. Ao mesmo tempo, este sujeito é capaz de modificar o ambiente ao redor de si, mudar a estrutura familiar e toda a sociedade. Logo, a família também é um ambiente facilitador de mudanças, no qual o sujeito se transforma e transforma a sociedade que o cerca. Ela é um espaço no qual, muitas vezes, convivem pessoas de diferentes gerações e, por isso, permite o diálogo entre diferentes concepções de mundo. A transmissão geracional na família tem relação com as transformações pelas quais tem passado a sociedade contemporânea, que afetam a construção das identidades dos sujeitos. Como resultado disso, temos as continuidades ou repetições e as descontinuidades ou transformações de uma geração para a outra.

Por se tratar de um grupo contínuo, a família possui uma tecelagem psíquica que atravessa as gerações seguintes. Como veremos adiante, a transmissão geracional dos conteúdos psíquicos pode ser realizada de maneira elaborada pelo sujeito ou diretamente, em seu estado bruto. Quando a transmissão psíquica é atravessada por processos intersubjetivos de elaboração, temos uma transmissão intergeracional. Ao contrário, quando se transmite o conteúdo em seu estado bruto, estamos nos referindo à transmissão transgeracional. De qualquer forma, nada pode escapar de ser transmitido e, assim, muitas vezes o sujeito torna-se cativo da dor de seus antepassados e vive conforme uma sentença transgeracional da qual não consegue se libertar (HARTMANN & SCHESTATSKY, 2011; TRACHTENBERG & CHEM, 2005). Quando os autores citam a dor dos antepassados, devemos pensar sobre quais conteúdos são transmitidos e de que forma o são.

René Kaes (2005) nos lembra de que se transmitem configurações de objetos psíquicos:

[...] como ideais, mecanismos de defesa, identificações, pensamentos e certezas. Essas configurações de transmissão são também fortemente marcadas pelo *negativo*, o que não pôde ser contido, retido, lembrado, que não encontrou inscrição na psique dos pais e que vem depositar-se na mente da criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória e para os quais nenhum trabalho de luto pôde ser realizado (KAES, 2005 *apud* HARTMANN & SCHESTATSKY, 2011, p. 95).

Dessa maneira, transmitir é fazer passar um objeto, pensamento, história, afetos ou um traço daquilo que se passou e não pôde ser pensado. Além dos conteúdos, interessa-nos saber como se transmitem esses significados, as culturas e os costumes de uma geração a outra. O caminho que possibilita a transmissão entre os sujeitos é a chave da passagem dos conteúdos psíquicos. Os processos de transmissões psíquicas que ocorrem no meio familiar solicitam um trabalho psíquico no qual os mecanismos de identificação são de extrema importância, permitindo uma série de projeções-introjeções frente a este *outro* familiar (CORREA, 2003). Como colocado por Magalhães e Féres-Carneiro (2007), o sujeito necessita da presença de *outro* para constituir-se. A subjetividade apoia-se na intersubjetividade e os processos de identificação possuem um potencial de subjetivação muito valioso. Portanto, para que haja uma transmissão psíquica é preciso haver alguma identificação inconsciente.

As transmissões psíquicas geracionais contemporâneas denunciam que a subjetividade do sujeito não é algo fixo ou imutável, ela é um construto historicamente elaborado. Ela transcende as particularidades dos indivíduos para inseri-los em um projeto totalizador que organiza as particularidades em um todo coerente por meio da identificação. A subjetividade é construída a partir do outro e as diferenças são dissolvidas para definir uma instância mais geral. Entretanto, esse processo de identificação – que faz parte da subjetivação – não significa a ideia de pessoas semelhantes; ela é formada e continuamente transformada em relação aos outros com os quais convivemos e de acordo com os diferentes sistemas culturais que nos rodeiam (COUTINHO, 2006). Os processos de identificação nas famílias servem de norte para este indivíduo ter uma ideia de algo, por exemplo, o que é ser mulher, o que é a feminilidade. Mas isso não quer dizer que a maneira pela qual este sujeito vai expressar sua identidade será idêntica à daquele familiar.

Os mecanismos de identificação, revelados por meio de uma variedade de modos e possibilidades identificatórias, constituem a base do processo de transmissão psíquica. A comunicação de conteúdos inconscientes familiares ocorre por meio de identificações familiares, a partir das relações mais significativas da vida do sujeito (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 354).

Na contemporaneidade, a ideia de uma identidade unificada torna-se uma ilusão, pois os sujeitos contemporâneos estão sempre se defrontando com uma multiplicidade de modelos possíveis e mutáveis, com os quais podem ou não se identificar. Assim, a falsa ilusão de uma

identidade unificada existente nas sociedades tradicionais é transformada. Na família tradicional, um modelo identitário era fornecido a cada um de seus membros e os valores e padrões de comportamento eram passados de uma geração a outra, como um modelo estável. No momento atual, estamos assistindo a uma ausência de modelos fixos e uma diversidade de modelos provisórios.

Já que a família é local privilegiado de apreensão tanto da transformação quanto da manutenção de valores e padrões de comportamento, e já que as subjetividades dos familiares se comunicam na lógica de intersubjetividade, precisamos compreender esses processos de subjetivação.

Consideramos que o processo de subjetivação se dá com base em um investimento narcísico e em uma trama identificatória que é produto de uma herança geracional transmutada nas múltiplas interpenetrações subjetivas da trama familiar (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004, p. 244).

Nesta lógica, os elementos que articulam com os processos de transmissão psíquica precisam ser distinguidos. Eles podem ser colocados da seguinte maneira: a transmissão intrapsíquica; a transmissão intersubjetiva; a transmissão transpsíquica; a formação do eu (KAES, 1993 *apud* MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004). A transmissão intrapsíquica revela os caminhos realizados pelos conteúdos psíquicos na subjetividade do sujeito, ou seja, o trabalho de transformação desses conteúdos subjetivos para conteúdos manifestos. Ela diz apenas daquele sujeito e do que ocorre com ele. Já a intersubjetividade origina-se no espaço das trocas familiares, que precedem o sujeito e o constituem, e diz daquilo que ocorre na comunicação entre as subjetividades dos diversos sujeitos do grupo familiar (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004).

A realidade intersubjetiva antecede o sujeito e, ao mesmo tempo, é alterada por ele. Nesse sentido, a transmissão intersubjetiva é inaugurada no grupo primário, o grupo familiar, e tem como objetivo garantir um espaço de intercâmbio, os vínculos, os investimentos afetivos que um sujeito faz sobre o outro e que afetam ambos. Os processos de transmissão intersubjetiva são aqueles que permitem a transformação, a elaboração do que foi transmitido no ato da transmissão. Por serem intermediados pelo grupo, pelos agenciamentos e pelas formações

psíquicas, eles são mobilizados e conduzidos à diferenciação de uma geração para a outra, permitindo uma evolução entre o que é transmitido e o que é herdado. Dessa forma, a transmissão intersubjetiva promove tanto vinculação quanto desvinculação, a depender do conteúdo desta troca.

Magalhães e Féres-Carneiro (2004) assinalam que a transmissão dos conteúdos psíquicos passa tanto pela parte orgânica quanto pela cultura e pela tradição. Assim,

[...] As disposições psíquicas herdadas necessitam de estimulação, de experiências reais de vida, para que seu funcionamento seja atualizado. Essa ideia vem ao encontro das concepções mais modernas de epigênese que ressaltam a importância da intersubjetividade na ativação de estruturas potenciais em bebês (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004, p. 247).

As autoras trazem a importância da experiência, da relação com o outro para a ativação de conteúdos transmitidos tanto organicamente (geneticamente), quanto psiquicamente. Por este viés, os processos de transmissão psíquica entre gerações vêm revelar que, além de toda a transmissão genética estudada no campo da medicina, trazemos também as experiências dos antepassados: comportamentos, valores, cultura, pensamentos perpetuados geração após geração. Quando falamos em nossos antecedentes, não estamos dizendo apenas dos antecedentes diretos, nossos pais. A transmissão geracional ultrapassa a geração de contato direto, ela se dá como uma passagem de valores, expressões psíquicas de diversas gerações antecessoras a nós. Por isso, podemos abrir espaço para serem expressas em nossas vidas não somente as nossas experiências particulares, mas também as experiências de nossos ancestrais diretos (nossos pais) e indiretos (avós, bisavós). Dizemos que há uma possibilidade de expressão, pois ela se dará de acordo com as experiências deste sujeito. A bagagem das gerações antecessoras está inscrita no psiquismo, mas ela pode ou não ser ativada e transformada em atitudes concretas.

A cada novo vínculo que se forma na conjugalidade, constitui-se uma nova família. O casal traz enquanto sujeito todas as experiências de seus antecessores que podem ser expressas em sua relação a dois. Os filhos deste casal irão inscrever em sua subjetividade essas vivências, que já estão atravessadas pelas vivências antecessoras do casal parental. A intersubjetividade, paradoxalmente antecessora do sujeito, produtora e transmissora da ancestralidade, é evidenciada em todas as relações significativas constitutivas da subjetividade, promovendo processos de

subjetivação e deslocamentos nas subjetividades envolvidas. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2004), o conjunto intersubjetivo fornece possibilidade de comunicação entre seus membros e é nesse campo que ocorrem as identificações e se constituem as estruturas psíquicas básicas do *eu*. Entretanto, este conjunto não se limita ao grupo primário familiar, em sua origem, mas pode se configurar em outros grupos que mantêm investimento afetivo intenso, como é o caso do grupo *casal*.

O casal se configura como um novo grupo para além do primário familiar, mas ainda assim ele é atravessado pelo conteúdo emocional e também familiar, do qual não está de forma alguma liberto. Ali está sendo tecida uma nova família, que pode ou não ter semelhanças com a de origem, semelhanças de vínculos, de papéis desempenhados, de modos de se relacionar, que podem ser atravessados pela violência como um fator novo, presente naquela relação, ou como reprodução e/ou continuidade da violência já vivida na família de origem. No caso deste casal reproduzir uma violência já vivida no primeiro vínculo familiar, estamos diante de sujeitos que não conseguiram elaborar todo o seu legado familiar e não encontraram novas formas de existir.

Correa (2003) aponta que a transmissibilidade implica uma retradução, uma transformação dos conteúdos de uma geração a outra. Estes conteúdos familiares constituem a pré-história do sujeito. Ao mesmo tempo, o processo de transmissão geracional sustenta valores que asseguram a continuidade do grupo e sua cultura, assim como a tradição. A passagem dos valores tradicionais ocorre, muitas vezes, de forma direta, sem elaboração dos conteúdos. Nesse processo, a família vai mantendo algumas configurações mesmo que com o passar de diversas gerações, como um mecanismo de repetição. A reprodução da violência conjugal entra aqui para pensarmos neste legado passado entre os familiares como uma cultura a ser perpetuada de forma impensada, não elaborada.

Hartmann e Schestatsky (2011) afirmam que todo o trabalho de ligações e de transformações pode falhar, e a transmissão psíquica pode, então, ser alienante e não estruturante, de modo a permitir a repetição naturalizada. Aquilo que é transmitido sem transformação atravessa as gerações e se impõe em estado bruto aos descendentes. Denominamos este tipo de transmissão de *transgeracional*. Conforme os pesquisadores supracitados, qualquer acontecimento pode ser traumático e alienante para os descendentes, caso não possa ser elaborado. Isso implica afirmar que os acontecimentos mais dolorosos não são necessariamente os mais alienantes, mesmo assim, esses conteúdos obstruem a psique do sujeito e do grupo,

permanecem em estado bruto e ficam consagrados à repetição.

De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2004) e Trachtenberg (2005), a transmissão transpsíquica ou transgeracional é aquela que não possibilita a transformação do legado transmitido, na medida em que o outro não faz oposição ao sujeito. Nessa transmissão, os obstáculos colocados na intersubjetividade são atravessados por serem negados ou não reconhecidos. Sendo assim, transmitir passa a ser uma missão destrutiva, uma vez que esta ocorre à custa da submissão ou até da aniquilação do sujeito singular. Aqui o sujeito não filtra os conteúdos transmitidos, e a falta deste filtro pode condená-lo a uma reprodução sem singularidade.

Os elementos brutos, ou seja, que não foram filtrados, são como um fantasma no inconsciente do sujeito, pois eles são parte do inconsciente de um outro, que vêm habitar como um mandato que o ancestral faz pesar sobre seus descendentes. Assim, o indivíduo expulsa de dentro de si seu próprio fardo e o coloca em alguém da geração seguinte. Essa passagem, por meio de uma identificação projetiva, “liberta” uma geração de um conteúdo enquanto “escraviza” a geração seguinte. A geração posterior passa a viver uma história que em parte não é sua, tendo uma parte de seu psiquismo alienado (ABRAHAM & TOROK, 1995; TRACHTENBERG, 2005).

Como podemos notar, muito antes da entrada do sujeito no mundo, já existe uma herança familiar transgeracional, a qual ele não escolhe, já está inscrita nele. Ele já é carregado de todas as relações familiares que o precederam. A herança pode não ser escolhida; no entanto, ela é apenas um convite para que o sujeito se posicione, sem amarrá-lo, sem determiná-lo de forma absoluta. A apropriação de seu legado psíquico é particular e ativa. Por meio dela o sujeito elabora e filtra o que lhe foi transmitido. As ações de receber, transformar e criar podem falhar e aí entra a transmissão do negativo. Não se trata de um conteúdo necessariamente pejorativo, apenas aquilo que não foi elaborado, apropriado pela singularidade.

Dito isso, a transmissão transpsíquica seria a passagem direta de um conteúdo bruto, em que o sujeito não o elabora e ocorre uma reprodução às cegas. A transmissão direta faz com que haja repetição deste material não elaborado e este pode ser destrutivo, pois trata-se de traumas dos pais que são transmitidos neste mesmo estado bruto, aprisionando o sujeito à cadeia geracional de forma perturbadora, destrutiva. Nesse sentido, a própria transmissão da violência conjugal pode se caracterizar como a continuidade de um conteúdo bruto não elaborado.

Para que tal processo destrutivo e não criativo deixe de ocorrer, é necessário que o indivíduo elabore e se aproprie de sua história de maneira particular, faça suas escolhas, crie e recrie sua subjetividade. A formação do *eu* é uma das linhas de investigação da transmissão e é ele quem é solicitado no ato de transmitir, operando como intermediário e responsável pela manutenção dos limites subjetivos. O *eu* funciona como um filtro que articula a interioridade e o mundo externo. A transmissão necessita, então, dessa filtragem e regulação, pois quando há falhas no processo e o que é transmitido não pode ser apropriado e transmutado pelo sujeito, ocorre o contágio, percebido nos fenômenos de massa. O contágio enfraquece as barreiras do *eu*, e essas identificações “[...] levam os sujeitos a perder seus limites e a se confundirem uns com os outros, plasmando-se” (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004, p. 247).

A necessidade da barreira do *eu* para o processo de singularização deve ser pensada na lógica das transmissões psíquicas familiares, no sentido da reprodução de valores e comportamentos destrutivos, como a violência. De acordo com Sei e Gomes (2007), a herança psíquica transmitida geracionalmente por meio dos processos de subjetivação constitui a identidade deste sujeito através das identificações que ele fará com o grupo familiar e, posteriormente, também com os grupos externos. Esta herança deve ser filtrada pelo *eu*, pois caso isso não ocorra, a violência pode ser perpetuada de maneira impensada e naturalizada. Quando analisamos a violência como um fenômeno que se repete nas diferentes gerações, podemos dizer que este se dá pela transmissão psíquica transgeracional em que houve brechas nesta subjetividade e não se permitiu a metabolização desses conteúdos e a construção de novos arranjos para existir.

A psicanálise familiar ou de grupo resgata o vigor e a potência da intersubjetividade na constituição da subjetividade e o papel da trama interpsíquica nas transformações subjetivas. Assim, o processo de internalização opera também como um modo de relação com o mundo externo, uma relação particular que deveria ser operada pelo eu resgatando também sua singularidade. O mundo interno é formado pelas sucessivas introjeções e projeções dos outros, somadas a todas as experiências vivenciadas pelo sujeito, constituindo-se, desse modo, em “uma coletividade de objetos derivados da multiplicidade oferecida pela realidade externa e pela intersubjetividade” (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2005, p.27).

O sujeito não é autoengendrado, ou seja, ele não inscreve algo dele mesmo em seu psiquismo. É no contato com o outro que se dão os processos subjetivos, assim, o trabalho

psíquico de constituição da subjetividade implica a metabolização da herança no confronto com o outro que a transmite (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004). Por isso frisamos que não é a hereditariedade que determina aquilo que se desenvolverá em um membro da família, pois não estamos fadados à repetição. Existe a possibilidade de transformação do destino do sujeito, pois a transmissão ocorre como um fluxo de energia livre que se desloca carregando as representações que se instalam no psiquismo e, assim, podem se inscrever nesta subjetividade de maneira diferente dos seus antepassados.

Nesse processo, é necessário metabolizar o material transmitido e, quando a mediação e a metabolização dos conteúdos transmitidos falham, o sujeito realiza a incorporação desses conteúdos, mas não os articula na trama identificatória. Então, o sujeito se forma, se estabelece ou se organiza num processo falhado e engessado, mantendo na sua constituição identitária elementos que não são apropriados e, dessa maneira, “[...] torna-se alienado de sua própria subjetividade” (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004, p. 248). Dessa forma, percebemos que o processo de transmissão psíquica geracional é um constante trabalho de elaboração de conteúdos transmitidos e transformação dos mesmos. Este processo se dá em uma contínua evolução deste grupo e pode ser modificado pelos próprios acontecimentos internos a ele (CORREA, 2003).

3.2 Transmissão da violência conjugal

Seixas e Dias (2013) introduzem o assunto da transmissão psíquica geracional dentro da temática da violência intrafamiliar; afirmam que o comportamento violento vem como um padrão de interação transmitido de uma geração à outra, via socialização na família, engendrado por processos identificatórios. O grupo familiar como cenário da transmissão psíquica geracional e da construção da subjetividade pode viabilizar a impressão de uma cultura violenta em seus sucessores.

Segundo Penso & Costa (2008), a violência intrafamiliar funciona como um ciclo interminável e tende a se repetir de geração a geração. Ela é transmitida como herança de conteúdos violentos dentro das famílias e atravessa as gerações seguintes. Gomes & Diniz *et. al.* (2007) apontam que muitos homens que violentam suas companheiras sofreram violência desde a infância, presenciaram a agressão entre os pais, o que caracteriza a violência transgeracional. Este

tipo de violência revela a tendência de homens e mulheres a reproduzir a história vivenciada ainda quando crianças ou adolescentes, uma vez que não foram aprendidos outros modelos de relações familiares.

Segundo Bertin e Passos (2003), a transmissão entre gerações pode se organizar a partir de um conteúdo dissimulado, negado por outras gerações ou por violências vividas e não elaboradas. Sei e Gomes (2007) acompanham esta ideia da não metabolização dos conteúdos que colaboram para a transmissão da violência que é reproduzida pelas gerações seguintes. A família que perpetua a violência como modo de existir e se relacionar com o outro possui um pacto de silêncio no qual não se reconhecem os atos perpetrados como violentos, pelo contrário, naturaliza-os de modo a torná-los um *código* dentro da família. Dessa forma, a violência envolve todos os membros da família, mas só é percebida como *não natural* quando um deles traz problemas emocionais ou comportamentais resultantes da violência vivida e/ou sofrida. Essas consequências podem, então, aparecer na criança sinalizando para toda a família que está na hora de construir novas formas de relacionamentos mais saudáveis (SEI & GOMES, 2007).

Trachtenberg (2005) fala sobre este pacto inconsciente que existe nas famílias como um acordo que é imposto silenciosamente para que os laços familiares se mantenham na direção dos interesses das gerações antecessoras e, assim, fica assegurada a continuidade dos investimentos ligados à subsistência dos ideais do grupo. Hartmann e Schestatsky (2011) esclarecem ainda que as famílias possuem segredos, crenças e valores que não são ditos, não são elaborados, no entanto, são passados aos descendentes em seu estado bruto, com o intuito de manter as alianças deste grupo e seus ideais. Isso mantém o sujeito que recebe o conteúdo não elaborado amarrado à história antecessora e estrangeiro à sua própria história. Essas alianças familiares sustentam a repetição e, no caso da violência, perpetuam um padrão de comportamento que se torna primordial para pertencer àquele grupo. Desse modo, fica difícil para os casais que viveram a violência em suas famílias de origem se desligarem desta herança e encontrarem outras formas de se relacionar, estes, por sua vez, ainda vão abrindo espaços no psiquismo dos filhos para continuidade deste padrão violento.

Como visto, a violência pode ser fruto de um padrão de relacionamento que acompanha a história familiar de um grupo e tende a se repetir ao longo das gerações. Alguns desses padrões são facilmente percebidos nas relações do cotidiano, enquanto outros vêm de maneira camuflada e de difícil detecção (PENSO & COSTA, 2008). A violência conjugal, que trazemos para nosso

estudo, se expressa na família. Para compreendê-la e/ou tratá-la, é necessário envolver toda a família, pois todos os familiares estão implicados e sofrem suas consequências, já que este é um espaço de convivência onde os indivíduos afetam e são afetados em suas subjetividades.

Na experiência clínica psicológica abre-se a possibilidade para identificar estes padrões identificatórios e repetitivos de comportamento, pois, muitas vezes, o sujeito reproduz a história familiar sem se dar conta disso.

Na clínica, defrontamo-nos, frequentemente, com a transmissão manifestada no sofrimento dos sujeitos aprisionados em sua incapacidade de metabolizar seus legados. Nossa tarefa, como terapeutas, é reconstituir o percurso simbólico da transmissão e favorecer a elaboração da herança. E é na possibilidade de transformação que investimos recursos terapêuticos, trabalhando para alterar o curso repetitivo do sintoma (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 342).

No trabalho terapêutico podemos resgatar, ressignificar e favorecer a reapropriação do que foi transmitido. O sujeito pode dar conotações diferentes à sua história, fazer uma releitura, apresentar um novo olhar que abre espaço para mudanças. Ao considerarmos a família como a matriz intersubjetiva fundadora da vida psíquica e meio de transmissão da vida psíquica entre gerações, notaremos que a intervenção terapêutica permite revelar o lugar que o sujeito ocupa nos processos de transmissão, organizando seu papel na cadeia geracional.

Investigações no campo da família feitas por Magalhães e Féres-Carneiro (2007) têm oferecido importantes subsídios para compreender a transmissão psíquica. No estudo de caso desenvolvido pelas mesmas autoras, procurou-se estudar as relações existentes entre a conjugalidade dos pais – como percebida pelos filhos – e as percepções que estes filhos carregam para suas vidas. O estudo demonstra que a história familiar pode se entranhar nos projetos de vida do sujeito, revelar os percursos da transmissão psíquica familiar com base nas identificações familiares. O percurso de elaboração dos conflitos vividos pelo sujeito manifesta-se nos modos de vinculação familiar e no lugar que a conjugalidade ocupa em seu projeto de vida. As autoras transcorrem todas as suas interpretações sobre o papel da conjugalidade na subjetividade dos filhos e apresentam não somente a transmissão geracional psíquica, de comportamentos, mas também os fatores do meio, da realidade social presente, que permeiam esta subjetividade, e que reforçam estas escolhas baseadas nas experiências paternas.

O modo como o sujeito introjeta suas experiências familiares leva-o a escolhas/comportamentos permeados por afetos e afetamentos. Desse modo, o arranjo conjugal vivido

pelos pais, a maneira como se relacionam, atravessa gerações marcando lugares no psiquismo do filho. A pesquisa realizada por Magalhães e Féres-Carneiro (2007) ainda aponta efeitos emocionais sobre os filhos no estudo de caso feito, frisa a baixa autoestima, a insegurança, a desconfiança e a dificuldade de aprofundar vínculos. A experiência negativa da relação conjugal entre os pais pode levar o filho a um movimento de “fuga” ou repulsa deste tipo de relação, que o impulsiona a não querer viver a mesma história. Entretanto, ao mesmo tempo, o mesmo sujeito pode se reencontrar com sua realidade psíquica transmitida geracionalmente, em uma “[...] tentativa aflitiva de metabolização” (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007, p.353).

A hipótese levantada pelas pesquisadoras é a de que a tentativa de expulsar uma ideia baseada em uma vivência negativa seria uma forma de se livrar dos afetos desagradáveis que estão associados aos modelos introjetados. Podemos ainda interpretar a recusa como uma expressão do aprisionamento à cadeia geracional, a um conteúdo transgeracional. A história de vida dos pais experienciada pelo filho, portanto, pode ser transmitida geracionalmente (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007). Penso e Costa (2008) também realizaram um estudo de caso no qual observaram que a violência se perpetua sobre as gerações seguintes como um padrão de comportamento naturalizado. Concluíram que vivências aprendidas com a geração anterior servem para explicar comportamentos/relacionamentos violentos na família atual.

No relacionamento conjugal é como se o casal em conflito estivesse atravessado por toda a ancestralidade. Dessa forma, a violência entre dois é mediada por muitos, por todo um grupo geracional. Tanto o parceiro, na conjugalidade, quanto os familiares, no grupo familiar, disponibilizam-se para receber uma intensa carga de projeções, em uma situação privilegiada, dada a intensidade afetiva implicada nessas relações (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2005, 2007). O grupo familiar, principalmente os pais, funciona como filtro para ajudar a selecionar o que fica retido no inconsciente dos filhos, funciona como uma peneira de como o sujeito introjeta a realidade externa, muito a partir do olhar que este grupo disponibiliza para estes filhos. Evidentemente, o sujeito também é provido de sua singularidade, do *eu* que também filtra os conteúdos e, assim, ele se encontra em uma trama psíquica em que dispõe das referências do casal parental, de sua singularidade subjetiva e de todas as possibilidades que a sociedade externa à família lhe oferece.

Dito isso, Seixas e Dias (2013) supõem que os comportamentos são aprendidos, reproduzidos, recriados e ressignificados quando desejamos modificá-los. Evidentemente, não

estamos fadados a uma eterna repetição, somos aptos a atuar sobre nossa realidade psíquica e aprender outras formas de interação na nossa socialização secundária – fora da família de origem – que também nos oferece possibilidades de experiências distintas e possíveis deslocamentos subjetivos. Entretanto, preservaremos nesta parte do exposto o olhar sobre a repetição dos padrões vinculares, via transmissão psíquica, viés que nos interessa para investigar como a violência conjugal dos pais interfere na subjetividade dos filhos. Não ignoramos o fato de que há possibilidade de o novo vínculo – como na vida conjugal – gerar algo novo, já que se trata de outros indivíduos e não cópias dos antepassados. De fato, há também a subjetividade individual, tanto que filhos são diferentes uns dos outros em suas maneiras de pensar e agir, mesmo pertencentes ao mesmo grupo familiar. Entretanto, o que desejamos frisar aqui é a influência que o grupo familiar desempenha nos mecanismos de seleção destes sujeitos/filhos. Segundo Seixas e Dias (2013, p. 65), “[...] somos indivíduos portadores de uma herança ancestral que pode estar parcialmente recriada”. Os autores, portanto, não excluem o olhar sobre os padrões geracionais herdados, apenas acrescentam a interação com o novo, que pode gerar processos de subjetivação inventivos.

Aqui retomamos a importância do *eu* no processo de subjetivação. Ele seria responsável por permitir surgir o novo, a invenção, novas configurações, novos modos de relação. Assim, o casal teria como criar e recriar seus modos particulares de se relacionar, que poderiam ser mais funcionais em comparação aos apreendidos com seus antepassados. De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2005), os estudos sobre a transmissão psíquica geracional vêm ampliar a compreensão dos processos de subjetivação para que possamos pensar que a herança geracional é mais que um fardo, ela é matéria nobre e promotora do processo de subjetivação. Nesse sentido, o sujeito é precedido por outros e só surge por força de um ato de inscrição no grupo familiar e no social, de modo mais amplo. O grupo investe no sujeito, apresenta-lhe o mundo externo, povoando o mundo interno de conteúdos. Essa visão mais rica e dinâmica dos processos inconscientes do grupo, sem a necessária ancoragem em uma tópica psíquica, abre espaço para se pensar sobre as relações e as produções que deles surgem. No que tange à relação conjugal, isso possibilita discorrer sobre a trama conjugal, a maneira singular com a qual cada casal articula sua relação, que não só passa pela transgeracionalidade – com movimentos de reprodução – como também é capaz de produzir naquela relação uma maneira particular de interação entre o casal. Na cadeia subjetivante presente nas relações familiares, cada indivíduo acrescenta sua marca ao

mesmo tempo em que recebe suas inscrições. Assim, o processo de subjetivação é forjado nessa relação dialética entre o que é transmitido e o que é transformado.

Nesse processo, as famílias repetem-se a si mesmas, e questões que aparecem em uma geração podem passar à geração seguinte de outra forma, como ressaltam Penso e Costa (2008). É possível haver uma transmissão psíquica direta, como uma repetição, ou uma transmissão na qual os padrões de comportamento e pensamento sofrem pequenas ou grandes transformações, mas há uma base na geração anterior, às vezes, até mesmo como uma negação do padrão anterior.

Quando nos referimos à repetição de padrões interacionais de uma geração para a outra subsequente, não nos colocamos na posição de que o passado determina ao sistema atual o que deve ser repetido, mas que o sistema seleciona do passado o padrão repetitivo que vai incluir na sua própria história (PENSO & COSTA, 2008, p. 256).

De acordo com Seixas e Dias (2013), é comum ver a repetição de modelos vivenciados na família de origem, mesmo que estes causem descontentamento. Os modelos vivenciados na infância são poderosos e o grupo familiar funciona como um reduto privilegiado da transmissão psíquica genealógica.

Tais padrões de conduta e as modalidades operatórias observadas diante das demandas da realidade marcam a nossa experiência na vida adulta, podem até ser neutralizados, transformados, substituídos por novos aprendizados, mas estão lá em nossa memória como uma referência (SEIXAS & DIAS, 2013, p. 62).

De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2005), a transmissão geracional veicula desde o modelo de parentesco à transmissão dos mitos e ideias e opera como moduladora de projetos de vida. Dessa forma, a transmissão psíquica geracional produz subjetividade. Penso e Costa (2008) descrevem o transgeracional como um sistema maior em que se dá a repetição. Questionamos, pois, quais meios propiciam essa repetição. Os mesmos autores perceberam em seu estudo que as gerações anteriores oferecem modelos de padrões interacionais violentos para as gerações subsequentes por meios variados, dos quais destacaram a comunicação, os mitos, as regras, a hierarquia e as triangulações.

Destacamos na fala de Penso e Costa (2008) os tabus, os mitos, os segredos, as expectativas que funcionam como rótulos existentes em todas as famílias. As mudanças em uma geração podem ser difíceis e a expectativa, tanto de uma reprodução quanto de uma quebra da cadeia reprodutiva, pode causar certo estresse e tornar-se um fator potencializador justamente do

temido ou do esperado. Os autores ainda colocam que os mitos perpetuados dentro das famílias sustentam, muitas vezes, as relações violentas e se configuram como uma profecia ou um quadro naturalizado por aquele grupo familiar. A família colocada como um grupo é algo para se pensar, pois para pertencer a um grupo é necessário demonstrar crença em seus mitos e participar de seus rituais. Esse ponto do pertencimento é onde os membros da família se enlaçam e, por não quererem se desligar do grupo, podem acabar por cultivar seus valores e regras.

Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2007), o sentimento de pertencimento ao grupo familiar favorece a identificação com os seus padrões de comportamento e pode vir a se tornar uma reprodução dos mesmos. Portanto, os aspectos da conjugalidade dos pais influenciam os filhos e, se esta dinâmica conjugal for atravessada pela violência entre os pares, abre-se a possibilidade para o cultivo da violência na geração seguinte. Dito isso, é preciso “[...] elaborar uma diferenciação entre a herança familiar e as transformações passíveis de serem operadas pelos filhos” (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 360).

A edição dos conteúdos transmitidos entre os familiares, segundo as autoras por nós elencadas, não é uma tarefa simples, pois implica a tarefa do sujeito (enquanto membro de um grupo) de disseminar os valores daquela família para as próximas gerações e, ao mesmo tempo, a expressão de sua individualidade que é possibilitada na elaboração destes conteúdos, abrindo espaços para produção de diferenças.

Devemos considerar, então, que transferimos um relacionamento do passado para o presente; que os indivíduos são propensos a reproduzir no presente as atitudes adotadas no início de sua vida em família; que o próprio indivíduo ignora a natureza repetitiva de seu ato; que se trata da reedição de uma antiga relação vivenciada (SEIXAS & DIAS, 2013, p.66).

Os autores Penso e Costa (2008), após seus levantamentos bibliográficos, trazem a ideia de que a transmissão entre as gerações é feita por uma espécie de comunicação, não necessariamente a comunicação formal, através da fala, mas também do silêncio, daquilo que não é dito, dos mitos, dos segredos familiares. Acreditamos que o comportamento também se coloque neste meio, pois os padrões comportamentais dizem muito às gerações seguintes. Um bom exemplo disso é que, muitas vezes, nas famílias em que se presencia a violência conjugal, é dito pelos pais verbalmente aos filhos para não cultivar a violência, entretanto, o modelo que estes filhos presenciam é o contrário, dessa forma, a geração futura pode reproduzir o padrão comportamental por mais que os próprios autores da violência digam não ser o adequado. Os

pesquisadores supracitados nos chamam atenção para a qualidade da comunicação dentro da família, não somente a verbal, mas todo o comportamento interacional como forma de comunicação. Apontam que essas formas de comunicação definem as relações e transformam-se em regras familiares da relação. As relações conjugais violentas mostram estes padrões perpetuados e, por se fazerem como regras, são tão difíceis as quebras desta cadeia violenta.

A dinâmica do relacionamento do casal tem a propensão de tornar-se a dinâmica familiar, e esse aspecto reprodutivo é um ponto crucial da nossa discussão. Isso quer dizer que o casal recém-formado é de fato o veículo de transporte das expectativas e necessidades que foram cunhadas numa situação ancestral. Em outras palavras, a família nuclear começa já hipotecada à família de origem, trazendo consigo todos os significados e crenças inconscientes (SEIXAS & DIAS, 2013). Um relato de experiência no estudo dos mesmos autores no qual se identificou um caso em que um rapaz na sua infância viera a sofrer violências físicas e psicológicas mantendo-se sempre na defensiva até que na vida adulta, quando se percebeu ameaçado por uma situação que lhe remetia às vivências infantis, passou a se comportar de maneira não mais arredia e sim agressiva para com seus colegas de trabalho. Esse estudo revela como a violência experimentada na família de origem conduz a vítima ao papel de agressor. A aprendizagem de modelos operatórios promove reedição da experiência anterior vivida com outros significados.

A transmissão psíquica, portanto, implica um processo de trabalho que resulta das ligações psíquicas entre aparelhos psíquicos e das transformações operadas nessas ligações, portanto, do trabalho psíquico intersubjetivo. Essas ligações, como já visto, são sustentadas pelo afeto envolvido nas relações familiares. Aqui deixamos a reflexão sobre o papel da família, principalmente da conjugalidade na estruturação psíquica dos sujeitos – filhos – que pode servir tanto para sedimentar quanto para transmutar esta subjetividade (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2005).

O papel da conjugalidade sobre a estruturação, o amadurecimento psíquico da próxima geração - ou seja, os filhos - será analisado de maneira mais concreta e profunda nos dados coletados dos relatos de experiências familiares no estudo de campo. A forma como a violência conjugal atravessa o psiquismo das gerações será discutida a fim de perceber e rastrear os movimentos que cada indivíduo da geração seguinte realiza em suas novas conexões, na formação de uma nova família. Discutiremos até que ponto se reproduz os padrões de comportamento da família de origem e se há espaço para uma nova forma vincular nesta relação

atual, com possibilidade de revelar abertura para o novo e possibilidade de criação e mudança.

4 AS GERAÇÕES E A VIOLÊNCIA CONJUGAL

4.1 Metodologia

Para investigar as implicações da violência conjugal na subjetividade dos filhos, com ênfase nos aspectos transgeracionais e de gênero, optamos por utilizar uma pesquisa de abordagem qualitativa. Ela permite capturar a dinâmica da relação entre o mundo e o sujeito e torna possível apreender o significado que os atores envolvidos atribuem às suas experiências dentro do âmbito social no qual estão inseridos (ALVES-MAZZOTTI E GEWANDSZNAJDER, 1999), proposta que atende o que pretendemos conhecer.

Nesse contexto, em nossa pesquisa de campo, selecionamos mulheres que viviam a dinâmica da violência conjugal e que apresentaram sua visão sobre os acontecimentos, suas percepções a respeito das possíveis origens e resultados deste tipo de violência sobre as gerações futuras, ou seja, seus filhos. Como forma de enriquecer a pesquisa no que tange à questão das gerações, foram consultadas mães destas mulheres, que expuseram a sua própria visão sobre o mesmo conteúdo. As mulheres pesquisadas têm ensino superior completo, possuem vínculo empregatício, não dependendo financeiramente de seus cônjuges. São moradoras da cidade de Vitória (capital do Espírito Santo), com idade entre 20 e 50 anos, que vivem ou já viveram a dinâmica da violência conjugal com seu parceiro íntimo (atual ou não) e possuem um ou mais filhos frutos desta relação. O contato com estas mulheres se deu através do Centro de Atenção às Vítimas de Violência e Discriminação (CAVVID) de Vitória, uma instituição pública onde são atendidas para obter suporte psicológico e jurídico, caso haja necessidade. Essas mulheres tiveram acesso ao CAVVID através da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), no entanto, nenhuma delas registrou queixa policial contra seu parceiro íntimo, pois, segundo seus relatos, estavam em busca de orientação e foram encaminhadas ao CAVVID no intuito de obter suporte psicológico e jurídico.

O CAVVID é um espaço de atendimento psicológico, social e de orientação jurídica sobre direitos humanos e garantias legais do cidadão. Realiza a mediação de conflitos, buscando a sua resolução de forma pacífica, além de encaminhar o cidadão para serviços complementares de amparo. Deixamos claro, anteriormente, que conflito não é sinônimo de violência (CHAUÍ, 1985), entretanto, este termo “mediação de conflitos” é utilizado pela instituição para expressar

uma das formas de tentar minimizar os episódios de violência, estabelecendo um diálogo entre os cônjuges com a orientação de um profissional (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2006). Esta é uma proposta da instituição, mas que dificilmente ocorre pela dificuldade no acesso aos cônjuges masculinos. No caso de nossas mulheres entrevistadas, nenhuma delas passou por este processo, algumas por não buscarem esta mediação e outras pelo cônjuge não aceitar comparecer à instituição.

Com foco na violência doméstica, discriminação racial, de gênero e por orientação sexual, o centro busca ainda construir uma rede de proteção de direitos, que visa a coibir atitudes violentas e discriminatórias. No caso de violência doméstica e discriminação racial, o CAVVID atende apenas os moradores de Vitória, mas o atendimento também engloba cidadãos de todo o Estado em relação à discriminação por orientação sexual. O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação (CAVVID) é coordenado pela Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (SEMCID) e vem se tornando uma referência em atendimento e assistência a mulheres vítimas de violência (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2006).

O município de Vitória foi escolhido para a nossa pesquisa, pois, segundo os dados do jornal *Folha de Vitória*, de novembro de 2013, a violência doméstica no estado lidera as estatísticas no Brasil e o alto índice de homicídios cometidos por homens contra suas parceiras íntimas espanta o Tribunal de Justiça (FOLHA DE VITÓRIA, 2013). A violência conjugal nesta cidade tem se agravado a cada ano e se destacado dentre as outras. O jornal também divulgou em 2015 que o estado do Espírito Santo ocupa o segundo lugar no Brasil em assassinatos de mulheres (FOLHA VITÓRIA, 2015). Dito isso, percebemos que o estado capixaba encontra-se em meio a estatísticas alarmantes. Um estudo realizado pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN) sobre as ocorrências da Delegacia Especializada da Mulher (DEAM) de Vitória aponta que esse é um fator de extenso risco no estado (INSTITUTO JONES SANTOS NEVES, 2008).

Dessa forma, entramos em contato com a instituição do CAVVID para uma sondagem sobre as mulheres que seriam possíveis sujeitos de nossa pesquisa. Prontamente, a instituição forneceu-nos o contato de cinco mulheres que atendiam ao perfil da pesquisa. Foi possível entrar em contato com quatro delas e conseguimos a autorização para realizar a pesquisa de três destas. Assim, para a coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas (MACHADO, 2007) com cada uma das mulheres, com a duração de uma hora cada. Essas entrevistas seguiram um

roteiro previamente estabelecido (conforme Apêndice I) e, ao final, selecionamos duas destas entrevistadas e suas respectivas mães. A terceira mulher entrevistada tinha sua mãe falecida, por isso não atendeu aos nossos objetivos. A pesquisa, portanto, finalizou com um total de quatro mulheres, sendo duas jovens e suas respectivas mães. Os dados obtidos nessas entrevistas, após sua transcrição, foram tratados através de uma das metodologias de análise qualitativa, a análise de conteúdo de Bardin (1977), cujo objetivo é capturar como os sujeitos apreendem e significam as experiências de contato com a violência entre seus pais, bem como os códigos atrelados a essas produções, que caracterizam fenômenos sociais próprios da contemporaneidade.

A Análise de Conteúdo (AC) de comunicações é um instrumento oferecido pelas ciências humanas. Ela é um conjunto de instrumentos metodológicos e o fator comum entre estas técnicas é a dedução, por meio da inferência. A interpretação dos dados através da Análise de Conteúdo oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetivação. Ela leva o investigador a buscar o *não dito* das mensagens, o que ficou oculto, escondido (BARDIN, 1977). Trata-se, então, do tratamento da informação contida nas mensagens e não apenas da mensagem em si.

Esse conjunto de técnicas implica um trabalho de leitura atenta, de modo a aumentar a produtividade e enriquecer a pertinência. A intenção da AC é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, através de indicadores (qualitativos e quantitativos). Segundo Bardin (1977, p. 42), a Análise de Conteúdo se define por:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para analisar os dados coletados por meio da AC, primeiramente, se faz a escolha do material de pesquisa (como foi feito neste estudo). A escolha deste documento é determinada segundo o objetivo do pesquisador. No caso da presente pesquisa, o documento seria o relato das mulheres que vivem a dinâmica conjugal violenta. Feita esta escolha, procede-se à constituição de um *corpus* que, neste caso, seriam as entrevistas transcritas citadas anteriormente.

Quando se transforma o material em dados transcritos, é possível fazer uma leitura deles com mais precisão. No caso do presente trabalho, após a transcrição literal das entrevistas, fizemos uma leitura atenta deste texto, com projeções segundo as ideias já apresentadas na

revisão bibliográfica dos capítulos anteriores. Após feito isso, obtivemos uma amostra deste universo segundo a sua pertinência, ou seja, respondendo aos objetivos da pesquisa que suscitou esta análise. Bardin (1977) usa a expressão *amostra* para designar o recorte dos dados obtidos que poderão ser analisados mais cuidadosamente através de AC. Em nosso estudo de caso, a amostra corresponde aos trechos das entrevistas que nos pareceram mais pertinentes diante dos estudos feitos nesta pesquisa e segundo nossos objetivos. A partir daí, começamos a elaborar os índices (ou indicadores) desta amostra que pareciam responder ou corroborar as hipóteses e objetivos levantados na pesquisa.

Após classificar, separamos estes índices em categorias temáticas, para termos uma visão mais sistemática de todo o material pesquisado. Escolhemos os temas baseando-nos em sua pertinência e na frequência com que aparecem no discurso das mulheres entrevistadas. As categorias são pertinentes ao material bibliográfico levantado durante a pesquisa (e apresentado nos capítulos anteriores), a saber: Relações de poder; Reprodução e possibilidades de criação nas gerações; Associação com álcool e outras drogas. Tais categorias temáticas serão examinadas em seguida.

Nesse contexto, através dos dados coletados em campo a partir das entrevistas semiestruturadas e do material apresentado anteriormente, procuramos levantar a história de violência conjugal vivida tanto na relação atual como também o histórico conjugal da geração anterior – seus pais – e as possíveis ligações intergeracionais com a geração futura. Efetuamos essa busca através de dois olhares: tanto o das próprias mulheres filhas desta relação, quanto o de suas mães autoras e/ou vítimas da violência conjugal. Entretanto, em alguns casos, também foi possível coletar dados – através da fala dessas mulheres – sobre o histórico conjugal dos pais de seus cônjuges. Os dados atenderam nossa busca, e a partir deles pudemos ter a percepção dos atravessamentos da violência conjugal em três gerações e de ambos os lados. Trago no presente exposto, primeiramente, um pouco da história de cada família pesquisada. Tive o cuidado de resguardar seus verdadeiros nomes e utilizar nomes fictícios para identificá-las. O histórico retirado das entrevistas transcritas corresponde aos dados mais pertinentes da pesquisa. Estes dados foram transformados nas categorias temáticas apresentadas acima e, posteriormente, serão discorridos em nossa análise de dados.

4.2 As famílias

4.2.1 Família Martins – Caso Fernanda – filha de Maria

Fernanda tem 39 anos, possui ensino superior completo e vínculo empregatício. Está em sua segunda relação conjugal e possui três filhos do primeiro relacionamento e dois do segundo. A relação com o atual parceiro tem aproximadamente quatro anos de duração. Entretanto, só procurou ajuda para acompanhamento no Centro de Atenção a Vítimas de Violência e Discriminação de Vitória - ES (CAVVID) dois meses antes da entrevista feita. Seus filhos têm idade de 15, 11, seis, dois anos e um de seis meses de vida. Em seu relato, explica que a motivação para buscar ajuda no CAVVID foi para “*dar um basta na violência*” sofrida.

A entrevistada explicita que o atual cônjuge usa de violência psicológica para atingi-la, através do filho de dois anos. Em suas palavras: “*Ele faz chantagem com meu filho, usa o menino para me atingir. Ele pega a criança e diz que vai pular do prédio com o menino. Coloca sempre o menino no meio de nossas brigas. Às vezes ele até ameaça nosso filho.*”

O atual cônjuge de Fernanda é dependente químico, usuário de cocaína e álcool. Segundo ela, “[...] *sem a droga ele é maravilhoso, ele faz tudo que eu peço*”. Nos episódios de violência, seu cônjuge a agride verbalmente com xingamentos e, fisicamente, com puxões de cabelo e empurrões; em seguida, apresenta arrependimento e faz promessas de que vai mudar seu comportamento. A entrevistada revela: “*eu gosto dele!*”

Fernanda explica que a violência se iniciou após a chegada do primeiro filho do casal: o menino que hoje tem dois anos de idade. Foi também neste período que seu cônjuge iniciou o uso de drogas. Ela relata que o marido se justifica dizendo que ela parou de dar atenção a ele após o nascimento do primeiro filho, e acrescenta que acredita que seu esposo tem ciúmes deste.

Quando iniciou a violência, Fernanda diz que sua reação era “*deixar pra lá, ficava quieta, trancava a porta do quarto para ele não continuar*”. Após um tempo, ela passou a reagir: “*ele passou a derrubar portas, eu comecei a correr dele com meu filho; comecei a ficar nervosa com tanta perseguição, aí comecei a bater nele, perdi a paciência*”.

Ela ainda relata um pouco sobre a história anterior do marido: “*Ele foi traído pela ex-mulher, aí ele desconfia de mim e me persegue; é um trauma dele. O pai dele traía a mãe, ele via e sabia de tudo, pois o pai levava ele (sic) para as traições.*” Fernanda acrescenta que também foi

traída em seu primeiro casamento e que o ex-marido também é motivo de ciúmes para o atual cônjuge: *“ele tem paranoia de mim com meu ex-marido”*. No que tange ao relacionamento dos pais de Fernanda, segundo sua visão, o pai bebia e, quando chegava em casa, sua mãe brigava com ele por estar alcoolizado e, então, o pai ameaçava ir embora de casa. *“Eu me culpava pelo pai não ir embora e largar a mãe, pensava que se eu não estivesse ali eles poderiam resolver isso logo. Todos os meus relacionamentos foram com pessoas violentas e usuários de drogas; parece que eu procuro isso.”* Os pais de Fernanda ainda vivem juntos, apesar da violência. *“Minha mãe jogava as panelas no meu pai. Ela fala até hoje que a vida dela é um inferno por causa dos filhos.”*

A visão de Fernanda sobre a influência das brigas entre ela e o marido nos filhos é de que há efeitos violentos e cita um exemplo: *“o meu menino de dois anos agora dá socos nas pessoas, nas coisas. Taca (sic) a mamadeira nas pessoas e morde o irmão”*. A entrevistada diz que tomou a iniciativa de lidar com os episódios de violência, chamando a família do marido para explicar a situação. Logo em seguida, procurou o CAVVID para ter ajuda profissional e se afastou do marido. *“Eu ainda ando nervosa e sinto a falta dele, não sei o que fazer”*, declara.

4.2.2 Maria – mãe de Fernanda

Maria traz sua versão da história conjugal com seu marido: conta que são casados há 44 anos e têm quatro filhos – um homem e três mulheres, entre elas, Fernanda. Maria diz que seu marido é um homem bom, responsável, trabalhador, porém, bebia muito. Em seu relato explicita que *“quando ele bebia, eu não falava nada. Depois que ele acordava da bebedeira, eu era brava com ele, brigava, cobrava e a gente discutia. Ele só se justificava, não brigava, não batia, um exemplo de pai e marido”*. Em contraponto, traz algumas queixas sobre o mesmo: *“Ele é acomodado, se eu não fizer, ele não faz. Ele não gosta de problema, resmunga quando tem que resolver as coisas. Ele me apoia, mas não faz. Ele me cobra que larguei ele (sic) pelos filhos, deixei ele de lado”*.

Maria traz um breve relato sobre seus pais: *“[...] não conheci meu pai muito bem. Ele faleceu quando eu tinha dois anos. Eles se davam bem. A mãe era muito trabalhadora, criou os filhos sozinha depois de viúva. Era uma mulher muito agitada e rígida. Ela me alertava quanto aos homens; dizia que homem não prestava”*. Segundo Maria, a família do esposo é que seria a

influência negativa sobre Fernanda e os outros filhos. Ela expõe: *“a família dele é a influência ruim sobre os nossos filhos. Minha sogra não é boa da cabeça. Ela tentou tirar uma das filhas de mim. Dizia que eu não era boa mãe. A minha filha Fernanda é igual à minha sogra, desconfiada e ciumenta. Meu sogro bebia muito, atirava para cima com arma. A relação entre ele e a sogra era terrível. Eles brigavam e ela dizia que ele tinha caso com outra. Tudo coisa da cabeça dela”*.

4.2.3 Família Silva – Caso Emília – filha de Júlia

Emília tem 31 anos, tem ensino superior completo e trabalha fora. Tem uma filha de seis anos com seu parceiro e está nesta relação conjugal há oito anos. Ela procurou o CAVVID há pouco mais de um ano e está em acompanhamento devido aos episódios de violências conjugais entre ela e seu cônjuge. Ela relata que desde o início da relação sempre brigaram muito e que nunca se casaram oficialmente. *“Desde o namoro que ele era brigão, ciumento. Me dava (sic) tapa na mão nos shows por causa de ciúmes com outros homens. Eu fui desculpando tudo que ele fazia. Quando o conheci, ele me disse que era solteiro. Mas a mãe do filho dele vivia na casa dele, que é a casa da mãe dele. Ela era a ex-mulher dele. Ele não me contou que tinha outra e que tinha filho com ela. Eu nunca podia ir na casa dele, ele não deixava, eu acreditava nele. A outra mulher me ameaçava se eu aparecesse lá.”*

Durante esta relação de namoro, Emília engravidou e resolveram iniciar a vida conjugal. *“Eu engravidei com quatro meses de namoro, não planejei. Tive sangramento no primeiro mês de gestação; pode ser que sejam gêmeos e um foi embora. Ele engravidou também a outra mulher, mãe do filho, eu estando com ele ainda. Teve um segundo filho com ela. Eu perdoei ele (sic) não sei por que.”*

Os episódios de violência foram se agravando à medida que a relação foi se estendendo. *“Um dia ele jogou a moto comigo em cima de um caminhão, eu grávida. Ele foi embora e me deixou lá com a moto jogada no chão e eu com quatro meses de gravidez. Fui parar no hospital. Nada aconteceu com a criança. Perdoei ele (sic) de novo, porque ele pedia desculpa depois.”* Emília acrescenta que chegou um ponto em que ela começou a agir com violência: *“Eu comecei a bater nele, ficar irritada. Eu administrava a raiva batendo nele ou saindo com outro homem. Depois sentia nojo de mim mesma. Ele nunca revidou, mas ameaçou.”*

Segundo Emília, ela também sofria violências psicológicas, verbais: *“Ele dizia que eu ia pra motel com outros homens. Ele sempre me controlou, mesmo quando rompíamos a relação. Ele sempre teve livre acesso à minha casa por causa da filha. Ele joga na minha cara dos (sic) dois rapazes que eu fiquei. Eu falo coisas para ele nas brigas que humilham ele também, né.”*

Emília procura justificar por que se mantém nesta relação: *“Com ele eu fico amedrontada, sempre com medo, não fico à vontade. Longe dele eu sofro, quero saber onde ele está, não sei por quê. A gente é um vai e volta!”* Ao se questionar sobre os efeitos desta violência sobre sua filha, ela conta: *“A gente briga na frente de qualquer pessoa. Ele não se importa da filha ver. Ele denigre minha imagem na frente da filha. Eu procuro conversar com ela, só que agora ela não me respeita, mas para outras pessoas ela é um doce. Está mal criada, xingando, desobediente, teimosa. Ela enrola até pra tomar banho. Ela fala que o pai é chato e culpado de tudo. Ela me vê chorando, né. Ela responde a mim e à vó. O pai ela respeita mais, mas também responde.”*

Emília faz ligações da história de seus antepassados com sua história atual: *“Eu sempre procurei a família perfeita porque não tive uma. Meu pai era alcoólatra e batia na minha mãe. Eles se separaram quando era pequena. Os pais eram novos quando eu nasci. O pai chegava em casa bêbado e batia na mãe sem motivo. Ele não falava nada, não se sabe o motivo da briga. A mãe sempre de olho roxo. Eu já agarrei nas pernas da mãe quando ele batia. Um dia a mãe jogou uma garrafa na cabeça dele para se defender, ele caiu no chão sangrando. A mãe fugiu pela janela e pediu pra vizinha me buscar na casa. Desse dia em diante ela não voltou para casa. Fomos morar com meus avós, eu tinha três anos. Vejo minha história repetindo. A minha filha passando o mesmo.”*

Sobre os pais de seu companheiro, Emília relata o pouco que sabe: *“O pai dele fica no pé da mãe dele, desconfiado. O pai é controlador igual ele. O pai não agride a mãe dele, mas a mãe dele tem hora de chegar em casa. Ele é o único filho que é assim. Tem dois irmãos que são tranquilos.”*

4.2.4 Júlia – mãe de Emília

Júlia inicia seu relato falando sobre seus pais: *“Meus pais viviam na pancada. Batiam na gente. Meu pai era dono de alambique. Bebia desde os 10 anos de idade. Ele e a mãe tinham ciúmes um do outro, viviam brigando. Meu pai batia nos filhos de pau, de fio. Ele quebrava as*

coisas em casa, batia na mãe. A mãe reagia e batia nele também. Desde que me lembro, sempre brigaram. Eles trabalhavam muito e davam serviço pros filhos. Ele teve outra mulher e contou pra mãe, ela saiu do quarto, pararam de se falar e acabaram as brigas. Viveram cinco anos na mesma casa e dormindo separados e sem conversar até que ele faleceu de cirrose.”

Relata sobre o histórico de violência conjugal que viveu com o pai de Emília, seu ex-marido: *“Quando conheci o marido, ele não bebia. Começou a beber com meu pai. Uma vez no namoro ele me deu um tapa no rosto. O marido sempre me bateu. Não gostava de trabalhar. Já deixou eu e a filha passar fome. Ele sentava minha cabeça nos postes. Ele sempre alcoolizado. Ele prometia que melhorava, mas voltava a quebrar tudo em casa. Ele me traía muito. Um dia, eu arrisquei, sentei uma garrafa na cabeça dele, não sei de onde tirei coragem, mas saí de casa. Depois que eu saí de casa ele virou alcoólatra mesmo, se internou. Agora tá no AA. Parou de beber. Mas não suporto ele até hoje.”*

Júlia não sabe dizer muito sobre os pais do ex-marido, mas fala sobre um ponto que acredita ter influenciado o ex-cônjuge nos episódios de violência: *“O pai dele era soldado. Levava ele pra bater nos presos. Ele batia porque bebia, não se lembrava de nada. Os pais dele viviam bem, mas o pai teve uma relação extraconjugal. Quando ela descobriu, ele largou a outra e ficou com a esposa. Eles discutiram por isso, mas ele se aquietou. O pai dele bebia pouco, mas fumava muito.”*

Quando questionada se vê alguma ligação entre suas vivências violentas na infância e a vida atual de Emília, Júlia acrescenta: *“Ela está sempre assustada, tem dificuldade em falar não. Ela é boa, mas é boba. Ela repete a mesma história, igual eu vivi com o pai dela.”* Júlia nos relata um pouco sobre os pais do cônjuge da filha: *“O pai dele é igual ele com a mãe dele, vai e não vai, como ele e Emília.”*

4. 3 Dando sentido à violência conjugal

A análise dos dados obtidos nas entrevistas, como citado anteriormente, está sendo feita através da Análise de Conteúdo e suas respectivas categorias temáticas, oriundas deste procedimento de interpretação. Da AC utilizamos mais precisamente sua proposta acerca do sistema de categorias temáticas, com o intuito de organizar e sistematizar os pontos a serem investigados de acordo também com todo o levantamento bibliográfico baseado no objetivo

desta pesquisa. Discorreremos, a seguir, sobre os temas levantados para análise: Relações de poder; Reprodução e possibilidades de criação nas gerações; Associação com álcool e outras drogas.

4.3.1 Relações de poder

Para introduzir nossa discussão acerca da violência e seus atravessamentos, é necessário pontuar as questões de gênero que atravessam as relações conjugais, principalmente a violência conjugal. Como vimos no segundo capítulo, as mulheres foram excluídas socialmente por muitos anos, principalmente de sua participação política. A exclusão da mulher aqui é entendida como uma distinção baseada no gênero, que tem como objetivo anular o reconhecimento ou exercício desta dos direitos humanos (CHAUÍ, 1985; SILVA, 2010). Dessa forma, as relações entre homens e mulheres muitas vezes se configuram como relações de poder, nas quais os homens são politicamente privilegiados em detrimento das mulheres.

Segundo Silva (2010), nossa sociedade naturalizou os lugares e papéis desempenhados por homens e mulheres ao longo de toda a história, principalmente alicerçada nos valores patriarcais. As crenças naturalizadas em uma família – e em toda a sociedade – são deixadas à disposição para transmissão entre as gerações como códigos que, frequentemente, não são questionados. Esses códigos não elaborados têm se tornado motivações e justificativas para a violência de gênero que ocorre entre os casais.

A violência entre casais e, no caso também dos casais pesquisados, é produto de uma naturalização dos papéis e, ao mesmo tempo, se transcreve, em grande parte, em uma naturalização da própria violência, que passa a ser reproduzida pelas gerações seguintes. Até mesmo as mulheres que sofrem a violência encontram dificuldade em sair desta relação, por também não questionarem o lugar de vítima que ocupam, e se mantêm nesta relação de poder, o que torna a quebra deste vínculo um trabalho árduo que exige elaboração. Uma das entrevistadas, Fernanda, explicita que está com seu parceiro há quatro anos. Neste tempo, viveu a violência conjugal durante mais da metade desta relação. Entretanto, só procurou medidas para tentar desfazer este vínculo violento – através do CAVVID – após vários episódios de violência contra ela e seu filho por parte do marido. Fernanda deixa claro que não quer mais as atitudes de

violência por parte de seu cônjuge, no entanto, e ao mesmo tempo, também não quer se afastar deste homem. Por isso, busca apenas suporte psicológico no centro (CAVVID), mas nenhuma medida protetiva legal que afaste seu marido dela. Aqui temos explícito como as relações se mantêm na violência, como estas mulheres toleram este lugar e as reincidências dos episódios, que evidenciam como é difícil desfazer este vínculo. Nesse contexto, podemos nos perguntar o que mantém a ligação entre o casal. No caso de Fernanda, uma das justificativas é a de que seu parceiro lhe fazia promessas de mudanças, demonstrava arrependimento dos atos e procurava lhe agradar em seguida. Emília relata o mesmo de seu parceiro: “*Perdoei ele (sic) de novo, porque ele me pedia desculpas depois.*” Júlia também revela que as promessas do ex-marido mantiveram o vínculo violento por anos: “*Ele prometia que melhorava, mas voltava a quebrar tudo em casa.*” Este jogo de promessas é uma das motivações que mantém a relação e torna as mulheres prisioneiras de uma situação dúbia, que ora lhes causa sofrimento ora lhes motiva a seguir, como em um jogo de amor e ódio. Deixaremos claro aqui que esta não é a única motivação que mantém a relação violenta, existem também as motivações psíquicas da subjetividade, que poderiam aprisioná-las nesta conjugalidade mesmo que seu parceiro não demonstrasse arrependimentos.

Entretanto, relembramos que o sujeito é provido da dimensão do *eu*, capaz de refazer escolhas e elaborar aspectos da subjetividade que antes lhe pareciam naturais, os quais por algum acontecimento podem se tornar questionáveis, como pontuam Magalhães e Féres-Carneiro (2004) e Trachtenberg (2005). Nesse sentido, retomamos a atitude da entrevistada, que em certo momento motiva-se a buscar ajuda no CAVVID como uma forma de “*dar um basta*” na violência sofrida, como ela mesma pronuncia. Mesmo após a procura para se desvincular desta relação, Fernanda ainda expressa estar enlaçada, quando diz: “*Eu ainda ando nervosa e sinto a falta dele, não sei o que fazer.*” Como podemos notar, a saída do relacionamento requer a utilização de uma instância psíquica questionadora, que filtra e elabora o que lhe é apresentado para que, assim, seja possível a busca por outros modos de existir, como tentaram fazer algumas de nossas entrevistadas, cada uma a seu modo. No entanto, reconhecemos que o trabalho de elaborar ou reelaborar suas crenças, modos de existir, lugares ocupados, papéis desempenhados é difícil e, em alguns casos, até mesmo sofrido. Nesse contexto, muitas vezes, o auxílio de um terapeuta é fundamental para torná-lo mais eficaz, como apontam Magalhães e Féres-Carneiro (2004).

Segundo as autoras supracitadas, o trabalho terapêutico permite ressignificar os lugares

ocupados e os papéis desempenhados que estavam naturalizados no psiquismo do sujeito. O CAVVID possui um espaço de acompanhamento terapêutico que busca permitir esse processo e facilitar o desligamento da mulher agredida da relação violenta. Infelizmente, as mães das mulheres entrevistadas não tiveram acesso a este recurso e, no caso de Júlia, manteve-se atrelada à relação agressiva durante muito tempo. Júlia expressa em seu relato de maneira nítida a naturalização do lugar de mulher na conjugalidade como frágil e dependente quando expõe: *“Um dia, eu arrisquei, sentei uma garrafa na cabeça dele, não sei de onde tirei coragem, mas saí de casa.”* No discurso de Júlia conseguimos perceber como a própria mulher se coloca em uma posição naturalizada de vítima, como em um “beco sem saída”. Ela parece aceitar uma condição que, vista pela lente do patriarcado, lhe foi imposta e, dessa forma, acredita que sair desta relação é um risco (quando, na verdade, ela já corria riscos por aceitar esse tipo de relacionamento). Nesse caso, a naturalização de seu lugar vai mantendo a relação violenta e impossibilitando o desligamento da mesma. Júlia faz um movimento de desligamento da relação ainda atravessada pelos assujeitamentos de gênero, talvez por não mais suportar o lugar que ocupava. Como podemos notar, nem sempre a saída da relação agressiva é promovida por perceber que existe outro lugar para ocupar ou outro modo de viver. Neste caso, Júlia relata não saber muito bem o que faria após a saída de casa, só tinha claro que ali não queria mais estar. Os aprisionamentos presentes nas relações de poder vão sustentando este tipo de relação (SAFFIOTI, 2004). No caso de Fernanda isso fica perceptível quando ela diz: *“[...] sem a droga ele é maravilhoso, ele faz tudo que eu peço”*. Ela parece se prender a isso para justificar tal violência, como se o natural de um homem fosse o contrário e seu bom comportamento digno de aceitação da violência. Aqui nossa entrevistada se coloca em posição de aceitação e submissão, como se a tolerância fizesse parte do lugar da mulher na conjugalidade.

Como podemos notar, os valores e crenças vão se incrustando no psiquismo dos sujeitos formando ideias, preconceitos. Em nossa discussão de relações de poder, estes valores estão intimamente ligados à lógica patriarcal. Silva (2010) faz uma diferenciação entre conceito e preconceito ao dizer que o conceito é um trabalho de questionamento, em que se elabora o conteúdo e tem-se por objetivo chegar a uma verdade, enquanto o preconceito parte da ideia de que ser uma verdade em si, em que se acredita sem questionar. Dessa forma, os preconceitos de posições sexuais se tornam uma barreira para mudanças (e de difícil rompimento). As entrevistadas nos explicitam isso quando apontam que suportaram durante muito tempo a relação

violenta e quando algumas ainda se mantêm atreladas a essa conjugalidade. A barreira formada por essas crenças (passadas de uma geração à outra por meio de transmissão psíquica, conforme capítulo 3) dificulta o rompimento destas relações violentas. Seu rompimento requer um trabalho de elaboração subjetiva que às vezes pode falhar e aí está um dos tantos pontos e nós da violência conjugal. Para compreender melhor tal temática, discutiremos as *transmissões transgeracionais* em nossa próxima categoria de análise.

Notamos em nossa pesquisa que os preconceitos que atravessam as relações de poder estão presentes em ambos os cônjuges, e muitas vezes servem para justificar suas atitudes. Enquanto a mulher, como já citado, se coloca na posição de vítima, o homem também busca justificar seus atos quando é o agressor. Na fala das entrevistadas, percebemos várias justificativas de seus cônjuges para agredi-las. No caso de Fernanda, seu parceiro justifica os episódios de violência relatando o afastamento dela em relação a ele após o nascimento do primeiro filho. Embora esses motivos não tenham sido muito explorados, Deeke, Boing, Oliveira e Coelho (2009) afirmam sempre haver uma dependência afetiva das mulheres nesse contexto, que muitas vezes se apoia nas justificativas dadas pelos parceiros para a agressão. Ao discorrer sobre o tema, os referidos autores apontam: ciúmes, o fato de o homem ser contrariado, a ingestão de álcool e a suspeita de traição. No estudo desenvolvido por Rosa *et al.* (2008), percebeu-se que os homens atribuíam a responsabilidade pela agressão cometida às suas parceiras, justificando que as ações delas levavam à situação violenta. Assim, estes homens não se reconhecem como agressores, ao contrário, racionalizam a violência como um comportamento que teria sido desencadeado pela mulher. Como podemos perceber, a violência nas relações expressa dinâmicas de afeto e poder e denuncia uma assimetria nas relações de gênero, perpetuando o ciclo das agressões.

As relações de poder presentes na conjugalidade delineiam os lugares ocupados pelos homens e pelas mulheres e estabelecem uma relação de dominação-submissão. Um exemplo disso é o uso de dispositivos como o ciúme para desencadear a violência, como também foi apontado por Deeke, Boing, Oliveira e Coelho (2009), além de ter sido explorado no trabalho de Centeville e Almeida (2007) e mencionado em Cortez e Souza (2010).

Na presente pesquisa, a relação conjugal de ambas as filhas entrevistadas apresenta o dispositivo do ciúme como um dos fatores desencadeadores dos episódios violentos. A fala de Fernanda nos exemplifica esta causa: “*ele tem paranoia de mim com meu ex-marido*”. A

entrevistada da outra família, Emília, revela o mesmo conteúdo: “*Desde o namoro que ele era brigão, ciumento. Me dava (sic) tapa na mão nos shows por causa de ciúmes com outros homens.*” A mãe de Emília, Júlia, também aborda o assunto quando relata sobre seus pais, avós de Emília: “*Ele e a mãe tinham ciúmes um do outro, viviam brigando.*” Segundo Chauí (1985), o ciúme é a expressão deste tipo de relação de dominação em que há uma coisificação do outro, um desejo de mando e opressão. Deeke, Boing, Oliveira e Coelho (2009), Centeville e Almeida (2007) e Cortez e Souza (2010) também fazem referência em suas pesquisas ao ciúme como um dispositivo desencadeador de violência entre parceiros íntimos, o que revela o poder envolvido nestas relações. Centeville e Almeida (2007) fazem uma distinção entre o ciúme romântico e o patológico e alegam que toda relação íntima pode ser atravessada pelo ciúme como um sentimento de cuidado, medo da perda, mas, quando o ciúme é utilizado para aprisionar a parceira amorosa ou para agredi-la, estamos diante de uma patologia que se converte em violência. Sob nosso olhar, e discordando da visão romântica dos autores citados, o ciúme é a expressão de um sentimento de posse que aprisiona o outro, não permite que este tenha a liberdade de se expressar, ir e vir. O sujeito torna-se uma coisa da qual seu dominador necessita ter pleno controle, por isso busca manipular seus passos. O ciúme pode se transformar em uma violência física com agressões por parte do dominador, entretanto, este dispositivo de controle em si já se configura como violência psicológica, somente pelo ato de vigiar, questionar, impor.

De acordo com Saffioti (2004); Deeke, Boing, Oliveira e Coelho (2009) e Rosa *et. al.* (2008), estes dispositivos de ciúmes e também o da traição são uma lente para perceber as relações de força expressas na dinâmica conjugal enquanto relações de dominação e subordinação. Nas três pesquisas feitas por cada uma das estudiosas citadas, os homens autores da violência relatam que este seria o meio mais eficaz para subordinar a parceira à sua vontade e, assim, não perder o controle do domínio do lar, o que justificaria seus comportamentos agressivos. Saffioti (2004) acrescenta ainda que este tipo de violência revela relações de poder, em que as mulheres se colocam na face da impotência e os homens justificam seus atos alegando não perder sua potência.

Dentro da lógica das desigualdades que atravessam as relações de poder, Saffioti (2004) chama a atenção para as justificativas da agressão, frisando outro ponto dentro do discutido anteriormente. A autora aponta que tal violência, muitas vezes, é colocada como justa por responder aos comportamentos da própria mulher, ao culpabilizá-la pela violência de seu

cônjuge. Um exemplo em nossa pesquisa são os relatos de Fernanda e sua mãe, Maria. Fernanda conta que seu parceiro se justifica dizendo que ela parou de dar atenção a ele depois que nasceu o primeiro filho do casal, e acrescenta que acredita que seu esposo tem ciúmes do filho. Maria, mãe de Fernanda, recebe a mesma queixa de seu marido: *“Ele me cobra que larguei ele (sic) pelos filhos, deixei ele de lado.”* Infelizmente, o que se percebe é que a mulher que sofre a violência psicológica tende a se culpar pelas humilhações feitas por seus cônjuges, principalmente se esta apontar a educação e o cuidado com os filhos e com a casa como motivo. A lógica social atravessada pelo patriarcado culpabiliza as mulheres quando não desempenham seu suposto papel nestas relações. O lugar de mãe e esposa faz parte do imaginário social e não somente das mulheres, mas de toda a sociedade. Dessa forma, elas são tomadas como responsáveis por uma falta ou excesso da prática de seu papel social e isso gera a violência de gênero (SAFFIOTI, 2004; CHAUI, 1985). Esse raciocínio responsabiliza somente uma das partes pela violência gerada e acaba por camuflar a dinâmica relacional da violência conjugal. Isso pode dificultar a elaboração de novas formas deste casal se relacionar, já que somente uma das partes é responsável e a outra não reconhece sua violência como violência, e sim como um comportamento natural em resposta ao não cumprimento das “obrigações” da outra parte.

Como podemos perceber, a dinâmica do casal que expressa a violência como modo de relação é atravessada por diversos fatores, dispositivos e crenças. Além do ciúme citado, as traições também permeiam as relações das entrevistadas, algumas reais e outras em acusações por parte de um dos cônjuges. Em nossa pesquisa, nos chamaram a atenção as supostas traições, aquelas que não foram comprovadas e que, provavelmente, não ocorreram. Logicamente as traições de fato ocorridas não justificam a violência. Segundo Centeville e Almeida (2007, p.77), “[...] as pessoas ciumentas permanecem ambivalentes entre o amor e a desconfiança de seu parceiro, tornando-se perturbadas, com labilidade afetiva e obcecadas por triangulações, muitas vezes imaginárias”. Aqui notamos como o ciúme e a traição estão entrelaçados quando há em vista uma possível traição, ou seja, aquela em que se acusa a parceira sem ter provas do fato, baseando-se na desconfiança e nas suposições que fazem parte da imaginação. Fernanda, por exemplo, conta a história anterior do marido: *“ele foi traído pela ex-mulher, aí ele desconfia de mim e me persegue...”*. Observamos aqui, como no estudo de Deeke, Boing, Oliveira e Coelho (2009), que a suspeita de traição é colocada como um dos motivos dos parceiros agirem como agem. Esse mesmo motivo é sustentado por Maria, mãe de Fernanda, ao relatar o histórico de seu

marido: “*Meu sogro bebia muito, atirava para cima com arma. A relação entre ele e a sogra era terrível. Eles brigavam e ela dizia que ele tinha caso com outra. Tudo coisa da cabeça dela.*” A fala das duas, mãe e filha, nos revela como a traição é usada para justificar a violência, mesmo que não tenha sido exposta. Acreditamos que aqui está também o fator do ciúme, que pode ter sido desencadeado pelas traições vividas anteriormente. Discutiremos o atravessamento das experiências passadas na dinâmica presente de forma aprofundada na próxima categoria temática: A transmissão geracional.

Na pesquisa desenvolvida por Deeke, Boing, Oliveira e Coelho (2009), percebemos que a traição pode ser significada também como uma violência e não apenas como um dispositivo que justifica a violência do outro que se sentiu ou realmente foi traído. Segundo os autores,

Os relatos em que a traição da parceira foi o motivo alegado para o homem agredi-la foram os mais marcados por sentimentos de sofrimento, culpa e vergonha. Esses sentimentos se manifestaram, principalmente, por parte dos homens, ao contar e relembrar detalhes das cenas de traição flagradas (DEEKE, BOING, OLIVEIRA & COELHO, 2009, p. 255).

Entretanto, a traição não aparece no discurso de nossas entrevistadas como uma violência, segundo a visão das mesmas. Provavelmente, isso não fica explícito, porque não foram elas que sofreram a traição presente ou anterior. Talvez, se entrevistássemos os maridos, poderíamos presenciar um discurso diferente em que apontam a traição como uma violência por parte de suas esposas atuais ou anteriores. Percebemos no artigo de Deeke *et al.* (2009) e queremos frisar aqui que a traição é utilizada como justificativa para os comportamentos de homens. Este é um dos resultados da cultura patriarcal que enraíza e naturaliza este pensamento em homens e mulheres.

Em casos de infidelidade feminina ou simplesmente de ciúme masculino, a violência é justificada pelo fato de a mulher ter ofendido a reputação masculina, seja na realidade ou na fantasia (do homem). A agressão é considerada uma maneira de restaurar parte da reputação masculina e existe uma expectativa de que as mulheres sejam leais quando a violência está relacionada ao ciúme, aceitando-a (CENTEVILLE & ALMEIDA, 2007, p.79).

Podemos entender que o homem influenciado pela “cultura da honra” acredita que sua própria honra esteja vinculada à fidelidade de sua companheira e, dessa forma, fica nítido como homens e mulheres estão mergulhados em relações de poder e naturalizam seus assujeitamentos. O homem é visto como naturalmente violento e forte e a mulher como passiva. O problema é que a naturalização tampona a historicidade e não nos permite pensar e analisar as relações conjugais

conflituosas do ponto de vista das influências socio-históricas (SCOTT, 1990; SENA, 2004). Dessa forma, perde-se o exercício da crítica que abre espaço para transformação e torna-se difícil superar as desigualdades entre homens e mulheres que, muitas vezes, se convertem em violência conjugal.

Os lugares ocupados por homens e mulheres em nossa sociedade são postos estruturalmente, já que as relações apontam para lógicas de poder assimétricas. Além das crenças sociais que se configuram como preconceitos que generalizam e naturalizam estes lugares, ainda existem as particularidades de cada família, suas crenças e mitos sobre o funcionamento da dinâmica conjugal. Penso e Costa (2008) defendem que os mitos dentro das famílias funcionam como rótulos que criam expectativas sobre os modos de existir dos casais. Dessa maneira, as mudanças em uma geração podem ser difíceis, pois os mitos perpetuados dentro das famílias sustentam, muitas vezes, as relações violentas e se configuram em uma profecia ou um quadro naturalizado por aquele grupo familiar.

Segundo Sarti (2004), as relações conjugais violentas não se resolvem facilmente, por incidir sobre questões que estão além das sociais colocadas até agora, como a lógica patriarcal que permeia as relações de poder ou as crenças que são cultivadas dentro das famílias. A autora nos convida a pensar nas questões de ordem inconsciente, o que chamamos de “violência simbólica”, como defendido pelo sociólogo Bourdieu (1970). Este tipo de violência seria a internalização, por parte da vítima de violência, de um papel naquela relação que a faz cúmplice – no caso das mulheres – de sua própria dominação. A mulher se coloca, segundo Sarti (2004), no lugar de objeto da relação violenta e não encontra saída para a mesma. Isso deixa claro que os elementos da violência conjugal passam pelo aspecto relacional, envolvendo as duas partes da relação, tanto o homem quanto a própria mulher. Nesta relação existem os aspectos microsociais de sua intimidade conjugal que atravessam o psiquismo destes cônjuges e, ao mesmo tempo, os aspectos da cultura macrosocial, pois ambos se comunicam. Saffioti e Almeida (1995) trazem a discussão para uma perspectiva na qual as relações pessoais e de intimidade também são políticas e enfatizam a intimidade como produção não separada dos contextos históricos e políticos das relações conjugais, sem excluir a relevância dos atravessamentos de gênero nas relações de poder. Os autores frisam os dispositivos inconscientes presentes nas relações conjugais, capazes de revelar a dinâmica psíquica e social.

O ponto pertinente das relações que expressa manutenção de um vínculo, mesmo diante do sofrimento, foi observado na fala das filhas e de uma das mães entrevistadas. Sob esse aspecto, fica claro que os cônjuges masculinos fazem promessas de mudanças, demonstram arrependimento após os episódios de violência e suas respectivas companheiras tendem a perdoar e retomar o vínculo, como um círculo vicioso. Fernanda se justifica com as falas: “[...] *sem a droga ele é maravilhoso, ele faz tudo que eu peço*”; *“eu gosto dele”*. Já Emília coloca: *“Eu fui desculpendo tudo que ele fazia”*; *“Eu perdoei ele não sei por que”*; *“Perdoei ele de novo, porque ele pedia desculpa depois”*. Na percepção de Emília, a manutenção do vínculo se justifica da seguinte forma: *“Com ele eu fico amedrontada, sempre com medo, não fico à vontade. Longe dele eu sofro, quero saber onde ele está não sei por que. A gente é um vai e volta!”*. Na fala das entrevistadas, fica claro o que Sarti (2004), Saffioti e Almeida (1995) falam sobre a dinâmica da violência em seu aspecto relacional que se expressa como um círculo violento. Smigay (2000) expõe as especificidades deste tipo de violência, ao sugerir que existe um interjogo relacional que aprisiona os parceiros como em um laço atravessado por sentimentos contraditórios. A autora acrescenta que a violência enlaça os parceiros em uma relação que tende a se cronificar e rotinizar, e, por isso mesmo, fica tão difícil de ser rompida e reorganizada: o vínculo se estrutura pela violência, pelo afeto e pelo erótico. Ainda por se tratar de uma relação, a violência conjugal também apresenta uma característica de cumplicidade e dependência, como visto nos exemplos das falas das mulheres pesquisadas. O estudo de Deeke (2009) e de Magalhães e cols. (2013) evidenciou que os casais se mantêm em um vínculo de ódio e maus-tratos e esta passa a ser a estrutura relacional deles. Os relacionamentos entre casais com essas dinâmicas colocam seus membros como personagens de um jogo em que a mulher se queixa de ser controlada, vigiada, mas, em contrapartida, sente-se protegida e resguardada. Dessa forma, o autor entende que o que mantém a relação pode ser a sensação de segurança e estabilidade, mesmo que possivelmente patológica, que lhes parece mais confortável que o imprevisto da liberdade.

A relação que se arrasta na violência sofre alterações porque age no psiquismo, principalmente daquele que sofre a agressão no papel de vítima. Discutimos muito acerca da violência vivida nas relações familiares anteriores ao vínculo conjugal atual e acerca de seus efeitos na relação atual, além de observar o que ocorre nesta relação atentando para o homem agressor, que é exatamente o que nos revela a maior parte da bibliografia encontrada. Entretanto, nossas entrevistadas nos apontam um indicador importante, que ocorre durante a própria relação

atual. As duas filhas adultas relatam que iniciaram algum tipo de violência após muitos episódios violentos tolerados de seus cônjuges. Fernanda relata que, no início, sua reação era *“deixar pra lá, ficava quieta, trancava a porta do quarto para ele não continuar”*. Após um tempo, ele passou a reagir ao seu comportamento: *“ele passou a derrubar portas, eu comecei a correr dele com meu filho; comecei a ficar nervosa com tanta perseguição, aí comecei a bater nele, perdi a paciência”*. Emília também desencadeou um comportamento violento após suportar por um tempo uma dinâmica conjugal análoga: *“Eu comecei a bater nele, ficar irritada. Eu administrava a raiva batendo nele ou saindo com outro homem. Depois sentia nojo de mim mesma.”* Para findar com a violência, Júlia também age com agressividade, dizendo ter atirado uma garrafa na cabeça do marido em uma briga. O relato destas mulheres nos faz retomar o que discutimos ao longo do terceiro capítulo: a violência gera violência (SEIXAS & DIAS, 2013; PENSO & COSTA, 2008). Nosso objetivo inicial era perceber e rastrear a expressão da violência de uma geração à outra, como uma passagem de conteúdo psíquico dos pais para os filhos, assim como apontam os autores citados; no entanto, nos deparamos também com os efeitos desta violência dentro da própria relação conjugal. De fato, sabíamos desta realidade, do que ocorre na dinâmica conjugal, seus arranjos, jogos, e de como ela é uma via de mão dupla em que ambos os cônjuges vão produzindo subjetividade sobre o outro (ALMEIDA & STENGEL, 2012). Porém, não sabíamos que as mulheres entrevistadas trariam para a nossa pesquisa este material com tamanha riqueza a ponto de exemplificar, mais uma vez, a realidade conjugal como uma relação de poder.

Como notamos, o estresse e outros sentimentos desencadeados por muitos momentos vividos nesta dinâmica conjugal violenta levam estas mulheres a se transformarem de vítima a agressora. Na pesquisa desenvolvida por Fonseca e Lucas (2006), nota-se que mulheres agredidas tendem a desenvolver diversos sintomas após longo período de agressão, um deles é a irritabilidade e agressividade. Este fator pode desencadear a violência por parte da mulher como resposta, exatamente o que notamos no discurso das entrevistadas. Autores como D’Affonseca e Williams (2011) e a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002) abordam as consequências psicológicas sobre as mulheres agredidas como, por exemplo, irritabilidade e agressividade. Saffioti (2004) aponta a existência de mulheres que também agredem física e psicologicamente seus parceiros, entretanto, não encontramos uma pesquisa específica que relatasse mulheres que agredem seus parceiros como desencadeamento das agressões sofridas anteriormente ao longo da mesma relação.

Outro ponto que podemos notar, diferentemente dos demais relatos, é o caso de Maria, que agride seu marido primeiramente e justifica suas agressões alegando que *“Ele é acomodado, se eu não fizer, ele não faz. Ele não gosta de problema, resmunga quando tem que resolver as coisas.”* Além disso, ela baseia-se na ingestão de álcool do marido para assumir uma atitude de cobranças perante ele. A visão de Maria sobre o marido é negativa, mas não agressiva, pelo contrário, ela relata: *“[...] eu era brava com ele, brigava, cobrava e a gente discutia”*. As atitudes de cobrança dela são a brecha para as discussões. Interessante notar que o cônjuge de Maria também faz cobranças a ela, segundo nossa entrevistada: *“Ele me cobra que larguei ele (sic) pelos filhos, deixei ele de lado.”* O jogo conjugal expresso nesta relação deixa claro como ela pode ser vista como um círculo, sem começo ou fim, pois é difícil verificar quem inicia as discussões, já que há cobranças por ambas as partes (SMIGAY, 2001; ALMEIDA & STENGEL, 2012). Notamos, assim, que Maria não se coloca em uma posição de vítima desta relação, ao contrário, ela demonstra ser uma mulher autoritária que faz uso de violência psicológica com o marido através de cobranças e da maculação de sua imagem. Podemos, contudo, nos questionar se a vivência familiar anterior de Maria não poderia ter contribuído para que ela assumisse esta posição, pois, segundo ela, sua mãe dizia *“que homem não prestava”*. O assunto das transmissões psíquicas geracionais será discutido a seguir.

4.3.2 Reprodução e possibilidades de criação nas gerações

Para dar início à discussão desta categoria temática percebida em nossa análise com o aparato teórico exposto ao longo de nosso trabalho, gostaríamos de chamar a atenção para a expressão da violência sobre todos os envolvidos, tanto os cônjuges quanto seus filhos. A violência de modo geral deixa suas marcas e impressões, entretanto, no levantamento bibliográfico feito para esta pesquisa, percebemos que a violência física é mais contemplada, mais denunciada. A violência psicológica, no entanto, está presente nas duas famílias pesquisadas. De acordo com Silva, Coelho e Caponi (2007), a violência psicológica causa vários problemas, tanto emocionais quanto físicos, além do fato de que com o passar do tempo ela pode eclodir em violência física. Os autores pesquisados também apontam como ela se arrasta devido a sua difícil detecção, pois não é percebida, na maior parte dos casos, como violência. A fala de Fernanda exemplifica tal situação em sua vida conjugal: *“Ele faz chantagem com meu filho, usa*

o menino para me atingir. Ele pega a criança e diz que vai pular do prédio com o menino. Coloca sempre o menino no meio de nossas brigas. Às vezes ele até ameaça nosso filho.” A violência psicológica é tão sofrida quanto a física, causa perturbações psíquicas que podem se arrastar mesmo após a quebra do vínculo conjugal, dependendo de sua dimensão (SILVA, COELHO & CAPONI, 2007). Para exemplificar nossa discussão, trazemos a fala de Emília: “*Ele sempre me controlou, mesmo quando rompíamos a relação. Ele sempre teve livre acesso à minha casa por causa da filha.*” Independentemente do tipo de violência, certo é que as palavras *chantagens* e *ameaças* são tão perturbadoramente violentas quanto o ato em si e podem aprisionar a vítima, mesmo não estando na presença do agressor.

Nesse contexto, vale lembrar que a violência psicológica é uma maneira de aprisionamento do parceiro: o cônjuge que sofre este tipo de violência se percebe entrelaçado sem perspectiva de quebra do vínculo violento, em um interjogo de poder e manipulação (ALMEIDA & STENGEL, 2012). Justamente, e também porque, na maior parte dos casos, não é reconhecida como violência, é que a *psicológica* estende o vínculo agressivo, pois, além de aprisionar através de chantagens, ela também vai sendo suportada por estar naturalizada em nossas crenças e valores no que tange as relações entre homens e mulheres.

Existe nos casais que sustentam em seu cotidiano a violência doméstica a perpetuação de laços de imposição e sujeição, difíceis de serem rompidos e que dão sentido às agressões através das representações instituídas de família, de gênero, de lugares sociais naturalizados de homem e mulher, de posições marcadas de algoz e vítima. (ROMAGNOLI, 2012, p. 48).

Como apresenta a autora, a violência, de modo geral, é banalizada e tamponada, tanto a física quanto a psicológica. Entretanto, a violência psicológica é mais difícil de se detectar e causa danos a longo prazo na vítima. Portanto, fica cada vez mais difícil desfazer-se o vínculo. A dependência que este casal constrói em sua relação pode tornar-se um modelo adoecido de vida a dois para as próximas gerações, que perpetua laços de imposição e sujeição. Este ponto é, portanto, o cerne de nossa pesquisa.

Os efeitos da violência são nítidos em todo o discurso das duas famílias pesquisadas e atravessam as duas gerações seguintes. Pesquisas como a de Braz & cols. (2005); Brancalhoni e Williams (2003); Corrêa e Williams (2000); Sei e Gomes (2007); Magalhães e Féres-Carneiro (2007) nos apresentam diversas consequências destas vivências violentas sobre a subjetividade dos que participam delas, tanto os cônjuges quanto seus filhos. Os efeitos apontados são tanto

sobre o psiquismo, quanto sobre o corpo físico. Sintomas como depressão, irritabilidade, alcoolismo, abuso de medicamentos, agressividade e ansiedade estão descritos nos trabalhos citados. Como podemos notar, são diversos os sintomas e prejuízos resultantes desta dinâmica que não sinaliza nenhum saldo positivo da violência entre parceiros íntimos. Muito pelo contrário, a ação sobre os sujeitos, segundo os autores, é destrutiva, tanto em termos de saúde psicofísica quanto em laços e conjunturas familiares. A violência, assim como outros problemas familiares, tem motivado o desmantelamento de famílias, mesmo com toda a relação de poder envolvida (conforme discussão no capítulo dois), de tão difícil quebra. Aliás vale ressaltar que, nesse contexto, a violência conjugal, seja conduzindo à separação, seja conduzindo à manutenção desse padrão, causa um grande sofrimento familiar.

Além dos prejuízos imediatos causados por esta relação sobre os pares e os filhos, ela ainda se perpetua e se arrasta como modelo sobre as gerações seguintes, formando um ciclo interminável, em muitos casos. De acordo com Sei e Gomes (2007); Magalhães e Féres-Carneiro (2007, 2004); Diniz *et al.* (2007), as situações de violência podem se configurar como elementos transmitidos de forma não elaborada, que são reproduzidos através das gerações. Assim, os efeitos são impresumíveis, pois atingem diversas famílias, não mais como uma única linha, mas como uma ramificação que vai se expressando a cada novo vínculo formado, a cada nova família.

Identificamos em nossa pesquisa, através da fala das quatro mulheres entrevistadas, que há tanto a reprodução direta do comportamento da violência quanto os efeitos psíquicos e, ao mesmo tempo, reprodutivos nos filhos de Fernanda e Emília. Discorreremos, pontual e separadamente, sobre as gerações adultas e sobre os filhos menores, além de separar também as vivências relatadas pelas mulheres e aquelas sobre o histórico de seus cônjuges. A separação será meramente por motivos didáticos de análise. É importante deixar claro que as falas se cruzam, pois dizem das dinâmicas conjugais, familiares, vivências que acontecem entrelaçadamente.

Ao olhar primeiramente para as gerações adultas dos sujeitos pesquisados, notamos a presença da transmissão psíquica entre gerações de forma direta, ou seja, como colocam os pesquisadores Magalhães e Féres-Carneiro (2004) e Trachtenberg (2005), essa transmissão torna o sujeito cativo da dor de seus antepassados e o faz viver conforme uma sentença transgeracional da qual não consegue se libertar. Os autores trazem a ideia de que aquilo que foi vivenciado no passado e não foi elaborado por aqueles que o viveram aparecerá nas gerações futuras como sintoma. Este tipo de transmissão evidencia a dificuldade do sujeito em elaborar seu legado

psíquico e acaba por reproduzir comportamentos, mesmo que estes tenham lhe causado sofrimento. A família, como vimos em nossa pesquisa, é um espaço que possibilita a transmissão psíquica dado o conteúdo emocional envolvido entre os membros e também por isso, muitas vezes, aquilo que não foi elaborado vai se depositando no psiquismo da geração seguinte (SEI & GOMES, 2007; CORREA, 2003; BERTIN & PASSOS, 2003). Por isso podemos dizer que a transmissão psíquica não é algo pensado, principalmente no caso das transmissões diretas, ela é conduzida pelas instâncias psíquicas sem que o sujeito tenha total controle sobre as mesmas. Isso se faz claro quando Sei e Gomes (2007) defendem que os membros da família encontram-se ligados através de laços afetivos transmitidos psiquicamente e permeados por aspectos inconscientes, ou seja, que ultrapassam a racionalidade do sujeito. As mulheres pesquisadas, por exemplo, quando falam de seu histórico conjugal e de suas mães (e vice-versa), conseguem identificar que muitos movimentos que elas fazem são reproduções das vivências de seus pais. Assim também, as mães notam que suas filhas estão enlaçadas em uma conjugalidade que parece se espelhar nas experiências que tiveram com seus cônjuges. Nessas falas, apresentadas ao longo dessa categoria temática, pudemos perceber como a transgeracionalidade se expressa e como ela é claramente notada pelas próprias mulheres. Mesmo assim, muitas destas mulheres não conseguem se desvincular da conjugalidade violenta. Portanto, temos evidenciado que o sujeito pode ter consciência de que está enlaçado pela história de seus antepassados e, ainda assim, muitas vezes, não conseguir fazer um movimento para se libertar dela por completo. A fala de Emília: “Vejo minha história repetindo. A minha filha passando o mesmo” traz a transgeracionalidade à vista, na qual percebemos padrões de comportamento que se reproduzem na geração seguinte como um conteúdo bruto, que não foi elaborado. A mãe de Emília, Júlia, faz o mesmo relato sobre a filha Emília: “*Ela repete a mesma história, igual eu vivi com o pai dela.*” Dessa forma, percebemos como a família Silva parece não se utilizar da elaboração psíquica dos conteúdos transmitidos, desencadeando uma “reprodução às cegas”. Mãe e filha se encontram em uma relação conjugal violenta na qual seu parceiro usa tanto da violência física quanto da psicológica. Emília parece procurar o mesmo padrão de vínculo conjugal que a mãe estabelecia com o marido e reproduz também um histórico de violência conjugal. No caso, o cônjuge de Júlia, mãe de Emília, a agride física e repetidamente: “*Ele sentava minha cabeça nos postes*” – relata Júlia, mas, segundo sua filha, a violência ocorria sem motivo algum e sem dizer uma só palavra, vejamos: “*O pai chegava em casa bêbado e batia na mãe sem motivo. Ele não falava*

nada, não se sabe o motivo da briga.” De acordo com o discurso de Emília, acreditamos que seu pai usava apenas a força física nos episódios de violência, sem dizer uma única palavra à sua mãe. Diferentemente da conjugalidade de Emília, em que seu cônjuge denigre sua imagem até mesmo na frente de sua filha, expressando a também tão sofrida violência psicológica discutida por Silva, Coelho e Caponi (2007). As mulheres da família Silva arrastam essa dinâmica e a mesma já produz efeitos na filha de Emília, como veremos mais adiante.

Trachtenberg (2005), Abraham e Torok (1995) e Magalhães e Féres-Carneiro (2004) nos ajudam a compreender como a transmissão psíquica pode ser destrutiva quando se passa adiante um material bruto, que não foi ressignificado, e como isto aprisiona o sujeito à cadeia geracional e não permite que ele expresse de maneira liberta sua singularidade. A família Silva, por exemplo, demonstra se encontrar amarrada a esta realidade, continuamente atravessada pela violência, da família de origem à família atual. Isso parece estar tão incrustado no psiquismo destas duas mulheres que o discurso de ambas ainda não é libertador, mesmo após tentativas de interrupção do vínculo conjugal. Em sua entrevista, Júlia relata não querer mais se relacionar com homem algum, não vê possibilidade de uma nova relação ser diferente daquela que estabelecia com seu cônjuge, como se estivesse fadada a vivenciar a violência conjugal em qualquer relacionamento. Da mesma forma, Emília permanece aprisionada, pois ainda se percebe com tendência a retomar a relação violenta com seu parceiro e, portanto, não consegue se desligar deste, mesmo após tentativas e a busca por ajuda no CAVVID. Segundo Penso e Costa (2008), podemos ter uma transmissão psíquica direta – como uma repetição – ou uma transmissão na qual os padrões de comportamento e pensamento sofrem pequenas ou grandes transformações, mas sempre com uma base na geração anterior, às vezes até mesmo como uma negação do padrão precedente. Acreditamos, pelo conteúdo das entrevistas, que este ponto da negação seja o que ocorre com Júlia, ao não querer mais se vincular a homem nenhum, por acreditar que, ao agir assim, quebra uma corrente da violência. De fato, finda com seus episódios de violência sofrida de maneira direta por parte de seu cônjuge, entretanto, se mantém acorrentada à ideia de que toda a relação marital que estabelecer será violenta, da mesma maneira.

O findar da relação de Júlia e seu cônjuge não garante que sua filha não passe pelo mesmo, pois o fato em si não produz necessariamente uma mudança ou elaboração na geração seguinte. As vivências da infância parecem ter ficado retidas no psiquismo de Emília, e perpetuam a violência na geração seguinte como um padrão de vínculo entre homens e mulheres.

De acordo com Diniz *et al.* (2007), a violência atravessa gerações como modelos de relações familiares que foram aprendidos na infância e são levados para a vida adulta como referência. Os mesmos autores também incluem em seus apontamentos sobre a violência intergeracional as relações de poder que existem entre homens e mulheres e que sustentam o vínculo agressivo e colaboram para a transmissão. Souza e Da Ros (2006) analisam os motivos que mantêm as mulheres vinculadas a estes agressores e esboçam que estes são atravessados por questões como a lógica patriarcal, que delimita os papéis desempenhados por homens e mulheres, os lugares que ocupam na sociedade e na relação a dois (como já discutido em nossa categoria anterior). Essa lógica expressa uma assimetria de poder por considerar a mulher como submissa e frágil e o homem como superior em um lugar de domínio sobre esta mulher. De fato, o poder envolvido nas relações entre homens e mulheres colabora para este jogo. Como dizem os autores pesquisados, ele é um jogo de duas vias que oscila entre o amor e a dor. Entretanto, o que viemos frisar aqui é também um outro ponto que mantém e arrasta a violência, a sua inscrição no psiquismo destas mulheres de maneira não pensada, não elaborada e que as aprisiona a esta cadeia de uma forma ou outra. Essas questões são perceptíveis nas duas mulheres da família Silva, e também são apontadas por Penso e Costa (2008); Diniz *et al.* (2007); Seixas e Dias (2013).

Os pesquisadores citados discutem a violência intergeracional e transgeracional, ou seja, a transmissão da violência dentro de uma família e como ela pode se ramificar para as gerações futuras de ambos os lados. De acordo com Penso e Costa (2008), a transmissão da violência entre gerações funciona como um padrão de relacionamento que acompanha a história familiar de um grupo e vai sendo reproduzido como se este fosse o único modo vincular de existir daquela família e de todas as gerações que se seguirem a partir dela. Por isso, podemos dizer que a transmissão da violência se apresenta nas famílias, por diversas vezes, como uma profecia da qual não se pode esquivar, que abafa a expressão da individualidade do sujeito, a possibilidade de criar uma nova história. A esse respeito, Penso e Costa (2008) afirmam que os mitos perpetuados dentro das famílias sustentam, muitas vezes, as relações violentas e se configuram como uma profecia ou um quadro naturalizado por determinado grupo familiar. Assim, os membros deste grupo acreditam que não existe outra maneira de fazer parte da família, ou seja, para eles, pertencer à família significa estar fadado às relações violentas, seja praticando-as ou sofrendo-as.

A família Silva torna as sentenças geracionais concretas aos nossos olhos como, por

exemplo, na fala de Emília: *“Eu sempre procurei a família perfeita, porque não tive uma.”* Emília evidencia que sua família de origem vive a dinâmica da violência conjugal e que deseja se esquivar deste tipo de vínculo, entretanto, percebe-se que ela repete a mesma história de seus antepassados. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2007), muitas vezes, a pessoa se percebe enlaçada em uma história da qual sempre desejou se esquivar, como uma sentença à qual aquela família e seus membros estivessem destinados, pois não cessam de repeti-la. A hipótese levantada pelas pesquisadoras é de que existe um aprisionamento à cadeia geracional, a um conteúdo transgeracional, em que a história de vida dos pais, experienciada pelo filho, pode ser transmitida como uma herança, nesse caso, a violência conjugal. Essa repetição ainda nos traz a ideia dos mitos ou sentenças familiares apontadas por Penso e Costa (2008) como profecias a se cumprir, em que a pessoa está fadada àquele tipo de vínculo violento independente de suas escolhas racionais. A família Martins também se percebe aprisionada à cadeia geracional, pois revive fatos que seus antepassados já sofreram. Fernanda também deixa isso claro quando relata: *“Todos os meus relacionamentos foram com pessoas violentas e usuários de drogas, parece que eu procuro isso.”* No entanto, o final do discurso de Fernanda nos remete a algo um pouco mais profundo, segundo nosso olhar. Percebemos que ela não relata a reprodução da violência como se fosse apenas vítima de uma profecia familiar que necessariamente precisasse acontecer, pelo contrário, ela parece se responsabilizar de alguma maneira pelos arranjos conjugais que vivencia, nem que seja de maneira inconsciente, quando diz: *“...parece que eu procuro isso”*. Neste caso, notamos a maneira com que o relacionamento entre os pais se enraíza no psiquismo dos filhos como um projeto de vida a dois do qual parecem não poder escapar, mesmo que desejem racionalmente não reproduzir este tipo de vínculo violento. Embora tenham essa intenção, fazem um movimento não intencional, levados pela subjetividade que direciona ao mesmo caminho de seus antepassados (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007).

Maria, por sua vez, tem uma percepção diferente das demais mulheres entrevistadas e citadas anteriormente. Ela percebe a transmissão psíquica em sua família e atribui a responsabilidade à família de seu marido. Justifica que os relacionamentos agressivos nos quais a filha se envolve estão enraizados nos modos com que os pais de seu cônjuge vivem sua conjugalidade: *“A família dele é a influência ruim sobre os nossos filhos... A minha filha Fernanda é igual à minha sogra, desconfiada e ciumenta.”* Maria exemplifica como sua filha se identifica com a sogra e reproduz seus comportamentos na relação íntima a dois. De acordo com

Magalhães e Féres-Carneiro (2007) e Trachtenberg (2005), os processos de identificação permitem a transmissão psíquica geracional, neste caso, dos modos de relação entre homens e mulheres enquanto parceiros íntimos. É importante notarmos como as identificações colocadas ao longo dos relatos de nossos sujeitos têm se dado nas relações vividas diretamente com seus pais, porém Maria traz uma leitura distinta, na qual sua filha parece buscar modelos nos modos de relação de seus avós paternos. É evidente e enunciado na fala de Fernanda que a relação de sua mãe Maria e seu pai também possui atravessamentos da violência conjugal e age sobre o psiquismo de Fernanda. As referências de Maria aos avós são um ponto para se pensar a transmissão transgeracional, que atravessa as gerações de maneira a amarrar uma à outra, não como um nó que liga cada geração direta à próxima, mas como um fio que conduz toda a herança e atravessa as gerações futuras deixando suas marcas. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2007), estes processos identificatórios são permitidos também pelo conteúdo emocional que envolve as relações familiares. Acreditamos que seja este o ponto que enlaçou Fernanda à dinâmica dos avós, como cita sua mãe.

O relato das mulheres pesquisadas por nós vai se cruzando, em meio a suas similaridades; contudo, Maria demonstra-se um pouco diferente das demais. Seu discurso não é de vítima, como a maioria, não é o da mulher agredida. Pelo contrário, ela assume uma posição autoritária, de mulher forte e independente. Ainda assim, Maria não escapa à transmissão dos conteúdos geracionais. A vivência familiar anterior de Maria, esboçada por ela na fala de sua mãe: “[...] *que homem não prestava*”, parece ter colaborado para que ela assumisse tal posição. Parece-nos que Maria permitiu entrar em sua subjetividade uma visão negativa dos homens e assumiu uma postura de defesa e agressão, atravessada pela fala de sua mãe como uma crença familiar transmitida. Isso foi se petrificando em sua subjetividade e desencadeando sua postura perante os homens, no caso, seu marido. Penso e Costa (2008) nos falam das crenças que vão sendo disseminadas pelas gerações como sentenças e isso se faz claro nas falas de muitas de nossas mulheres, quando dizem se ligar a homens violentos como as gerações anteriores a elas. Com certeza, existem vários olhares sobre a transmissão, mas que em algum ponto se cruzam, pois temos a transmissão de uma forma de vínculo estabelecido, de tipos de laços em que parece que estas mulheres “procuram” – mesmo que de forma inconsciente – homens agressivos como seus antepassados, mas também a transmissão de uma crença que se transborda em uma postura construída também conscientemente, como no caso de Maria.

Como podemos perceber, além dos atravessamentos transgeracionais, a fala de Maria sobre o modo de ser da filha nos coloca a pensar sobre a questão da não repetição de forma direta. Trachtenberg (2005), em seus apontamentos, traz a transmissão psíquica direta como algo que aprisiona o sujeito à cadeia geracional, mas, ao mesmo tempo, nos abre a possibilidade da não reprodução quando menciona que existem espaços em nosso psiquismo que permitem a transformação dos conteúdos transmitidos. Assim, não mais olhando para os avós paternos de Fernanda, filha de Maria, mas para a própria cadeia familiar de Maria e seus pais (avós maternos de Fernanda), notamos que Fernanda assume uma postura de submissão dentro da violência conjugal, fazendo um movimento diferente de sua mãe, que se coloca como autoritária perante o marido. Aqui entram as possibilidades do sujeito se posicionar diante de seu legado psíquico, utilizando-se das brechas em seu psiquismo que lhe permitem fazer escolhas diferentes de seus pais. Evidentemente, Fernanda é atravessada pela crença que vem da avó materna e passa para sua mãe de que *“homem não prestava”*, pois se liga a um parceiro agressivo e vive a dinâmica da violência conjugal, no entanto, assumindo um comportamento novo comparado ao da mãe.

Percebemos, ao longo de nossas análises, a tendência dos sujeitos não somente de reproduzir os comportamentos dos pais de maneira direta, mas também de recriar uma dinâmica conjugal atravessada pelo mesmo contexto de seus antepassados. Como já diziam Penso e Costa (2008), a transmissão da violência também aparece como um padrão de relacionamento entre cônjuges e não somente do comportamento de um dos cônjuges a ser reproduzido. Olhando para a geração das mulheres não entrevistada, mas mencionada (os pais de Maria e Júlia), podemos rastrear a repetição de padrões de relacionamento entre parceiros íntimos. Já percebemos que Maria faz um movimento diferente das demais mulheres, no entanto, resta-nos a dúvida se ela o realiza baseada na vivência entre seus pais ou se apresenta um comportamento criativo de sua subjetividade. A entrevistada não sabe nos dizer muito sobre seus pais, já que seu pai faleceu quando era ainda muito nova. Maria relata que *“Eles se davam bem”* e sua fala instaura uma brecha para refletirmos não sobre a dinâmica de seus pais, mas sobre os efeitos da curiosa fala de sua mãe, que parece ter se instalado em seu psiquismo: *“homem não prestava”*. Não sabemos dizer se este pensamento que a mãe de Maria perpetua vem da dinâmica com seu marido ou de vivências com seus antepassados, já que ela não soube nos explicitar isso e, portanto, não nos cabe analisar tão profundamente este ponto em particular. Porém, sabemos que essa crença que vem de sua mãe se instala em Maria e atravessa seu relacionamento conjugal fazendo-a assumir

uma postura de defesa, cobranças e autoritarismo. Assim, observamos não a reprodução de um comportamento vivenciado anteriormente, mas a tentativa de elaboração de um comportamento frente a uma fala que o alimenta como uma crença geracional, um valor familiar. De uma forma ou de outra, estamos frente à transmissão psíquica entre gerações.

Por outro lado, notamos em nossa entrevistada Júlia um movimento que exemplifica a transmissão direta de comportamentos e de padrões de relacionamentos, como colocados por Penso e Costa (2008), Magalhães e Féres-Carneiro (2004, 2007). Diferentemente de Maria, Júlia parece se espelhar nas dinâmicas vividas entre seus pais e não em uma crença perpetuada por sua mãe. No caso de Júlia, fica bem claro como podemos reproduzir a forma de se relacionar entre homens e mulheres que tomamos como referência em nossos pais. Vejamos: *“Meus pais viviam na pancada. Ele e a mãe tinham ciúmes um do outro, viviam brigando... Ele quebrava as coisas em casa, batia na mãe. A mãe reagia e batia nele também. Desde que me lembro, sempre brigaram.”* Júlia se ligou a um cônjuge que a faz vivenciar a mesma dinâmica parental na qual seu cônjuge a agride fisicamente e repetidamente. Seixas e Dias (2013) dizem que é comum ver a repetição de modelos vivenciados na família de origem, mesmo que estes causem descontentamento e, desse modo, a dinâmica do relacionamento do casal tem a propensão de tornar-se a dinâmica familiar que se estende às próximas gerações. A dinâmica conjugal violenta expressada pelos pais de Júlia atravessa mais duas gerações, pois também se estende à sua filha Emília. Todas as mulheres dessa família que conseguimos investigar vivenciam a violência conjugal e a perpetuam como a reedição de uma história em que as mulheres se ligam a homens violentos e se colocam em posição de vítima por um tempo até começarem a agir também com violência contra seus parceiros. Os autores, em suas observações, defendem que:

Devemos considerar, então, que transferimos um relacionamento do passado para o presente; que os indivíduos são propensos a reproduzir no presente as atitudes adotadas no início de sua vida em família; que o próprio indivíduo ignora a natureza repetitiva de seu ato; que se trata da reedição de uma antiga relação vivenciada (SEIXAS & DIAS, 2013, p. 66).

A ideia da reedição de uma relação vivenciada anteriormente, trazida por nossos autores, também pode ser refletida na história de nossa pesquisada Júlia por outro viés deste mesmo problema conjugal, pois, além do modo de se relacionar entre seus pais, Júlia também parece ter se espelhado em um perfil de homem com quem deveria se relacionar, já que curiosamente tanto

seu pai quanto seu marido faziam uso de bebida alcoólica: *“Meu pai era dono de alambique. Bebia desde os 10 anos de idade.”* Parece-nos que esta mulher busca reviver não somente a dinâmica conjugal de seus pais, mas todos os atravessamentos dela, inclusive a bebida presente nos episódios de violência por parte do homem agressor. Dessa forma, entendemos que traz para seu presente relacionamento as vivências de seu passado por completo e vai repetindo a mesma história de seus pais como uma reprodução bruta, não elaborada.

Além da história de vida conjugal pessoal de cada mulher e das dinâmicas vividas por seus pais, em nosso trabalho também foi possível alcançar a família dos cônjuges destas mulheres, ou seja, um pouco do histórico dos antepassados destes maridos. Entretanto, esse acesso se deu somente pelo discurso das mulheres. Fernanda, por exemplo, quando expõe a história de vida do marido: *“ele foi traído pela ex-mulher, aí ele desconfia de mim e me persegue; é um trauma dele. O pai dele traía a mãe, ele via e sabia de tudo, pois o pai levava ele para as traições”*, também deixa nítido como as vivências na história familiar anterior deixam suas marcas e estas são levadas de maneira destrutiva para as relações futuras. No entanto, o cônjuge de Fernanda possui dois atravessamentos que alimentam a violência que pratica contra sua parceira. Primeiramente, este homem possui um histórico de traição em sua família de origem por parte de seu pai, modelo de homem com o qual se identifica e ativador de uma dinâmica conjugal que pode reproduzir. As identificações colocadas por Correa (2003), Trachtenberg (2005), Hartmann e Schestatsky (2011), Magalhães e Féres-Carneiro (2004) são o alicerce das transmissões psíquicas que permitem tal processo, pois o sujeito necessita se identificar e ser reconhecido através disso como pertencente ao grupo familiar. Dessa forma, a maneira que encontra para pertencer ao grupo no que tange às transmissões psíquicas entre as gerações é a preservação dos valores familiares através da perpetuação dos mesmos. Segundo Hartmann e Schestatsky (2011), transmitimos ideais, valores, pensamentos, mecanismos de defesa, certezas e identificações. No caso do marido de Fernanda, parece-nos que ele permitiu atravessar seu psiquismo pela ideia de que a dinâmica conjugal é cercada por infidelidades. Com isso, ele se identifica ao pai de maneira não idêntica, de modo que não reproduz o mesmo comportamento, mas traz para a sua conjugalidade uma certeza de que os relacionamentos entre homens e mulheres são contornados pela infidelidade. Além disso, ainda possui um histórico na vida adulta de sofrimento em uma conjugalidade anterior a Fernanda, em que realmente foi traído por sua esposa. Esta vivência pode funcionar tanto como uma primeira inscrição em seu psiquismo da

possibilidade ou realidade de ser traído, como também pode vir para confirmar e perpetuar o que já estava enraizado pelas vivências com seus pais. As diversas experiências de vida deste homem abrem espaço em seu psiquismo para desencadear comportamentos como: desconfiar, perseguir e acreditar que sua esposa o trai com o ex-marido dela. Desse modo, ele fica aprisionado a esta ideia e, por fim, violenta sua atual esposa, Fernanda. Trachtenberg (2005) já dizia que a identificação faz com que o sujeito perca sua individualidade e “[...] fica investido pelo que, em propriedade, não lhe pertence” (TRACHTENBERG, 2005, p. 47). Assim, o cônjuge de Fernanda se mantém em uma posição agressiva, em uma relação violenta e parece não enxergar outra possibilidade para a relação íntima entre os casais. Com isso, ele contribui para propagar a violência nas gerações futuras.

O mesmo faz o cônjuge de Emília, no entanto, com suas particularidades. Emília nos conta sobre seu marido: *“O pai é controlador igual ele...(sic) a mãe dele tem hora de chegar em casa.”* Emília é capaz de notar como seu cônjuge se comporta de modo similar ao pai, ao tomar como referência para expressar sua conjugalidade a relação que os pais dele estabeleciam de controle da mulher, pois, segundo ela: *“Ele sempre me controlou, mesmo quando rompíamos a relação.”* De acordo com Seixas e Dias (2013), a dinâmica do relacionamento do casal tem a propensão de tornar-se a dinâmica familiar, e esse aspecto reprodutivo fica evidente na fala de Emília sobre o histórico familiar de seu marido e sua relação atual com ela. Isso quer dizer que o casal recém-formado, Emília e seu cônjuge, funciona como uma via de transporte das expectativas e necessidades que foram cunhadas numa situação ancestral. Como dizem os autores mencionados, a família nuclear começa já “hipotecada” à família de origem.

Olhando um pouco mais profundamente para esses discursos que nos trazem os modos de se comportar dos homens, referenciados nas vivências de seus pais, podemos refletir se isso não poderia também ser utilizado como uma desculpa para não se esforçar a desenvolver outras formas de se relacionar. Nesse contexto, torna-se mais dominante agir conforme os padrões que já contaminaram seu psiquismo que fazer um movimento de abertura a novas maneiras de ser e agir. Romagnoli (2012) discute sobre a dificuldade que tanto os homens quanto as próprias mulheres possuem em fazer um movimento diferente daquele de seus antepassados e abrir espaços e possibilidades para expressar outros modos de relação que não sejam a violência conjugal. A autora defende que

[...] Insistir nas agressões, seja como agressor seja como vítima, expressa a incapacidade de entrar em devir, de criar novos territórios em que o casal possa transitar... Com o intuito de evitar a processualidade, de anestesiar as forças da vida, homens e mulheres ligados pela violência sustentam interações repetitivas e estereotipadas, comprometendo a relação entre eles e geralmente com seus filhos e familiares (ROMAGNOLI, 2012, p. 57).

Os apontamentos da autora nos remetem às relações de poder que já discutimos no capítulo dois, através das quais percebemos como os comportamentos de homens e mulheres estavam justificados em uma lógica patriarcal de poder. Tal perspectiva naturaliza a violência contra a mulher e define os papéis que cada um deveria desempenhar na sociedade, segundo uma crença patriarcal disseminada pelas gerações, o que faz com que as desigualdades que culminavam em discriminação e violência contra a mulher não sejam vistas como violência. Como pontuamos, as crenças são perpetuadas pelas gerações, a lógica patriarcal é levada adiante através da família. Da mesma forma, comportamentos e modos de relacionamentos também são passados adiante pela família através das transmissões psíquicas. Por isso, nos colocamos a pensar que, se a violência se justifica em uma lógica disseminada social e geracionalmente, possibilitando a não responsabilização do agressor, a mesma violência também poderia se justificar em outros conteúdos transmitidos pela família, como comportamentos e modelos de relacionamentos violentos. Assim, temos as transmissões de ideias, crenças, valores que são passados adiante. Estes valores justificam a violência conjugal na lógica patriarcal e, ao mesmo tempo, a transmissão de comportamentos e modelos conjugais violentos. O sujeito, então, não poderia se apoiar na transmissão de comportamentos e modos de relacionamentos para se desculpar por agir com violência? Neste ponto de nossa pesquisa, queremos refletir sobre como as transmissões de comportamentos e modos de relação de uma geração à outra também poderiam funcionar como uma justificativa, que remete aos pais do agressor. Se assim pensarmos, esses homens não teriam outra escolha a não ser agir com violência, já que podem justificar que este é o único modo de vida a dois que conhecem e, por isso, sabem expressar apenas este.

Acreditamos que tanto os homens quanto as próprias mulheres podem se prender à justificativa das vivências de seus antepassados e, assim, não produzir deslocamentos subjetivos desse padrão de relação. Isso pode atuar como uma válvula de escape para que se mantenham em comportamentos nos quais não precisam se esforçar para modificar ou se responsabilizar pelas consequências dos mesmos. É verdade, como vimos em diversos autores citados anteriormente,

que as vivências dos pais podem ser depositadas no psiquismo dos filhos por meio da transmissão psíquica e, até mesmo, como uma profecia geracional. Seixas e Dias (2013) ainda expõem isso de modo mais completo e complexo quando dizem que:

Tais padrões de conduta e as modalidades operatórias observadas diante das demandas da realidade marcam a nossa experiência na vida adulta, podem até ser neutralizados, transformados, substituídos por novos aprendizados, mas estão lá em nossa memória como uma referência (SEIXAS & DIAS, 2013, p. 62).

Como deixam claro os autores estudados, o sujeito sempre pode fazer um movimento diferente, de modo que filtre o que percebe e vive, elabore suas vivências, só que isso implica em assumir esses deslocamentos subjetivos e ser porta-voz das consequências que deles surgirem. Temos, portanto, um duelo travado no psiquismo de cada sujeito: de um lado, as referências parentais que podem nos aprisionar e, ao mesmo tempo, do outro temos a possibilidade de expressar nossa individualidade e não nos acorrentar aos legados transgeracionais. Infelizmente, em nosso estudo não foi possível alcançar a visão dos homens e poucos foram os movimentos de abertura para o novo e para a responsabilização por parte tanto dos homens quanto das mulheres. Encontramos, com frequência, os atravessamentos transgeracionais nas dinâmicas conjugais em análise.

Gomes *et al.* (2007) nos apresentam a visão da transgeracionalidade e atentam exatamente para o *homem agressor*, como exposto por Fernanda quando discorre sobre a história anterior do marido. Os autores apontam que muitos destes homens violentos também presenciaram violência em sua família de origem, entre seus pais. Isso nos remete ao fato de que tanto os homens, quanto as mulheres tendem a reproduzir a história de violência vivenciada em sua infância como um modelo comportamental aprendido. Penso e Costa (2008) também observaram que a violência se perpetua sobre as gerações seguintes como um padrão de comportamento naturalizado, em que as vivências aprendidas com a geração anterior servem para explicar comportamentos violentos na família atual, o que retira toda ou parte da responsabilidade daqueles que cultivam a violência conjugal. Isso se exemplifica na fala das duas filhas entrevistadas, ao revelarem que seus cônjuges viviam em suas famílias anteriores a dinâmica da violência entre seus pais e levaram para a relação conjugal um padrão de comportamento violento, mesmo que expresso de maneira não idêntica. Desse modo, as próprias mulheres desculpam seus cônjuges e arrastam a violência por muitos anos, até não mais suportarem tal arranjo conjugal ou perceberem outra possibilidade

de se vincular intimamente.

Evidentemente, existem outros sintomas que podem ser produtos da violência. Não é uma regra que a violência gere violência, como um padrão de comportamento reproduzido automaticamente. A criança ou adulto que vivencia a violência conjugal de seus pais pode apresentar seu sofrimento em diversos sintomas, como já discutimos anteriormente. Entretanto, não tivemos acesso ao histórico completo das vivências e comportamentos dos cônjuges de nossas entrevistadas, por isso nos cabe apenas analisar o que foi exposto e, neste caso, não nos relataram outra forma comportamental se não a vivenciada com seus pais em um histórico de violência entre parceiros íntimos. Não temos a intenção, no presente exposto, de trazer somente os movimentos de reprodução da violência como um padrão repetitivo. Pelo contrário, também procuramos rastrear outros modos de ser e existir que surgem desta vivência agressiva. Estamos apresentando o que percebemos em nossa pesquisa, tanto os movimentos de repetição, quanto a abertura que o sujeito possui para o novo, como articulam Magalhães e Féres-Carneiro (2004) e Trachtenberg (2005) quando falam sobre a instância do eu que permite filtrar os conteúdos transmitidos e expressá-los de modo diferenciado. Isso não quer dizer que os filhos que assistem à violência entre seus pais poderiam deixar de sinalizar algum sofrimento, apenas pontuamos que a percepção deste pode se transformar em um comportamento diferente daqueles que seus pais apresentaram.

Ao escutar as falas das entrevistadas, chamou-me a atenção este ponto da transmissão geracional, no qual a expressão da violência nem sempre vem como uma reprodução passiva, uma cópia. Há um movimento de criação que, em alguns casos, mesmo que perpetue de algum modo a violência, não a reproduz identicamente à vivida anteriormente junto de seus pais, carregando algo de particular daquele sujeito. Nas discussões ao longo do trabalho de Trachtenberg (2005), percebemos exatamente a possibilidade de abertura ao novo que nossa interioridade possui, capaz de provocar mudanças, mesmo que não de todo o conteúdo, ou seja, daquilo que já estava inscrito naquela subjetividade. Nosso autor e os outros que articulam com ele, como Magalhães e Féres-Carneiro (2004), Hartmann e Schestatsky (2011), falam de como nossa subjetividade se constitui e também se transforma nas relações com o outro, ou seja, somos afetados e afetamos a subjetividade uns dos outros e, dessa maneira, somos um herdeiro forçado e ao mesmo tempo criador do que nos foi transmitido. Neste caso, a conjugalidade ali estabelecida por Fernanda, Emília e seus respectivos maridos poderia desenvolver nestes sujeitos novas

formas de ser, diferente de seus antepassados, mesmo que ainda os tenham como referência. Seixas e Dias (2013) supõem que os comportamentos aprendidos podem ser ressignificados quando desejamos modificá-los e, assim, não estamos aprisionados à repetição, somos capazes de atuar sobre nossa realidade psíquica. Percebemos na fala das entrevistadas que seus cônjuges presenciaram a violência entre seus pais, no entanto, alguns presenciaram a violência psicológica e desencadearam em sua própria conjugalidade a violência física ou vice-versa. Emília, por exemplo, relata sobre o marido: *“Desde o namoro que ele era brigão... Me dava tapa na mão...Um dia ele jogou a moto comigo em cima de um caminhão, eu grávida. Ele foi embora e me deixou lá com a moto jogada no chão e eu com quatro meses de gravidez. Fui parar no hospital.”* O marido de Emília age com violência física e também psicológica, vejamos: *“Ele dizia que eu ia pra motel com outros homens. Ele sempre me controlou, mesmo quando rompíamos a relação... Ele joga na minha cara dos dois rapazes (sic) que eu fiquei... Ele denigre minha imagem na frente da filha.”* Ao olhar para o histórico dos antepassados do marido de Emília, segundo os relatos da mesma, temos pontos de repetição e movimentos de criação: *“O pai dele fica no pé da mãe dele, desconfiado. O pai é controlador igual ele. O pai não agride a mãe dele, mas a mãe dele tem hora de chegar em casa. Ele é o único filho que é assim. Tem dois irmãos que são tranquilos.”* Neste caso, notamos que o cônjuge de Emília faz dois movimentos: o de repetir as violências psicológicas que aprisionam a mulher nesta relação e o de apresentar a violência física como movimento individual.

As vivências anteriores do marido de Emília com seus pais atravessam seu psiquismo de modo a inscrever neste uma forma de relação conjugal na qual o homem usa de chantagens e ameaças para com sua mulher, mantendo-a cativa desta relação violenta. Este comportamento é reproduzido pelo cônjuge de Emília em sua relação conjugal, segundo a fala da entrevistada citada anteriormente. O movimento novo que este homem faz – diferente do deixado como modelo por seus pais – é o da violência física, das agressões que Emília sofre com ele. Aqui procuramos refletir sobre dois pontos do comportamento desencadeado por este homem, pois, ao mesmo tempo em que ele expressa uma maneira particular de agir diferente de seus pais, este comportamento também pode ser um desdobramento da própria violência psicológica. Dizemos isso, pois, segundo Silva *et al.* (2007), a violência psicológica pode se transformar em violência física. Nossos autores apontam que a violência psicológica se desenvolve como um processo silencioso que vai progredindo, muitas das vezes, sem ser identificado, no entanto, ela vai

deixando suas marcas em todos os envolvidos, tanto nos que sofrem quanto nos que praticam e, assim, a violência psicológica, geralmente, evolui e eclode na forma da violência física. Ela se inicia como violências sutis, diluídas em atitudes aparentemente não relacionadas ao conceito de violência, até atingir estágios mais avançados. Justamente por não serem reconhecidas como violência em sua sutileza é que vão mantendo e arrastando este vínculo. Mas como nossos autores bem disseram, este tipo de violência pode ir se transformando em agressões físicas ao longo da relação, como é o caso do cônjuge de Emília. Este movimento que ele faz agindo com violência física é diferente do modelo deixado por seu pai, como Emília deixa bem claro ao relatar que o pai de seu marido não agredia a esposa e, no entanto, seu marido o faz. O fato de agredir fisicamente a esposa é uma particularidade deste homem, logicamente atravessada pelas violências psicológicas vividas entre seus pais, mas que ainda assim poderiam ser evitadas, pois seus irmãos, como Emília também esclarece, fazem um movimento totalmente diferente, não utilizam de violência alguma. Dito isso, pode-se pensar que, mesmo que haja a transmissão de comportamentos (a reprodução da violência), há abertura para inscrição das particularidades de cada sujeito, ou seja, não estamos amarrados à geração anterior de tal forma que não possamos realizar mudanças em nossas relações atuais. Há possibilidade deste novo vínculo conjugal gerar transformações no psiquismo do indivíduo, já que não somos produto automatizado de nossos antepassados (SEIXAS & DIAS, 2013).

As mudanças que somos capazes de realizar em relação ao legado psíquico deixado por nossos pais também se exemplificam no caso do cônjuge de Júlia. Nossa entrevistada explica:

Quando conheci o marido, ele não bebia. Começou a beber com meu pai. O marido sempre me bateu. Ele sentava minha cabeça nos postes. Ele sempre alcoolizado... Os pais dele viviam bem, mas o pai teve uma relação extraconjugal. Quando ela descobriu, ele largou a outra e ficou com a esposa. Eles discutiram por isso, mas ele se aquietou. O pai dele bebia pouco, mas fumava muito.

O relato de Júlia nos desperta para a não reprodução direta e para como o contato com novos vínculos também pode trazer novos movimentos ao sujeito. Os pais de seu marido não viviam uma dinâmica de violência física em sua conjugalidade, no entanto, seu cônjuge sempre a agrediu fisicamente e sem dizer uma única palavra, como sua filha esboçou anteriormente. A bebida também surge como um comportamento novo, que parece ter uma base em sua história anterior, mas que foi cultivado na vida adulta no contato com o sogro, fato que demonstra como

os encontros são capazes de afetar as subjetividades e inscrever algo novo ali. Com isso, notamos que o cônjuge de Júlia abriu espaços em seu psiquismo para conteúdos diferentes daqueles apresentados nos comportamentos de seu pai, perpetuando a violência e parecendo se apoiar na bebida para isso. Discutiremos mais profundamente a associação entre álcool e violência em nossa próxima categoria.

A expressão da violência sobre os filhos, tanto na infância quanto na vida adulta, pode ser um ponto para se pensar as duas questões, a reprodução da própria violência e a manifestação particular de um comportamento desencadeado pela violência. Tal atitude demonstra o sofrimento psíquico deste sujeito, que não é manifestado necessariamente como um ato violento puramente reproduzido que atravessa a conjugalidade. Os efeitos da violência sobre o filho de Fernanda, segundo sua percepção, nos mostram como a violência se perpetua e se reproduz em outros encontros diferentes das expressões que vimos entre cônjuges, reproduzindo total ou parcialmente o histórico conjugal dos pais. Vejamos: “[...] *o meu menino de dois anos agora dá socos nas pessoas... morde o irmão*”. Esta fala de nossa entrevistada vem exemplificar como a transmissão da violência pode se dar de maneira reprodutiva e repetitiva sobre os filhos.

O filho de Fernanda expõe comportamentos agressivos de maneira similar à que presencia entre seus pais. Evidentemente, o comportamento não é repetido como uma cópia idêntica e automática, ele tem suas particularidades mesmo dentro do mesmo contexto de violência, pois, de acordo com Seixas e Dias (2013), a transmissão psíquica pode ser realizada de maneira a diferenciar o conteúdo que foi passado e como ele se expressa na vida do sujeito que o recebe. O filho de Fernanda presencia entre os pais empurrões e puxões de cabelo e expressa de maneira particular a violência através das mordidas que dá no irmão. A criança em questão não apresenta um comportamento de violência conjugal, ou seja, não agride uma parceira íntima. Ele expõe seu sofrimento agredindo outras pessoas, apesar de agir com violência com alguém que lhe é próximo, seu irmão. Podemos, portanto, – e como já dissemos – recriar nossa herança nem que seja parcialmente, para que nossos comportamentos sinalizem nossa particularidade de sujeito individual. O filho de Fernanda parece não conseguir elaborar totalmente aquilo que foi deixado pelos pais como material para transmissão. Os comportamentos que apresenta, mesmo que não idênticos, ainda estão dentro do contexto da violência. Fernanda não nos relata nenhum outro efeito desta dinâmica sobre seu filho que não seja violento.

Nossa outra entrevistada, Emília, ao relatar sobre sua filha, nos traz também um exemplo sobre outros tipos de comportamento, que não sejam a violência conjugal:

A gente briga na frente de qualquer pessoa... Ele denigre minha imagem na frente da filha. Eu procuro conversar com ela, só que agora ela não me respeita, mas para outras pessoas ela é um doce. Está mal criada, xingando, desobediente, teimosa. Ela responde a mim e a vó. O pai ela respeita mais, mas também responde.

As atitudes da filha de Emília são produtos da violência, entretanto, a criança não responde com o mesmo padrão de comportamento, como uma automatização, ela tem sua maneira própria de expressar seu sofrimento e de reproduzir a violência. A criança em questão presencia episódios de agressões físicas de ambos os pais. Entretanto, as atitudes do cônjuge de Emília se manifestam sobre a criança de maneira que ela não reconheça a autoridade da mãe e passe a desrespeitá-la, como diz Emília: *“Está mal criada, xingando, desobediente, teimosa... Ela responde a mim...”*.

Neste ponto, a filha de Emília parece ter como referência de relacionamento a maneira como o pai trata a mãe. Mas ainda podemos notar o movimento de diferenciação nesta criança, pois ela parece não reproduzir a violência física de seus pais, por enquanto, de forma engessada. Ela esboça seu sofrimento desencadeando comportamentos que são atravessados pelo contexto da violência, mas de maneira própria. Sendo assim, parece-nos que ela conseguiu deslocar pelo menos parte de sua herança psíquica geracional, de modo a deixar em evidência sua individualidade. Provavelmente, muitos dos comportamentos evidenciados na filha de Emília foram aprendidos observando a dinâmica conjugal de seus pais, entretanto, a criança consegue fazer um movimento que lhe é próprio, esboçando seu sofrimento.

Romagnoli (2012) nos apresenta a capacidade que o sujeito possui em permitir ou não que atravessem sua subjetividade conteúdos presentes nos encontros com o outro. Trachtenberg (2005), Magalhães e Féres-Carneiro (2004) dizem que esta capacidade nos é permitida pelos espaços que possuem, em nosso psiquismo, instâncias psíquicas que regulam e filtram as passagens de conteúdos e podem elaborar e reconstruir as vivências antepassadas. Assim, foi possível que estas crianças pesquisadas através do discurso de suas mães pudessem manifestar outras formas de ser e agir, pois os movimentos apresentados pelas duas crianças nos revelam que estes não são expressos dentro de uma conjugalidade. Obviamente, por se tratar de crianças, não atravessam uma relação íntima a dois, mas podemos nos perguntar se transformarão as

atitudes atuais da infância e as vivências experimentadas no contato com a conjugalidade violenta de seus pais em reproduções passivas. Dito de outro modo, questionamos se, ao se vincularem a relacionamentos nos quais são atravessadas pela violência entre parceiros íntimos, revelarão a perpetuação de seu legado geracional. No presente momento, o que nos foi exposto e que alcançamos são os movimentos discorridos acima. No entanto, uma de nossas entrevistadas nos expõe um sofrimento enquanto filha diferente dos demais filhos pesquisados. Fernanda explicita um sofrimento de sua infância não atravessando sua conjugalidade de modo repetitivo, vejamos: *“Eu me culpava pelo pai não ir embora e largar a mãe, pensava que se eu não estivesse ali eles poderiam resolver isso logo.”*

Os desdobramentos que a violência conjugal tem sobre o psiquismo dos filhos são diversos. Dentre eles, podemos destacar o desencadear de doenças físicas e também psíquicas que aparecem como sinal de que a relação dos pais está adoecida (BRAZ & cols., 2005; BRANCALHONE & WILLIAMS, 2003; CORRÊA & WILLIAMS, 2000; SEI & GOMES, 2007; MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007). O relato de Fernanda nos chamou muito a atenção, pois ela consegue trazer à consciência e revelar um sofrimento profundo de sua interioridade, diante da violência entre seus pais. A culpa que ela relata pelas violências não cessarem, como se ela os amarrasse de tal maneira que seria responsável pela extensão do vínculo violento, poderia ser uma brecha também para comportamentos adoecidos e não somente um pensamento que lhe causa sofrimento. No entanto, não nos cabe aqui analisar de que forma isto se estendeu sobre sua vida, pois não aprofundamos esta questão na entrevista e, talvez, só seria possível esta ligação em contexto terapêutico. Buscamos frisar neste ponto de nossa análise que Fernanda nos apresenta um sofrimento fruto da violência conjugal, que não necessariamente possui atravessamentos de violência em sua expressão. Seu sentimento e pensamentos nos mostram como a violência conjugal adoce não somente o casal, mas também os filhos que a presenciam e, dessa forma, a vivenciam em sua subjetividade. Seja de maneira direta, como uma reprodução da violência em um mesmo padrão de comportamento, seja de maneira indireta, como um sintoma físico ou psíquico, percebemos como as famílias vão arrastando comportamentos e pensamentos e transmitindo-os à geração posterior, como uma corrente que é soldada pelos laços afetivos que envolvem os membros do núcleo familiar (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007, 2004; GOMES & DINIZ *et al.*, 2007).

4.3.3 Associação com álcool e outras drogas

Em nosso primeiro levantamento bibliográfico verificamos, em vários textos, a associação entre álcool e violência conjugal. Entretanto, durante a exposição das ideias ao longo dos capítulos anteriores, procuramos não chamar muito a atenção para este ponto, pois acreditávamos não ser tão relevante para nosso estudo. No entanto, para nossa surpresa, ao coletar os dados em campo, este fator se tornou pertinente, pois aparece ao longo do discurso das famílias entrevistadas. Assim, criamos uma categoria temática para discuti-lo.

Em nosso país, Zaleski *et al.* (2010) e Fonseca *et al.* (2009) levantaram em suas pesquisas que os homens estão sob efeito do álcool nos episódios de violência em porcentagem muito maior que as mulheres e que há uma relação muito evidente entre consumo de álcool e violência conjugal. Em nossa pesquisa, não há nenhum relato sobre as mulheres fazerem o uso de álcool ou outras drogas. Pelo contrário e indo ao encontro das pesquisas dos autores citados, a maior parte dos cônjuges masculinos explorados faz abuso de álcool e muitos usam de violência quando estão sob o efeito do mesmo. Os cônjuges de Júlia, Maria e Fernanda usam álcool. Apenas Emília não relata tal envolvimento.

Os cônjuges de Fernanda e Júlia associam o álcool com a violência física praticada contra suas parceiras, fato que torna evidente a associação feita na pesquisa de Zaleski *et al.* (2010) e Fonseca *et al.* (2009). Entretanto, surge um questionamento: se essa condição evoca a violência, porque estes homens alcoolizados não procuram agredir outros homens e sim suas mulheres? Não temos uma resposta pronta para esta pergunta, mas podemos refletir sobre a relação conjugal no sentido do jogo conjugal já tão discutido por Almeida e Stengel (2012) e Smigay (2001). O jogo conjugal citado pelas referidas autoras se dá em uma relação de poder complexa, atravessada por fatores sociais e subjetivos. A associação entre álcool e violência pode vir como justificativa para transformar as agressões em expressões que camuflam a violência e trazem uma ideia de descontrole deste parceiro baseado no uso do álcool, como se este fosse colocado como incapacitado e não responsável por seus atos.

Romagnoli (2012) expõe que a violência acontecida no interior das relações revela interações de poder nas quais se justificam o uso da agressão como forma de resolução de conflitos. Além disso, a autora coloca que estas interações envolvem questões afetivas e, portanto, as provocações, cobranças e diversas outras formas de agressividade que permeiam a

dinâmica conjugal violenta podem servir de alimento para diversos sentimentos e pensamentos que posteriormente também se tornam uma brecha para a violência física por parte destes homens. Acreditamos que o uso da química pode servir como escape para que se apresentem comportamentos já pensados, mas não expressados, pois foram barrados pela razão, por aquela instância psíquica que nos permite elaborar, filtrar e pensar, conforme abordado nos estudos de Trachtenberg (2005) e Magalhães e Féres-Carneiro (2004). De acordo com o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA, 2016), o abuso de bebidas alcoólicas diminui a capacidade de raciocínio lógico, desinibe, aumenta a irritabilidade, impulsividade, entre outros sintomas (dependendo da quantidade e da frequência do uso). Essas consequências favorecem o desencadear das violências conjugais, mas não as justificam, pois podem funcionar como uma abertura para este homem expressar sentimentos ou vivências anteriormente reprimidas tanto com sua parceira quanto com seus familiares em sua infância, por exemplo. Em um contexto de naturalização da violência, como examinamos no item 4.3.1, Ziberman e Blume (2005) também afirmam em sua pesquisa que o álcool atua como desinibidor, facilitando a violência por parte do cônjuge masculino. Os autores também discorrem sobre o abuso de outras substâncias psicoativas, como a cocaína, utilizada pelo cônjuge de Fernanda, sujeito de nossa pesquisa. Segundo nossos autores, tanto o álcool quanto outras drogas são facilitadores para o desencadear da violência conjugal e atuam como desinibidores, estimulantes e também como desculpas para perpetuar a violência.

A pesquisa desenvolvida por Rosa *et al.* (2008) amplia a nossa discussão ao trazer relatos dos homens agressores nos quais evidenciamos que o uso de álcool é atrelado à violência de modo a justificar a ação do agressor. Assim, o homem sob o efeito do álcool que agride sua parceira tende a ver apenas o que está disposto a ver e tomar consciência apenas daquilo que é seu interesse. A não responsabilização sobre seus atos pode, segundo os autores, demonstrar a incapacidade deste sujeito em experimentar culpa e aprender com a experiência, tornando-se suscetível à reincidência. Nesse contexto, as próprias mulheres muitas vezes tendem a desculpar a agressão quando esta se dá porque seu parceiro havia bebido. Esse movimento das mulheres estende o vínculo, camufla e naturaliza a violência. O estudo desenvolvido por Rosa *et al.* (2008) também traz à tona as relações de poder que atravessam a dinâmica conjugal violenta, pois, como já discorrido anteriormente e tão enfatizado por Saffioti (2004), o uso da força e violência dos

homens contra as mulheres possui um atravessamento patriarcal para expressar o lugar que este homem e esta mulher ocupam na relação, ou seja, ele de domínio e ela de submissão.

Em nossa pesquisa, há relatos que se somam aos estudos citados anteriormente. O cônjuge de Fernanda faz uso abusivo de álcool, associado à cocaína, e é sob o efeito dos mesmos que ele a agride. A fala de Fernanda exemplifica: “[...] *sem a droga ele é maravilhoso, ele faz tudo que eu peço*”. O relato de nossa entrevistada abre caminhos para pensarmos não somente na associação entre álcool e violência, mas também em como esse fator pode ser utilizado como desculpa para não findar com os episódios de violência. O cônjuge de Fernanda procura agradá-la nos momentos seguintes após as agressões e, dessa maneira, vai amarrando-a neste jogo de “bandido-mocinho” e se justificando a cada episódio violento em seu vício pelas substâncias psicoativas. Fernanda parece se prender não somente aos agrados posteriores à violência como também ao fato de o parceiro estar sob efeito do álcool ou cocaína, pois não reage diante das agressões. Ao contrário, ela espera que o efeito do psicoativo passe. Conforme entrevista, sua reação diante da violência era “*deixar pra lá, ficava quieta, trancava a porta do quarto para ele não continuar*”. A atitude de esperar que o efeito da substância cesse revela que Fernanda deposita a responsabilidade pela violência na bebida e na cocaína e não em seu cônjuge. É de se pensar que esse tipo de substância realmente diminui algumas capacidades do sujeito, no entanto, o movimento de procura e uso da mesma parte deste agressor e, a partir daí, ele deve se responsabilizar também pelos efeitos deste uso.

No caso da mãe de Fernanda, dona Maria, quando relata sobre o histórico do marido, notamos um movimento diferente por parte deste homem e um comportamento curioso por parte desta mulher. Vejamos a fala de Maria: “*quando ele bebia, eu não falava nada. Depois que ele acordava da bebedeira, eu era brava com ele, brigava, cobrava e a gente discutia...*”. Percebemos, primeiramente, que o cônjuge de Maria não associa o uso de álcool com violência física, pois em momento algum nossa entrevistada relata este tipo de violência por parte do marido. O comportamento deste homem nos faz levantar duas possibilidades de análise. Podemos pensar que a violência não se expressa nele por esta não ser uma inscrição em seu psiquismo ou pelo fato de que a forma como Maria lida com seu comportamento com a bebida agir como barreira para que ele não faça uso da violência. Dizemos isso, pois Maria revela um comportamento no qual procura discutir e cobrar seu cônjuge pelo uso do álcool depois que este já não se encontra sob o efeito do mesmo. Podemos pensar que a atitude de Maria em esperar que

o efeito do álcool passe, possa ser pelo fato de que o álcool diminui algumas percepções e desinibe outras e, dessa maneira, Maria poderia estar agindo na tentativa de não despertar uma discussão conjugal que poderia culminar em violência física. Talvez na tentativa de evitar a violência e não se submeter à posição de vítima, Maria inverta os papéis e assuma uma postura de cobranças – depois de passado o efeito do álcool de seu marido –, é ela quem usa de violência contra ele em sua fala, brigando e discutindo.

Ao retomarmos um ponto já discutido na categoria anterior, sobre o histórico dos pais de Maria, ocorreu-nos que a atitude de Maria ao inverter os papéis de submissão para uma postura de agressão pode estar ligada à fala de sua mãe *“homem não prestava”*. Assim, ela não espera para constatar tal crença geracional, já se antecipa e assume uma postura autoritária que não permite ocupar o lugar de vítima de violência por parte de seu marido.

Para completar o histórico desta família sobre associação entre álcool e violência, Maria ainda acrescenta algo sobre o pai de seu marido, seu sogro: *“Meu sogro bebia muito... A relação entre ele e a sogra era terrível. Eles brigavam...”*. Vejamos que o uso de bebida alcoólica entra na família do cônjuge de Maria como um padrão de comportamento que atravessa gerações. Os dois homens, tanto o marido de Maria quanto o pai dele, seu sogro, fazem o uso do álcool. Portanto, além dos atravessamentos de gênero que enlaçam essas conjugalidades e externalizam as relações de poder entre homens e mulheres discutidas por Romagnoli (2012) e Moreira (2012), também colocadas por Saffioti (2004), temos aqui a presença das transmissões transgeracionais de comportamentos. Notamos que o cônjuge de Maria reproduz apenas o comportamento de ingestão alcoólica e não busca agredir sua esposa quando sob o efeito desta, como o faz seu pai. Portanto, ele realiza a edição de parte deste conteúdo e abre espaço em seu psiquismo somente para o comportamento do consumo do álcool.

A família Silva também possui histórico de alcoolismo nos cônjuges masculinos. Emília introduz o assunto falando de seu pai: *“Meu pai era alcóolatra e batia na minha mãe.”* A mãe de Emília, dona Júlia, confirma a história e comenta sobre o seu cônjuge: *“Quando conheci o marido, ele não bebia. Começou a beber com meu pai. Uma vez no namoro ele me deu um tapa no rosto. O marido sempre me bateu... Ele sentava minha cabeça nos postes. Ele sempre alcoolizado. Ele batia porque bebia, não se lembrava de nada. O pai dele bebia pouco, mas fumava muito.”*

A associação com álcool também está presente na família de Júlia: *“Meus pais viviam na pancada. Meu pai era dono de alambique. Bebia desde os 10 anos de idade. Ele quebrava as coisas em casa, batia na mãe. Desde que me lembro, sempre brigaram.”* As mulheres da família Silva, assim como Fernanda, parecem se sustentar no fato de que estes homens estão alcoolizados para justificar a violência. Emília não nos relata o consumo do álcool por parte de seu marido, portanto nos atentaremos somente para seu pai, cônjuge de Júlia. Nossa entrevistada Júlia relata um traço repetitivo em sua fala, pois os dois homens em sua história, tanto seu pai quanto seu marido, faziam associação entre álcool e violência conjugal. Júlia suporta a relação com seu marido durante muitos anos e deixa claro em seu relato que acreditava no fato de que seu marido poderia justificar sua violência na bebida (*“ele batia porque bebia”*). Talvez seja este o ponto que aprisionou Júlia nesta relação, pois poderia ficar na expectativa de que, nos momentos de sobriedade de seu cônjuge, a violência não estaria presente. Além disso, o fato de que o pai de Júlia demonstrava o mesmo comportamento nos faz refletir sobre as formas como estas vivências tenham ficado estampadas em seu psiquismo, naturalizando tanto a violência conjugal quanto sua associação com ingestão alcoólica.

Em sua pesquisa, Zaleski *et al.* (2010) observa que o uso de álcool durante o episódio de violência do casal foi quatro vezes mais frequente entre os homens do que entre as mulheres. O autor levanta um fator pertinente para este resultado, ao apresentar que a diferença de gênero no consumo de álcool associado à violência reflete as próprias taxas de ingestão de bebidas alcoólicas que, geralmente, são mais altas entre os homens do que entre as mulheres. O estudo desenvolvido por Zaleski *et al.* (2010) conclui que a violência entre parceiros íntimos está relacionada ao consumo do álcool.

É notável que exista uma relação, no entanto Fonseca (2009) nos atenta para o fato de que o uso abusivo do álcool seja uma entre as múltiplas vertentes para se explicar este tipo de violência. Existem outros fatores que permeiam esta relação violenta e não podemos cair na relação causal direta entre álcool e violência, pois desse modo o uso abusivo do álcool se torna uma desculpa para o comportamento violento do agressor. O discurso de que a ingestão de bebida alcoólica é responsável pelos episódios agressivos diminui a culpa do agressor e aumenta a tolerância da vítima e, assim, corremos o risco de favorecer outros episódios de agressão. Isso é exatamente o que ocorre com nossas entrevistadas. A fala de Fernanda deixa isso claro: *“[...] sem a droga ele é maravilhoso, ele faz tudo o que eu peço”*. A entrevistada se mantém nesta relação

na expectativa de que, cessando o uso do álcool e outras drogas, seu cônjuge estaria livre dos comportamentos agressivos. Dessa forma, Fernanda tolera esta dinâmica que vai apenas se agravando com o tempo.

Além dos atravessamentos de gênero que explicitam as relações de poder, o uso de álcool associado à violência também nos permite analisar as transmissões psíquicas geracionais. No caso dos sujeitos pesquisados, percebemos uma reprodução do movimento de uso de álcool nos cônjuges de nossas entrevistadas, pois uma delas relata que seu marido possui histórico de alcoolismo nos pais e outra cita o uso do álcool pelo pai de seu cônjuge, mas sem abuso. Além da reprodução da violência, temos aqui também a reprodução de outro comportamento, o alcoolismo. Como nosso foco era a violência e sua expressão sobre os filhos, não esperávamos encontrar nos discursos de nossas entrevistadas a perpetuação de outros comportamentos.

Bem sabíamos que a transmissão psíquica geracional não se restringe à violência, ela pode semear qualquer comportamento que se inscreva no psiquismo dos filhos, pois ela depende apenas do contato com o familiar e das ligações psíquicas atravessadas pela afetividade, como a identificação (MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004). No entanto, não poderíamos deixar de pontuar, já que se fez aparente a reprodução do uso abusivo de álcool na família do cônjuge de nossa entrevistada Maria, por exemplo. Ela relata que seu marido bebe e, quando este acorda da “*bebedeira*”, briga com ele. O pai de seu cônjuge também tem problemas com álcool, diz Maria: “*Meu sogro bebia muito.*” Como podemos notar, a transgeracionalidade também atravessa o comportamento do uso abusivo de álcool. O companheiro de Maria parece repetir o comportamento do pai como uma reprodução sem elaboração psíquica, pois apresenta o mesmo abuso de álcool e não evidencia um movimento diferente, singular. Nossa intenção inicial era rastrear os movimentos de violência conjugal e a transmissão dos mesmos para as gerações seguintes, no entanto, e como já vimos em Zaleski *et al.* (2010) e Fonseca *et al.* (2009), o álcool está intimamente ligado à violência entre parceiros íntimos e não podemos deixar de observar este outro comportamento também expressado como reprodução das vivências parentais.

Em contraponto ao que transparece o relato de Maria sobre seu cônjuge, o discurso de Júlia sobre seu marido parece nos exemplificar uma brecha na subjetividade deste homem, pois ela diz que o pai do marido “...*bebia pouco, mas fumava muito*”. O modelo de comportamento parental disponível para o cônjuge de Júlia não é necessariamente de abuso do álcool, no entanto, o pai de seu marido fazia abuso de outra substância, o tabaco. O movimento que este fez não foi

engessadamente reprodutivo, pois foi capaz de filtrar a herança do abuso de tabaco do pai e não se ligou aprisionadamente a ela, mas, ao mesmo tempo, parece ter selecionado como referência o uso de álcool e o desenvolveu de maneira abusiva. Pontuamos a influência de outras vivências na vida adulta, talvez o contato com o pai de Júlia, como já observamos anteriormente: *“Meu pai era dono de alambique. Bebia desde os 10 anos de idade... Quando conheci o marido, ele não bebia. Começou a beber com meu pai”*.

Há casos também em que os parceiros íntimos não presenciaram este padrão de comportamento do uso de álcool em seus pais, porém o fazem. O cônjuge de Fernanda faz o uso do álcool e o associa à violência conjugal, no entanto, seus pais não deixaram este padrão de comportamento como modelo a ser seguido. Fernanda conta apenas que o pai de seu cônjuge traía a mãe dele, mas não menciona o uso de bebidas alcoólicas por parte do sogro. Isso reflete o que já havíamos discorrido anteriormente sobre os movimentos diferenciados dos filhos que podem não reproduzir cegamente as experiências das gerações antecedentes. De acordo com Hartmann e Schestatsky (2011), uma transmissão psíquica nunca é passiva e por isso o que é transmitido por uma geração será recebido pela outra de maneira a modificar o que foi transmitido. O conteúdo das transmissões dificilmente chegará à próxima geração intacto, ele poderá ser parcialmente elaborado ou quase que totalmente absorvido em seu estado bruto, mas o sujeito sempre pode acrescentar algo de sua subjetividade individual. Correa (2003) pontua que a transmissibilidade implica em uma transformação dos conteúdos de uma geração a outra. No entanto, o mesmo autor também reconhece que o processo de transmissão geracional sustenta valores que asseguram a continuidade do grupo e, por isso, muitos conteúdos se mantêm em estado bruto garantindo que as crenças daquela família sejam mantidas, que seja resguardada a sua cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo, procuramos analisar os efeitos da violência conjugal dos pais na subjetividade dos filhos. Neste intuito, notamos a necessidade de verificar quais aspectos atravessam a dinâmica conjugal violenta e sua expressão sobre as gerações futuras. A partir dos estudos que fizemos e da pesquisa de campo e sua respectiva análise, fizeram-se presentes os atravessamentos dos aspectos transgeracionais que também incluem as questões de gênero. A violência conjugal entre casais heterossexuais – que é o caso de nossa pesquisa – encontra-se enlaçada pelas questões de gênero e pelas relações de poder existentes entre os pares. Além disso, como também buscamos rastrear como a conjugalidade que cultiva a violência se estende aos filhos, os estudos sobre gerações e a maneira como as vivências familiares se inscrevem na subjetividade da geração seguinte tornaram-se pontos cruciais para atingir nosso objetivo.

Pesquisas como as de Braz & cols. (2005), Brancalhone & Williams (2003), Corrêa & Williams (2000) apontam que as vivências dos filhos em relação aos conflitos da conjugalidade parental podem se expressar em sintomas físicos e emocionais, ou seja, geralmente os filhos não ficam indiferentes ao que acontece entre o casal. Partindo dessa problemática, procuramos rastrear como as várias formas de violência conjugal são vivenciadas pelos filhos e se expressam em suas subjetividades. Em nosso estudo, acreditamos que a subjetividade é atravessada pelo contexto social, cultural, político e econômico. Por isso, buscamos explorar estes aspectos, na medida em que aparecem na pesquisa de campo, cientes de que é impossível esgotá-los devido à complexidade do tema. Nesta direção, abordamos estes processos de subjetivação levando em consideração que as vivências sociais dentro e fora do ambiente familiar que também se fazem políticas vão produzindo subjetividades nestes sujeitos, definindo os papéis que cada um possui na relação conjugal, na família, enfim, na sociedade.

Como percebemos nesse estudo, os papéis desempenhados por cada indivíduo regulam os modos de ser e se relacionar com o outro, confirmando o que Saffioti (2004), Romagnoli (2012) e Scott (1990) afirmam em suas pesquisas. Em razão disso, e conforme os relatos apresentados pelos sujeitos de nossa pesquisa, discutimos tanto os papéis assumidos por homens e mulheres nas relações de poder, quanto outros aspectos que circulam nas relações familiares; tanto o que é contemporâneo, quanto o que se transmite de geração em geração.

Consideramos que os estudos realizados por Saffioti (2004), Scott (1990), Varikas (2014),

Sandy (1993) e Romagnoli (2012, 2013), ao abordar a questão da violência de gênero enquanto construção social e política, vêm trazendo grandes contribuições não só para clarear como os conflitos da relação conjugal parental são contornados pelo contexto sociocultural, mas também para mostrar que a subjetividade dos filhos é atrelada ao ambiente privado que, por sua vez, é inseparável do espaço público.

Além disso, esses mesmos autores permitem clarificar que a lógica patriarcal de fato atravessa a história das famílias destes sujeitos, ou seja, as assimetrias existentes nas relações de conjugalidade se mostram transgeracionais. Isso nos permite questionar o que leva sujeitos de gerações distintas a manterem em sua subjetividade e em seu cotidiano a mesma organização, em vez de se deslocarem desses lugares que produzem tantos sofrimentos. Como afirma uma de nossas entrevistadas, Emília, por que se repete uma história da qual se quer escapar? Assim sendo, outras questões se abrem quando escutamos estes sujeitos e notamos que, apesar de cientes, em certa medida, de que as histórias estão se repetindo e dos sofrimentos engendrados na lógica patriarcal, permanecem cristalizados aos seus papéis, justificando-se como incapazes de transformarem suas vidas. Notamos que existe um movimento pessoal destes sujeitos no sentido de reproduzir este sistema, não se utilizando dos espaços existentes em sua subjetividade, conforme nos esclarece Seixas & Dias (2013), Trachtenberg (2005) e Magalhães & Féres-Carneiro (2004). Isso nos leva a concluir que a questão da manutenção de uma dinâmica que traz sofrimento nos cotidianos destes sujeitos se apoia tanto no social quanto no individual. De fato, em nossa pesquisa e também na de Deeke (2009) e Rosa *et al.* (2008), fica explícito como os homens exigem que as mulheres permaneçam em papéis e posições definidos pelo patriarcalismo. Quando acontece um movimento diferente por parte das mesmas, este torna-se o gatilho para ações violentas que, por sua vez, tornam-se justificativas para que elas não saiam desta dinâmica. Diante disso, questionamos em que medida podemos afirmar que esta lógica de poder que define papéis engessando estes sujeitos não permite que existam espaços para que os cônjuges transitem dos lugares de sofrimento e repetição.

Baseados em nossa pesquisa de campo, percebemos que, embora existam aspectos da sociedade patriarcal que permanecem corporificados na subjetividade dos casais e dos seus filhos, coexistem elementos que não se referem a este sistema e que exprimem características mais contemporâneas, as quais não trouxemos para o campo pelo fato de escaparem aos nossos objetivos. Todavia, não podemos desconsiderar que a presença de tais elementos na organização

dos casais e seus filhos significa que, ainda que haja uma repetição em suas histórias, não se pode afirmar que tudo se repete, já que o novo também se mostra em seus cotidianos.

Como podemos notar, pesquisadoras como Scott (1990), Romagnoli (2012), Saffioti (2004) e Moreira (2012) foram fundamentais para clarificar como as relações conjugais – atravessadas ou não pela violência – são contornadas por uma lógica de poder que é cultivada geração após geração. As autoras nos permitiram um diálogo com outros estudiosos como Trachtenberg (2005) e Magalhães e Féres-Carneiro (2004), os quais tecem em suas pesquisas considerações sobre as transmissões de conteúdos psíquicos de uma geração à outra. Dessa forma, surge em nosso estudo uma abertura para costurar nossa categoria Relações de poder com a outra sobre Reprodução e possibilidades de criação nas gerações.

Tecer esse diálogo entre diferentes pesquisadores nos permitiu ampliar nosso olhar sobre a problemática da violência conjugal, no entanto, nossa categoria Reprodução e possibilidades de criação nas gerações ainda possui algumas particularidades que evidenciamos ao longo de nossa pesquisa. Conforme percebemos através das falas dos sujeitos entrevistados, todos eles perpetuam dinâmicas violentas que possuem alguma correlação com a história transgeracional intrafamiliar. Consideramos que os autores Neves *et al.* (2014), Trachtenberg (2005) e Magalhães e Ferés-Carneiro (2004, 2007) trouxeram contribuições significativas que elucidaram que o ato da passagem de uma geração a outra só se faz mediante um transmissor e um receptor, portanto, por meio de uma identificação. Além disso, revelam que há uma urgência em transmitir, receber e transformar o material que circula nas famílias destes sujeitos; ou seja, é possível que estes sujeitos transformem suas histórias.

O contato com os sujeitos e com suas histórias evidenciou que a transmissão psíquica não se dá apenas na composição mãe/pai, filha/filho e mãe/pai/filha/filho como uma cadeia de nós que amarram apenas as gerações mais próximas, pois como vimos existem questões que se referem às conjugalidades dos avós paterno e materno que expressam a mesma problemática. Questões como posições alternadas de submissão e domínio entre homens e mulheres, desconfianças em relação à fidelidade dos parceiros associadas a comportamentos agressivos, associações entre o álcool e a violência física e psicológica, falta de movimento pessoal das mulheres para mudanças da dinâmica relacional e jogos conjugais que evidenciam chantagens dos homens que se expressam em ameaças contra a vida dos filhos e a própria vida, que resultam em medos que paralisam as iniciativas das mulheres. Todavia, conforme elucidam Trachtenberg

(2005), Magalhães & Ferés-Carneiro (2004) e Correa (2003), tais repetições se expressam tanto em sua forma direta quanto indireta, como observamos nas atitudes de Fernanda e Maria, que não reproduzem esses comportamentos de forma cega, demonstrando que de fato existe a possibilidade de modificações.

A nosso ver, as particularidades que se revelam em meio a essas repetições evidenciam diferenças de uma geração para outra e apontam, como diz Romagnoli (2012, p. 49), o caráter mutável das subjetividades, uma vez que percebemos nestas particularidades, “[...] deslocamentos inventivos que se libertam das estruturas cristalizadas calcadas em normas e padrões reprodutivos e que impedem a criação”. Assim sendo, pensamos que, apesar dos contextos de repetição, não podemos negar, como afirma a autora, que a criação de outros modos de existir no mundo nos autoriza a questionar uma visão “simplista e dicotômica” da violência, pois isso significaria definir as subjetividades em lugares fixos e aprisionadas em um ciclo de repetição, bem como reduzir a multiplicidade que atravessa a vida destes sujeitos em um âmbito de repetitividade. Apesar de nossas entrevistadas demonstrarem dificuldade em modificarem essas dinâmicas violentas, notamos que, após certo período, algumas encontram saída para se desligar do ciclo violento, desfazendo o vínculo com seu parceiro; enquanto outras mantêm a relação violenta. Ainda assim, poderíamos afirmar que essas saídas não sejam tentativas de transformarem suas relações, quando a mudança da dinâmica de casal não depende unicamente de um dos parceiros?

Entretanto, notamos que por detrás das falas dessas mulheres parece existir uma dependência afetiva que se apoia em uma baixa autoestima e colabora para que elas permaneçam em relações de submissão/domínio. Ativando as percepções de si mesmas como seres inferiores aos homens e mantendo-se, portanto, em uma lógica patriarcal, nossas entrevistadas parecem não se dar conta, pelo menos por um grande período, de que a contemporaneidade oferece um leque de possibilidades para expressarem suas individualidades e se fazerem sujeitos. Todavia, não podemos desconsiderar que uma de nossas entrevistadas inicia os episódios de violência conjugal, o que demonstra que as posições se alternam, ainda que a maioria delas tenha ocupado o lugar de submissão, conforme também percebe Smigay (2001).

O estudo da transgeracionalidade contribuiu para compreender que a questão de gênero também é transgeracional, ou seja, as posturas assumidas pelos homens e pelas mulheres – conforme a percepção de nossas entrevistadas – se apoiam em crenças alimentadas e contornadas pelo campo social. Apesar das mudanças operadas nas sociedades ao longo do último século,

alguns elementos se cristalizam e se perpetuam de geração em geração (TRACHTENBERG, 2005; MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2004; HARTMANN & SCHESTATSKY, 2011). Além disso, percebemos, nos pequenos movimentos realizados pelos sujeitos de nossa pesquisa, como existe a possibilidade de transformar o material psíquico que se transmite, como percebemos no caso de Júlia.

Entretanto, ao mesmo tempo, percebemos que os estudos sobre a transmissão psíquica trazem grandes contribuições para a compreensão do fenômeno da repetição. As crenças familiares se arrastam e possuem força de expressão sobre as descendências, de modo que parece não haver muita importância na questão do tempo ou da distância entre aquele que iniciou o pensamento e aquele que agora o carrega e reproduz.

Na categoria Associação com álcool e drogas, observamos que os homens justificam os seus comportamentos agressivos no uso de substâncias psicoativas, cuja finalidade parece ser a de não responsabilização por seus atos violentos, transferindo a responsabilidade igualmente a outros fatores externos (a exemplo de supostas ou comprovadas infidelidades e do afastamento afetivo das mulheres). Diante disso, as mulheres vão desculpando os atos de violência praticados contra elas, como se de fato estes fossem efeitos do uso de substâncias psicoativas, o que as leva a acreditar em possíveis mudanças em seus parceiros e a permanecer numa atitude de espera. Nossa pesquisa de campo também evidenciou que os comportamentos correlacionados à ingestão de álcool, acompanhados ou não de episódios violentos, mostraram-se como material de identificação que atravessa as gerações. Sendo assim, notamos que alguns dos cônjuges destas mulheres apresentam em seu histórico familiar o mesmo comportamento em seus pais.

Ao longo da discussão de nossas categorias temáticas, fica explícito como estas se interligam, uma vez que a dinâmica conjugal violenta não apenas se mostra constituída em meio à complexidade da contemporaneidade, como também atrelada aos conteúdos que se transmitem de gerações precedentes. Na trama da violência conjugal, relações de poder se interpenetram com questões transgeracionais e com a não responsabilização dos parceiros pelo ato em si quando ocorre a ingestão de álcool e drogas, fato que evidencia a multideterminação e a processualidade do fenômeno.

Consideramos que a violência conjugal possui outras facetas e, por essa razão, além do fato de a complexidade do tema ser inesgotável, estamos cientes dos limites de nossa pesquisa, a qual se debruçou nos elementos evidenciados pelos relatos de mulheres específicas. Desse modo,

não esgotamos o tema daquelas que vivem e revivem essas tramas em seus cotidianos. Isso nos ajuda a perceber que o ser humano é dinâmico, múltiplo e possui diversos atravessamentos, afeta e é afetado por uma série de fatores, conforme aponta Romagnoli (2012). Procuramos rastrear o que nos foi evidenciado pelos sujeitos pesquisados e que já nos proporcionou um material extenso. Acreditamos que estudar não somente a violência conjugal, mas também as relações, todas as formas de vínculos formados entre os sujeitos, seja uma tarefa árdua na qual estão implicados diversos olhares. Portanto, não tivemos a pretensão no presente exposto de esgotar o assunto da violência entre parceiros íntimos. Pelo contrário, apresentamos um recorte para ser pensado dentro do que percebemos em campo e que nos revela algumas possibilidades dentro da discussão sobre a violência conjugal.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 24, n. 70, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.
- ABRAHAM, Nicolas; TOROK, Maria. **A casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta, p. 243-257, 1995.
- ALMEIDA, Eunides; STENGEL, Márcia. Individualismo e violência psicológica nas relações de conjugalidade. In: ROMAGNOLI, Roberta Carvalho & MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza. **Violência doméstica: estudos atuais e perspectivas**. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Thompson, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.
- BERTIN, Ivone Placoná; PASSOS, Maria Consuelo. A transmissão psíquica em debate. Breve roteiro das concepções psicanalíticas e sistêmica. **Interações**. São Paulo: Universidade São Marcos, 2003. v.8, n.15, p.65-79.
- BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 20, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2014.
- BRANCALHONE, Patrícia Georgia & WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Crianças expostas à violência conjugal: Uma revisão de área. In: MARQUEZINE, M. C., ALMEIDA, M. A. OMOTE, S. e TANAKA, E.D.O. (Orgs.). **O papel da família junto ao portador de necessidades especiais. Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003.
- BRANCALHONE, Patrícia Georgia; FOGO, José Carlos; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v. 20, n. 2, p. 113-117, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2014.

BRASIL. Brasil combate a violência contra mulher. **Portal Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2011/09/brasil-combate-a-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 01 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 maio 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm. Acesso em: 02 out. 2013.

BRASIL. **Pesquisas e publicações, Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Governo Federal. 2014. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/pesquisas-e-publicacoes>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

BRASIL. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. **Secretaria de Políticas de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRAZ, Marcela Pereira, & DESSEN, Maria Auxiliadora. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2005, n. 16, p. 221-231.

BRAZ, Marcela Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora, & SILVA, Nara Liana Pereira. Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2005, p.151-161.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

CASTRO, Thiago Gomes de; ABS, Daniel; SARRIERA, Jorge Castellá. Análise de Conteúdo em Pesquisas de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Rio Grande do Sul, v. 31, n. 4, p. 814-825, 2011.

CENTEVILLE, Valéria; DE ALMEIDA, Thiago. Ciúme romântico e a sua relação com a violência. **Psicologia Revista: Revista da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde**. v. 16, n. 1/2, p. 73-91, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas**

antropológicas da mulher, v. 4, p. 23-62, 1985.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “convenção de Belém do Pará”** : assinada na Conferência especializada interamericana sobre direitos humanos, Brasil, Belém, em 23 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm>. Acesso em: 18 dez. 2014.

CORRÊA, L. C. & WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O impacto da violência conjugal sobre a saúde mental das crianças. In: XXX Reunião Anual de Psicologia, Sociedade Brasileira de Psicologia, Brasília. **Resumos de comunicação científicas...** Brasília: SBP, 2000.

CORREA, Olga Beatriz Ruiz. Transmissão psíquica entre gerações. **Psicologia USP**, v.14, n.3, p. 35-45, 2003.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. **Arquivos brasileiros de psicologia**. Rio de Janeiro, v. 62, n.2, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2015.

COSTA, Maria Emília. **À procura da intimidade**. Porto: Edições Asa, 2005.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de (organizadora). **Família e Gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 4, p. 91-106.

D’AFFONSECA, Sabrina Mazo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v.31, n.2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2013.

DANTAS, Benedito Medrado; MELLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2014.

DEEKE, Leila Platt. *et al.* A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde e sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abril. 2014.

DELEUZE, Gilles .PARNET, Claire. Políticas. In: DELEUZE, Gilles .PARNET, Claire **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998, p. 145-170.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Conclusão: regras concretas e máquinas abstratas. In: _____ . **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997, v. 5, cap. 15, p. 215-234.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, v. 1, cap. 1, p. 11-37.

DIAS, Ana Rita Conde; MACHADO, Carla. Gênero e violência conjugal: Uma relação cultural. **Análise Psicológica**. Lisboa, v. 26, n. 4, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2014.

DIAS, Elsa Oliveira. A teoria do amadurecimento pessoal. In: _____. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 93 – 122.

DINIZ, Normélia Maria Freire; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; LOPES, Regina Lúcia Mendonça. Representações sociais da família e violência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 6, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692007000600020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FOLHA VITORIA. **O ES ocupa segundo lugar em assassinato de mulheres**. Publicado em 16 de Março de 2015. Disponível em: <<http://www.folhavitoria.com.br/videos/2015/03/81145676-violencia-fisica-ii.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

FOLHA VITORIA. **Violência doméstica representa 53% dos homicídios contra mulheres no ES**. Publicado em 01 de Março de 2013. Disponível em: <<http://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/2013/03/violencia-domestica-representa-52-dos-homicidios-contra-mulheres-no-es.html>>. Acesso em 08 de Novembro de 2013.

FONSECA, Arilton Martins et al . Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 43, n. 5, out. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000500002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

GOMES, Nadielene Pereira *et al.* Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 4, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000400020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2014.

GOMES, Nadielene Pereira et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta paul. Enferm.** São Paulo, v. 20, n. 4, p. 504-508, Dez. 2007. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2014.

GOMES, Nadielene Pereira; FREIRE, Normélia Maria. Vivência de violência familiar: homens que violentam suas companheiras. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 2, abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

GUATTARI, Félix. Da produção da subjetividade. In: GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p.11-45.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

HARTMANN, Ingrid Borba; SCHESTATSKY, Sidnei. Transmissão do psiquismo entre as gerações. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v.13, n.2, p. 92-114, 2011.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, Identidade e Diferença(s): Feminismo na reinvenção dos sujeitos. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA, Érica Renata (orgs). **Gênero em Matizes**. Bragança Paulista, Universidade São Francisco, p.319-351, 2002.

HORTA, Rogério Lessa *et al.* Comportamentos violentos de adolescentes e coabitação parento-filial. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 6, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000600001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Violência contra a mulher 2008: ocorrências registradas na delegacia especializada da mulher (DEAM)**, Vitória – ES 2004 a 2006. Vitória, 2008.

JONG, Lin Chau; SADALA, Maria Lúcia Araújo; TANAKA, Ana Cristina D' Andretta. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 4, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000400018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MACEDO, Jorge Borges. Mulheres e Política no século XV português. In: Autores **Oceanos: Mulheres no mar salgado**, n.21, jan-mar, 1995.

MACHADO, Lia Zanotta. Campo intelectual e feminismo: Alteridade e Subjetividade nos estudos de gênero. **Série Antropologia**. 170. Departamento de Antropologia da UNB. Brasília, 1994.

MACHADO, Marília N. M. Entrevistas de pesquisa não-estruturadas e semi-estruturadas. In: GARCIA, Fernando C.; HONÓRIO, Luiz C. **Administração: Metodologia, organizações, Estratégia**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 41-66.

MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Transmissão psíquica geracional na contemporaneidade. **Psicologia em Revista**, v.10, n.16, p. 243-255, 2004.

MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Transmissão psíquica geracional: um estudo de caso. In: Terezinha Féres-Carneiro. (Org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 341-364.

MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: Terezinha Féres-Carneiro. (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio/Loyola, 2005, p. 24-32.

MAGALHAES, Magna Lima; ARAUJO, Denise Castilhos de; SCHEMES, Claudia. Queixosas e valentes: as mulheres e a visibilidade da violência cotidiana. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.21, n.3, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2014.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2), 2009.

MELO, Érica. Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.31, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01. mar. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN). Violência contra a mulher. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb>>. Acesso em: 01 set. 2014.

MORAES, Maria Clara Jost de *et al.* Influência das percepções maritais/parentais sobre relacionamentos de conjugalidade: método ADI/TIP. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 25, n. 4, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000400021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: reflexões à luz das teorias intergeracionais e de gênero. In: ROMAGNOLI, Roberta Carvalho e MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza (orgs). **Violência Doméstica: estudos atuais e perspectivas**. Curitiba: CRV, 1ª ed., 2012.

MOURA, Leides Barroso Azevedo; LEFEVRE, Fernando; MOURA, Valter. Narrativas de violências praticadas por parceiros íntimos contra mulheres. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de

Janeiro, v.17, n.4, Abril, 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000400024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Set. 2013.

NEVES, Anamaria Silva; DIAS, Andrezza Sisoneto Ferreira; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. A psicodinâmica conjugal e a contemporaneidade. **Psicologia clínica**. Rio de Janeiro, v.25, n. 2, jun. 2013. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

NEVES, Anamaria Silva; GOMES, Layla Raquel Silva, VIDAL, Lorena Candelori. Violência e família: possibilidades vinculativas e formas de subjetivação. **Revista Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 33-45, 2014.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, maio 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2013.

OLTRAMARI, Leandro Castro. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 14, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Furtado (Orgs.). Investigando a transgeracionalidade da violência intrafamiliar: da pesquisa à intervenção. **A transmissão geracional em diferentes contextos**. São Paulo: Summus editorial, cap. 13, p. 251-281, 2008.

PRA, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 1, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2014.

PREFEITURA DE VITORIA. **Vítimas de violência e discriminação têm atendimento especializado**. Centro de Atenção a Vítimas de Violência e Discriminação de Vitória –ES (CAVVID), Vitória, 2006. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/vitimas-da-violencia>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judicialização» dos conflitos conjugais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 19, n. 1, jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2013.

ROLIM, Kamêni Iung; WENDLING, Maria Isabel. A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, jun. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho, ABREU, Leila Lúcia Gusmão de & SILVEIRA, Marise Fagundes. A violência contra a mulher em Montes Claros: análise estatística. **Gerai**s: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 06, n 0, jul.-dez. 2013, p. 282-297. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/view/296/301>. Acesso em: 2 abr. 2014.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A violência contra a mulher em interlocução com a esquizoanálise: aprisionamentos e derives. IN: ROMAGNOLI, Roberta Carvalho e MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza (Org.). **Violência Doméstica: estudos atuais e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2012.

ROSA, Antonio Gomes da *et al.* A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 3, Set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Set. 2013.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tadeu Tomaz (Org). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.139-197.

SAFFIOTI, Heleieth. Descobertas da área das perfumarias. In: _____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. “Não há revolução sem teoria”. In: _____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência doméstica. IN: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC, Ed.34, p.321-338, 2002.

SANDY, Peggy Reervers. A Reprodução do Patriarcado na Antropologia Feminista. In: GERGEN, Mary Mc Canney (organizadora). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 70-90, 1993.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 31, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 2, Agosto. p.35-50, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. v. 16, n. 2, p. 5-22, jul-dez. 1990.

SEI, Maíra Bonafé; GOMES, Isabel Cristina. Violência familiar, o transgeracional e a arteterapia com família: Aproximações. **Encontro Revista de Psicologia**. Vol. XI, n.16, p.133-139, 2007.

SEIXAS, Maria Rita D'Angelo; DIAS, Maria Luiza (Orgs.). Transmissão psíquica transgeracional e violência familiar. **A violência Doméstica e a Cultura da Paz**. São Paulo: Roca, 1^a ed., cap. 8, p. 61-74, 2013.

SENA, Tito. Os estudos de gênero e Michel Foucault. In: LAGO, Mara Coelho de Souza *et al* (Orgs.). **Interdisciplinaridade em estudos de gênero: teorias, sexualidades, religiões**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 198-208.

SHOTTER, John e LOGAN, Josephine. A Penetração do Patriarcado sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, Mary Mc Canney (org). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 91-109, 1993.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface**. Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Jan. 2016.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 30, n. 3, set. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 fev. 2011.

SINGLY, François de. O Nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal. In: SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo; PEIXOTO, Clarice Ehlers (organizadores). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 13-19, 2000.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.159-168, 2007.

SMIGAY, Karin Ellen Von. **Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública?**. 2000. 271 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, São Paulo, 2000.

SMIGAY, Karin, Ellen Von. Abordagens possíveis de relações conjugais violentas: o viés de gênero dentro da psicologia. **Interações**. vol. VI, número 011, Universidade São Marcos São Paulo, Brasil pp. 11-28, 2001.

SOUZA, Patrícia Alves de; DA ROS, Marco Aurélio. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, n. 40, p. 509-527, 2006.

TRACHTENBERG, Ana Rosa Chait *et. al*. **Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VARIKAS, Eleni. Max Weber, a Gaiola de Aço e as Senhoras. In: Chabaud-Rychter *et al* (org). **O gênero nas Ciências Sociais**. São Paulo: Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.423-442, 2014.

VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira no espaço público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **World report on violence and health**. Geneva, 2002.

ZALESKI, Marcos; PINSKY, Ilana; LARANJEIRA, Ronaldo; RAMISETTY-MIKLER, Suhasini; CAETANO, Raul. Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 1, fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Ago. 2015.

ZILBERMAN, Monica L; BLUME, Sheila B. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 27, supl. 2, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000600004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

ZIVIANI, Cilio; FERES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHAES, Andrea Seixas. **A percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais: características distintas de um modelo de medida**. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 set. 2014.

APÊNDICE A**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS REALIZADAS COM AS
USUÁRIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E
DISCRIMINAÇÃO DE VITÓRIA – ES (CAVVID)**

Nome Fictício: _____ Idade: _____

Número de filhos: _____ Tempo de relação com o parceiro: _____

Tempo de acompanhamento no CAVVID: _____

Agressor: _____ (coletar durante a entrevista)

- 1) O que te trouxe aqui nesse lugar?
- 2) Há quanto tempo isso acontece?
- 3) Como você vê essa situação e qual sua reação? (Percepção da violência)
- 4) Por que você acha que isso acontece?
- 5) Você já viveu situações como essa na família de seus pais?
- 6) Você acha que a violência influenciou sua família de alguma forma? Como?
- 7) Você já conseguiu alguma vez alterar essa situação? Em caso positivo, como?
- 8) Em caso negativo, por que não?
- 9) Há mais alguma informação ou comentário que você queira acrescentar?